

RELATÓRIO & CONTAS 2020



JOGOS
SANTACASA

uma boa aposta

ÍNDICE DE CONTEÚDOS

00

MENSAGEM DO PROVEDOR 4

01

QUEM SOMOS 6

CRONOLOGIA 7

HISTÓRIA & MISSÃO 9

VALORES & VISÃO 11

ONDE ESTAMOS 12

PARTES INTERESSADAS 14

02

PANDEMIA: IMPACTO & DESAFIOS 17

IMPACTO 19

COMO REAGIMOS 21

03

O NOSSO ANO EM NÚMEROS 25

04

OS NOSSOS JOGOS 27

05

COMPROMISSOS & RESPONSABILIDADES 32

05.1 RESPONSABILIDADE NA OFERTA DE JOGO 33

JOGO RESPONSÁVEL 33

SEGURANÇA & RISCO 38

SALVAGUARDA DO PATRIMÓNIO DAS FAMÍLIAS 41

05.2 NÓS E A SOCIEDADE 42

RETORNO À SOCIEDADE 42

BOAS CAUSAS 44

RETORNO SOCIAL 45

COESÃO SOCIAL 46

RETORNO TOTAL 49

MILHÕES EM PRÉMIOS 50

PARCERIAS COM IMPACTO 51

AS NOSSAS CAMPANHAS 60

05.3 INOVAÇÃO & MODERNIZAÇÃO 66

06

RESULTADOS 70

RENDIMENTOS 71

GASTOS 74

RESULTADOS 75

07

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 77

BALANÇO 78

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS 79

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO 79

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA 80

08

ANEXO

ANEXO	81				
1. INTRODUÇÃO	82	7. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	100	19. PROVISÕES	113
2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	84	8. ATIVOS INTANGÍVEIS	102	20. RESPONSABILIDADES POR BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO E OUTROS	114
3. ADOÇÃO PELA PRIMEIRA VEZ DAS NCRF-DIVULGAÇÃO TRANSITÓRIA	84	9. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS - OUTROS MÉTODOS	102	21. PRÉMIOS A PAGAR	115
4. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS	84	10. OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS	103	22. FORNECEDORES	116
5. FLUXOS DE CAIXA	99	11. INVENTÁRIOS	107	23. OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR	117
6. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS	99	12. MEDIADORES	107	24. DIFERIMENTOS-RENDIMENTOS A RECONHECER	118
		13. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	108	25. RÉDITO	118
		14. OUTROS CRÉDITOS A RECEBER	108	26. CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS	119
		15. DIFERIMENTOS-GASTOS A RECONHECER	110	27. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	120
		16. FUNDO SOCIAL	110	28. GASTOS COM O PESSOAL	120
		17. OUTRAS VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	111	29. OUTROS RENDIMENTOS	120
		18. RESULTADOS	112	30. OUTROS GASTOS	121
				31. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS	121
				32. JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS	121
				33. COMPROMISSOS	121
				34. MATÉRIAS AMBIENTAIS	121
				35. PARTES RELACIONADAS	122
				36. OUTRAS INFORMAÇÕES	123

00

MENSAGEM DO PROVEDOR

2020 foi um ano de superação.

Um ano em que fomos confrontados com um desafio a nível mundial, para o qual ninguém se supunha preparado, que desde o primeiro momento requereu o contributo individual e coletivo nos mais variados papéis, seja de linha da frente ou de retaguarda ou mesmo pelo simples ato de ficar em casa.

Só assim foi possível dar novas respostas, encontrar novas formas de funcionar, de avaliar, de trabalhar e de ir ao encontro dos apostadores sem, em momento algum, perder o foco na ansiada retoma.

A Missão do Departamento de Jogos da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, em especial a nossa capacidade de gerar retorno à sociedade, foi o motor para uma adaptação e respostas imediatas por parte da organização e por parte de cada um de nós.

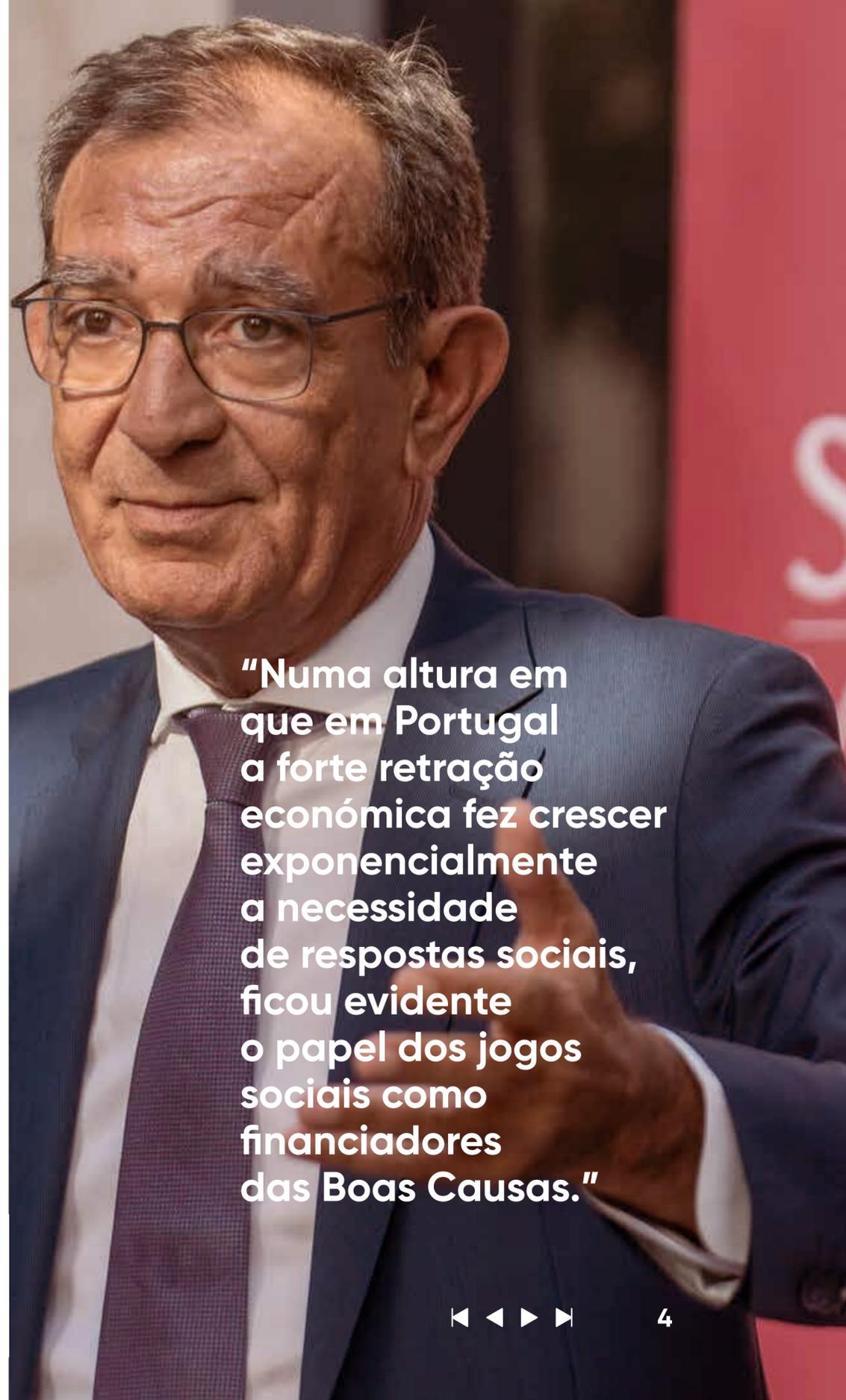
Numa altura em que em Portugal a forte retração económica fez crescer exponencialmente a necessidade de respostas sociais, ficou evidente o papel dos jogos sociais como financiadores das Boas Causas.

Foram distribuídos 800 milhões de euros ao Estado para financiar áreas tão diversas como a ação social, o combate à pobreza, a saúde, a proteção civil, os bombeiros, a promoção da cidadania e da igualdade, a cultura, o desporto e a coesão.

Este nível de retorno foi possível com a aplicação do Plano de Continuidade do Departamento de Jogos ainda na primeira quinzena de março de 2020, o que permitiu nunca parar nem suspender a atividade, assegurando todos os processos críticos da operação.

Tendo existido a possibilidade legal de manutenção de venda dos jogos sociais, o Departamento de Jogos dedicou uma atenção especial à rede de mediadores, um importante motor das economias locais e que representa aproximadamente 16 mil postos de trabalho.

Foram criadas e aplicadas medidas com vista à sustentabilidade financeira das mediações, através da manutenção da sua liquidez mesmo nos momentos em que a redução de vendas foi mais expressiva.



“Numa altura em que em Portugal a forte retração económica fez crescer exponencialmente a necessidade de respostas sociais, ficou evidente o papel dos jogos sociais como financiadores das Boas Causas.”

Foi ainda reforçado o acompanhamento sistemático e permanente, bem como disponibilizados equipamentos de proteção individual nos pontos de venda.

No conjunto dos quase 5 mil pontos de venda, mesmo nos períodos mais críticos, cerca de 80% da rede de mediadores respondeu positivamente, mantendo-se em funcionamento e assim auferindo um total de 210 milhões de euros de remunerações provenientes dos jogos sociais.

A par de todas as medidas ditadas pelo período crítico vivido, deu-se continuidade ao processo de modernização da rede física, com a atualização da sinalética, tornando os espaços mais lúdicos e com maior caráter de entretenimento, bem como com a instalação de TV em toda a rede, no âmbito do processo de digitalização da comunicação nos pontos de venda.

Num ano em que os grandes eventos desportivos nacionais e mundiais foram adiados, o Departamento de Jogos reforçou o apoio do Desporto em Portugal, transformando as parcerias em ferramentas de integração e coesão social.

Apoiámos atletas na sua caminhada olímpica, paralímpica ou surdo olímpica, tornando possível conciliar a atividade desportiva com a académica e evitando assim o abandono prematuro do desporto de alto rendimento ou a desistência precoce dos estudos. Ao longo destas 8 edições do Programa Bolsas de Educação Jogos Santa Casa já foram atribuídas 325 bolsas, num total de 920 mil euros.

Ainda que os eventos culturais e de entretenimento tenham sido cancelados, na época natalícia unimos esforços para levar uma mensagem positiva e de esperança pelo país, através de ações solidárias em Lisboa e Vila Nova de Gaia, num conceito itinerante e com a distribuição de mais de 3 mil cabazes a famílias carenciadas, permitindo às mesmas a possibilidade de celebrarem condignamente a ceia de Natal.

Os nossos apostadores encontraram nos canais digitais uma via de oferta complementar e adequada face às condicionantes, através de campanhas como #UMABOAAPOSTA, sob o lema "Agora, mais do nunca, é importante acreditar" e do foco no papel dos Jogos Santa Casa nas causas sociais.

Disponibilizámos ainda meios digitais para atendimento e validação de pagamento de prémios, convertendo a adversidade no caminho para a transformação digital.

Esta caminhada abrangeu também, quer os mecanismos de suporte ao jogo, sendo disso exemplo a nova aplicação móvel e o novo *website* do Placard e a preparação da possibilidade de sorteio eletrónico do Euromilhões em caso de cenário de contingência, quer o alargamento do nosso ecossistema digital através da entrada dos JSC nas redes sociais.

No conjunto dos 2,8 mil milhões de vendas realizadas neste ano, 96,5% retornaram diretamente à sociedade, consolidando a capacidade dos jogos sociais do Estado de gerar e de redistribuir recursos.

É por tudo isto que iremos continuar a enfrentar os desafios que se avizinham com empenho e com a confiança no futuro que nos move, para que o resultado da nossa atividade seja fator acrescido de coesão e de esperança.



Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa,
Edmundo Martinho

01
QUEM
SOMOS



QUEM SOMOS

CRONOLOGIA

1783

NASCE
A LOTARIA
NACIONAL

1784

1.º EXTRAÇÃO
DA LOTARIA
NACIONAL

1961

LANÇADO
1.º JOGO
DE APOSTAS
MÚTUAS
DESPORTIVAS
DO PAÍS:
O TOTOBOLA

1984

INAUGURADO
O EDIFÍCIO
TOTOBOLA,
RUA DAS TAIPAS,
LISBOA

1985

NASCE
O TOTOLOTO

1987

1.º EXTRAÇÃO
DA LOTARIA
POPULAR

1991

CRIADO O
DEPARTAMENTO
DE JOGOS PARA
GERIR, EM NOME
DO ESTADO,
OS JOGOS
"COMETIDOS
À MISERICÓRDIA
DE LISBOA"

1994

LANÇADO
O JOKER, JOGO
ADICIONAL
ASSOCIADO
AO TOTOLOTO
E TOTOBOLA

1995

SURGE
A LOTARIA
INSTANTÂNEA,
MAIS TARDE,
CONHECIDA POR
RASPADINHA

1997

LANÇADO
2.º SORTEIO
DO TOTOLOTO

2001

SISTEMA
DE APOSTAS
EM TEMPO REAL
NA REDE DE
MEDIADORES
E INAUGURADO
CONTACT CENTER

2004

NASCEM OS JOGOS SANTA CASA,
MARCA E IDENTIDADE COMERCIAL
DO DEPARTAMENTO DE JOGOS
1.º SORTEIO DO EUROMILHÕES
E LANÇAMENTO DO NOVO CANAL
DE APOSTAS: PORTAL JOGOS SANTA CASA
(WWW.JOGOSSANTACASA.PT)

2010

CRIADA A MARCA COMERCIAL RASPADINHA

2011

TOTOLOTO SOFRE ALTERAÇÕES: INTRODUZIDA NOVA CATEGORIA DE PRÉMIOS (**NÚMERO DA SORTE**). INTRODUZIDO **2.º SORTEIO SEMANAL NO EUROMILHÕES**

2013

A **RASPADINHA** É DISPONIBILIZADA **ONLINE**, NO PORTAL JOGOS SANTA CASA

2015

MUDANÇA DE SEDE DO DEPARTAMENTO DE JOGOS PARA A AVENIDA DA LIBERDADE, LISBOA. LANÇADO O **PLACARD**, O **1.º JOGO DE APOSTAS DESPORTIVAS À COTA**, NA REDE DE MEDIADORES

2016

LANÇAMENTO DO **MILHÃO** E DA **APP JOGOS SANTA CASA**

2017

JOKER SUSPENSO E **TOTOBOLA** ALVO DE **REMODELAÇÕES**. A **RASPADINHA** PASSA A INTEGRAR A **APP JOGOS SANTA CASA**

2018

ATRIBUIÇÃO DE NOVOS **NÍVEIS DE CERTIFICAÇÃO** EM **JOGO RESPONSÁVEL** PELA **EL** E **WLA**. PASSA A SER POSSÍVEL APOSTAR NO **PLACARD** ATRAVÉS DE **QR CODE**

2019

MODERNIZAÇÃO DA LOTARIA NACIONAL: LANÇAMENTO DA **NOVA PLATAFORMA DE GESTÃO DO JOGO** DO NOVO MODELO DE DISTRIBUIÇÃO DE TODA A REDE DE MEDIADORES E DISPONIBILIZAÇÃO NA **APP JOGOS SANTA CASA**. INAUGURAÇÃO DA RENOVADA **SALA DE EXTRAÇÕES**

2020

MUDANÇAS NO EUROMILHÕES: AUMENTO DO VALOR MÁXIMO DO JACKPOT, PROBABILIDADE DE JACKPOTS MAIS ELEVADOS E FREQUENTES, REALIZAÇÃO ANUAL DE 3 SORTEIOS PROMOCIONAIS SUPER JACKPOT. **NOVO WEBSITE E NOVA APP MÓVEL** EXCLUSIVA PARA **PLACARD**. **ENTRADA DOS JSC E PLACARD NAS REDES SOCIAIS**

HISTÓRIA & MISSÃO

1783. Uma Carta Régia, datada de 8 de novembro e assinada por D. Maria I, dá início à História secular dos jogos sociais do Estado em Portugal. Mas a história do Departamento de Jogos não começa apenas no dia em que nasce a Lotaria Nacional.

Importa regressar a 1498, ano em que por iniciativa de outra rainha - D. Leonor -, é criada a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. Orientada pelas suas 14 obras espirituais e corporais de misericórdia, há mais de cinco séculos que a instituição zela por aqueles que mais necessitam, no cumprimento das Boas Causas que orientam diariamente o seu trabalho, assumindo em permanência o alargamento da sua missão original, com uma intervenção na sociedade cada vez mais ampla e adequada no tempo.

Graças à sua conceituada reputação e reconhecida obra social, a Misericórdia de Lisboa viu-lhe ser atribuída a responsabilidade de explorar o primeiro jogo social do Estado português: uma lotaria. Criada com o intuito de gerar receitas para o Hospital Real, para a Casa dos Expostos e para a Academia Real das Ciências, a Lotaria Nacional viria a transformar-se na pedra basilar da exploração dos jogos sociais do Estado.

Foi também com esta Lotaria que a relação de confiança entre o Estado português e a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML) teve o seu início, uma relação que se mantém até hoje e que garante à nossa secular e reconhecida Misericórdia de Lisboa a exploração dos jogos sociais do Estado, em regime de exclusividade, para o território nacional.

É com o objetivo de explorar os jogos sociais, em nome e por conta do Estado, bem como proceder à distribuição dos respetivos resultados de exploração aos beneficiários previstos na lei que, diariamente, trabalhamos no Departamento de Jogos.



A MEZA da Santa Casa da Misericórdia, e Hospitales Reaes de Enfermos, e Expostos desta Cidade de Lisboa, havendo supplicado a S. MAGESTADE a graça de conceder-lhe a faculdade de fazer huma Loteria annual, para occorrer com os lucros della ás urgentes necessidades dos ditos dous Hospitales: conseqüo da Real Piedade, e eximia Clemencia da mesma SENHORA a implorada permissão por seu Real Decreto de 18 do corrente mez de Novembro de 1783, no qual ordena que da importancia dos premios se abata, no acto do pagamento delles, doze por cento para as applicações, que destinou, como lucros da referida Loteria: E faz a dita Meza notorio o Plano, e Instrucções, que baixarão com o mesmo Real Decreto, e que na conformidade delle se hão de executar pela referida Meza, como Directora nomeada para a sobredita Loteria. Quando porém se puzerem promptos, e expeditos os Bilhetes della, o fará tambem constar por Editaes, affixados nos lugares públicos, ao fim de se entregarem a quem concorrer a buscallos.

Dispomos de orçamento e contas próprias (anexos ao orçamento e contas da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa) e apresentamo-nos à sociedade, desde 2004, através de uma marca comercial representativa de todos os jogos sociais: Jogos Santa Casa.

É com este nome, e sob a imagem do seu reconhecido **trevo** que **prosseguimos, diariamente, a Missão que nos foi confiada** - explorar os jogos sociais em nome e por conta do Estado, garantindo o cumprimento da política nacional de jogos definida, contribuindo para a satisfação dos apostadores e criando valor que devolvemos à sociedade através do financiamento das despesas de natureza social. Mediante os prémios atribuídos aos apostadores e através da distribuição dos resultados a um lato conjunto de beneficiários (com atuações tão díspares como a ação social, a saúde, o desporto ou a cultura), entre outras formas de redistribuição, garantimos o retorno à sociedade do dinheiro investido nos nossos jogos.



VALORES & VISÃO

O nosso papel de relevo na sociedade não se prende, no entanto, apenas com a redistribuição das verbas aplicadas em jogo. Através de uma rede de proximidade, disponibilizamos aos apostadores de todo o país uma oferta moderada e atrativa de jogos e prevenimos o chamado “jogo problemático”.

Com baixos valores de apostas, mecânicas simples e diversos níveis de prémios, a gestão dos nossos produtos tem, obrigatoriamente, em conta uma política de jogo responsável que visa garantir escolhas informadas e apostas seguras aos nossos apostadores, que procuram nos jogos sociais do Estado, acima de tudo, uma atividade lúdica e divertida.

Alicerçados nesta política, nos anos de experiência e nos Valores que fazem parte do nosso ADN, a realidade atesta que os nossos jogos sociais são os preferidos dos apostadores portugueses.

E é com o empenho e compromisso daqueles que trabalham, ininterruptamente, nesta nossa missão e que demonstram uma vontade quotidiana de inovar, estudar e antecipar os desafios que surgem com maior frequência num mercado em constante evolução, que assim nos conseguiremos manter na vanguarda.

Representamos uma marca que simboliza a aspiração e a sorte de todos os que, por entretenimento, escolhem apostar nos nossos jogos em busca da concretização dos seus sonhos e que, simultaneamente, apoiam de forma decisiva as Boas Causas que nos regem há séculos. Somos e queremos continuar a ser o que sempre fomos: uma boa aposta!

Esta é a nossa Visão.

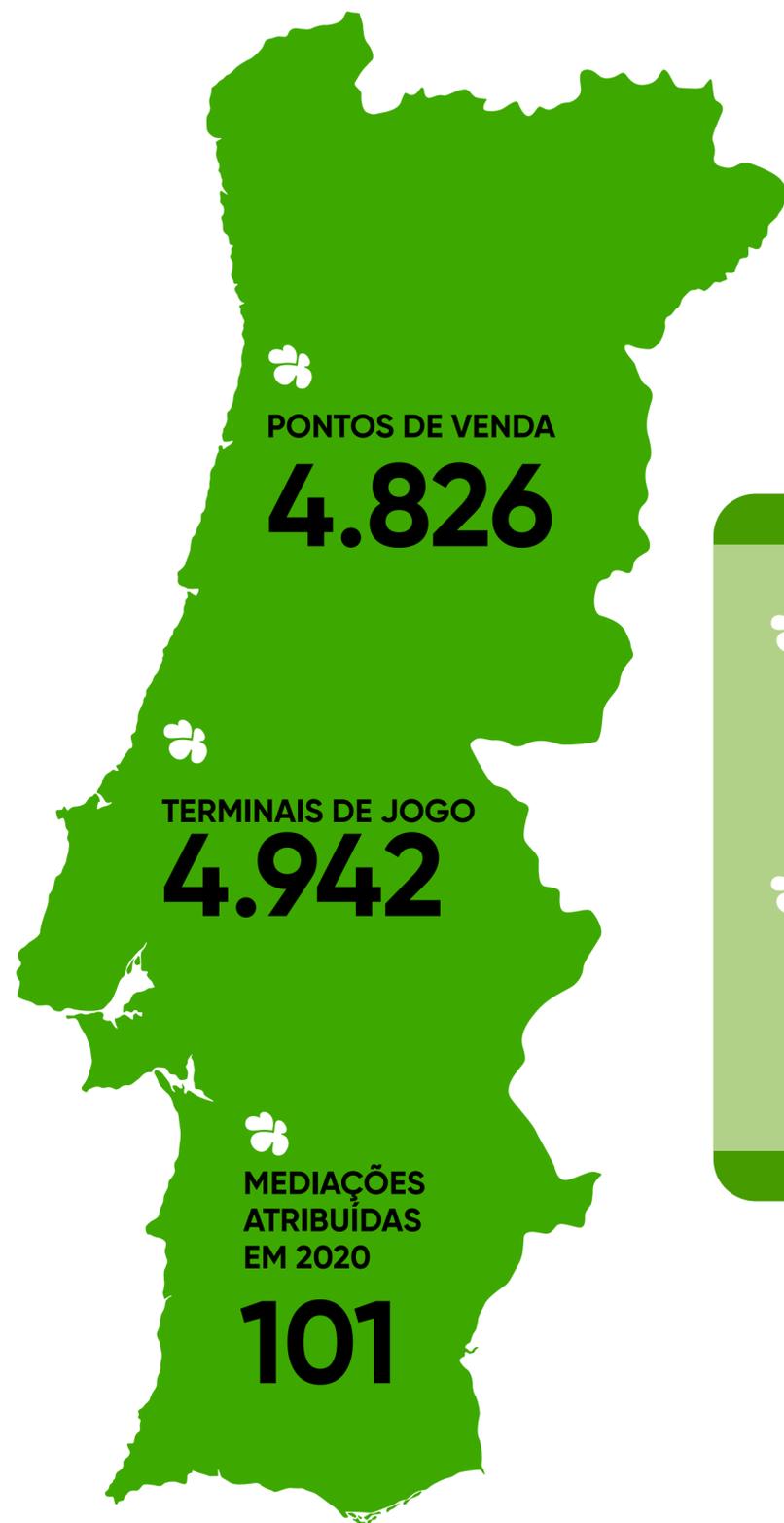
- ❖ INTEGRIDADE
- ❖ RESPONSABILIDADE
- ❖ PROXIMIDADE
- ❖ TRADIÇÃO
- ❖ SEGURANÇA
- ❖ SOLIDARIEDADE

ONDE ESTAMOS

DADOS SOBRE MEDIADORES
E OUTROS NÚMEROS

Com milhares de pontos de venda em funcionamento, a nossa marca encontra-se dispersa por todo o país, cimentando assim uma presença relevante no panorama nacional da atividade do jogo a dinheiro.

A maior concentração das nossas mediações encontra-se nos distritos de Lisboa, Porto e Setúbal. Nos últimos anos, a atividade económica dos pontos de venda Jogos Santa Casa tem-se mantido associada, sobretudo, às áreas da restauração e papelarias/tabacarias.



NOVOS MEDIADORES: OS JOGOS SOCIAIS MAIS PRÓXIMOS DOS APOSTADORES

Julho de 2020 representa mais um importante marco para os Jogos Santa Casa. Foram publicados procedimentos para atribuição de 140 novas autorizações administrativas para exploração de jogos, em conformidade com o Regulamento dos Mediadores dos Jogos Sociais do Estado. Esta publicação enquadra-se num processo de implementação progressiva de modernização e de otimização da cobertura nacional dos locais de mediação.

A já extensa rede de mediadores – com 4.826 pontos de venda dispersos por todo o território nacional (continente e ilhas) – está a ser reforçada, assegurando o acesso de toda a população maior de idade ao portefólio dos jogos sociais, superando assimetrias regionais e, sobretudo, possibilitando que pequenos e médios estabelecimentos locais se tornem, pela primeira vez, mediadores dos Jogos da Santa Casa. A expansão da rede de mediadores permitirá, igualmente, que muitos espaços comerciais recebam um contributo robusto para a sustentabilidade, revitalização e desenvolvimento da respetiva atividade económica que, muitas das vezes, assume um cariz familiar e local.

Desde o primeiro momento que o alargamento da rede de mediadores assumiu um carácter faseado. Assim, numa primeira fase, pretendeu abranger negócios de comércio local como restaurantes, cafés, papelarias, tabacarias, entre outros, sendo, na etapa seguinte, abrangidas entidades ligadas ao setor social, naquele que é mais um passo no aprofundamento da política que a Santa Casa tem vindo a desenvolver no terceiro setor.

Paralelamente, e ainda no âmbito do processo de modernização em curso, os Jogos Santa Casa procederam à atualização da sinalética nos mediadores. A nova tipologia – **a Mediação 21** – prevê espaços mais lúdicos e com maior carácter de entretenimento, implementada de forma faseada, primeiro pelos distritos e depois pelos concelhos.

ONDE ESTAMOS

A já extensa rede de mediadores está a ser reforçada, assegurando o acesso de toda a população maior de idade ao portefólio dos jogos sociais, superando assimetrias regionais e, sobretudo, possibilitando que pequenos e médios estabelecimentos locais se tornem, pela primeira vez, mediadores dos Jogos da Santa Casa.

PARTES INTERESSADAS



APOSTADORES

São aqueles que decidem tentar a sua sorte, aliando o entretenimento à concretização dos seus sonhos, com uma aposta nos jogos sociais do Estado. Os apostadores são os impulsionadores da nossa missão e é para, e por eles, que comunicamos e desenvolvemos, diariamente, uma atividade responsável e segura, cientes da confiança que em nós depositam sempre que escolhem apostar nos nossos jogos. A nossa base de apostadores tem vindo a crescer e atualmente 79% dos portugueses com 18 ou mais anos apostam nos Jogos Santa Casa.



MEDIADORES

Sem eles, o nosso “negócio” não faria sentido. Distribuídos por todo o território nacional (continente e ilhas), representam uma rede com 4.826 pontos de venda que contribui, de forma fundamental, para a concretização da missão do Departamento de Jogos, bem como para a promoção de hábitos de jogo responsável. Contando com uma autorização administrativa para o exercício da atividade de mediação, têm uma participação vital no momento da aposta.



COLABORADORES

Diariamente, 314 colaboradores asseguram, de forma rigorosa e responsável, o sucesso da missão que nos move. Nas ações e dinâmicas internas em que participam, reforçam o seu sentimento de identificação e afinam conhecimentos para melhor enfrentarem a complexidade crescente da nossa atividade.



BENEFICIÁRIOS

São entidades públicas que desenvolvem atividade em todo o território português e em áreas de reconhecido valor social. A promoção da educação, o combate à pobreza e à exclusão social, o apoio à proteção civil, o combate à violência doméstica, o investimento em projetos especiais e em infraestruturas de apoio, entre outras de ordem social, são apenas algumas áreas que, a par da saúde, da cultura, do policiamento de espetáculos desportivos e da promoção do desporto escolar, marcam e definem a ação dos nossos inúmeros beneficiários. Os resultados líquidos dos jogos sociais do Estado são integralmente distribuídos pelos beneficiários legalmente definidos.



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA

Com uma missão secular, a Misericórdia de Lisboa dedica-se, há 522 anos, às Boas Causas, desenvolvendo a sua ação em áreas tão diversas como a Ação Social, a Saúde, o Património, o Ensino, a Investigação, o Empreendedorismo Social ou a Cultura. Parte integrante da lista de beneficiários dos jogos sociais do Estado, cabe ainda à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa a exploração em todo o país, em regime de exclusividade, dos jogos sociais a ela confiados pelo Estado.



FORNECEDORES

Selecionados ao abrigo da Lei da Contratação Pública, nacionais ou estrangeiros, fornecem-nos bens e serviços no mais estrito respeito pelos requisitos normativos que são o alicerce dos sistemas de certificação pelos quais nos regemos, nomeadamente o Sistema de Gestão da Segurança e da Informação.



ESTADO

Reconhecendo a idoneidade e a integridade da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, o Estado atribui à nossa instituição, através do seu Departamento de Jogos, a exploração dos seus jogos sociais. Com esta atribuição, faz recair sobre a Misericórdia de Lisboa a responsabilidade de zelar pela proteção dos apostadores (especialmente dos grupos mais vulneráveis) e de combater a criminalidade associada ao jogo a dinheiro, através de uma gestão responsável do seu portefólio de jogos.



A TUTELA

A nossa atividade é regulada pelo Governo, cabendo a tutela da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa ao membro do Governo que superintende a área da Segurança Social.



PARCEIROS INTERNACIONAIS

Mantemos um relacionamento próximo com os nossos "pares" internacionais. Entre a "Lotaria Portuguesa" - como somos conhecidos internacionalmente - e as nossas lotarias congéneres, a partilha de conhecimento e das melhores práticas do mercado é uma constante. De forma a reforçar ainda mais estes laços e a melhorar os procedimentos que, não raras vezes, merecem o elogio dos nossos parceiros, fazemos parte, desde a criação de cada uma, de quatro grandes e distintas associações internacionais de Lotarias:



**THE EUROPEAN
LOTTERIES**
FOR THE BENEFIT OF SOCIETY



02 PANDEMIA: IMPACTO & DESAFIOS



PANDEMIA: IMPACTO & DESAFIOS

O ano de 2020 iniciou-se de forma auspiciosa, prossequindo uma tendência que já se vislumbrava anteriormente. O caminho que o Departamento de Jogos tinha delineado para o primeiro ano da nova década afigurava-se promissor a diferentes níveis: os jogos sociais do Estado mantinham-se em franco crescimento, a instituição tinha em curso o processo de modernização, os resultados financeiros adivinhavam-se positivos, prevendo-se que o retorno do jogo para a sociedade reforçaria a nossa missão de trabalhar “por Boas Causas”. Mas, de um dia para o outro, tudo mudou!

No futuro, quando as gerações vindouras analisarem o ano de 2020, não existirão dúvidas de que o mundo, as pessoas, a economia e as empresas mudaram radicalmente, de uma forma nunca antes imaginada, sendo já possível afirmar que o século XXI será, indelevelmente, marcado por dois momentos: o antes e o pós Covid-19.

O aparecimento e a rápida propagação do novo coronavírus surpreendeu o mundo com uma pandemia sem precedentes, obrigando à adoção de novos comportamentos – dos quais o distanciamento social se tornou o paradigma máximo –, estabelecendo novas formas de comunicação com recurso à tecnologia, forçando a implementação de soluções inovadoras e imaginativas, empurrando as organizações, todas elas e sem exceção, a adaptarem-se a novas formas de funcionamento.

Seguindo uma tendência global, também o Departamento de Jogos se adaptou às novas circunstâncias. Com os trabalhadores em teletrabalho, a instituição adotou a resiliência e a imaginação como armas de combate à pandemia, mantendo a oferta dos jogos sociais, não descurando o jogo responsável, mas apostando na comunicação digital com os apostadores e apoiando a sociedade de uma forma que ficará para a História da instituição.

Seguindo uma tendência global, também o Departamento de Jogos se adaptou às novas circunstâncias (...) apostando na comunicação digital com os apostadores e apoiando a sociedade de uma forma que ficará para a história da instituição.

IMPACTO

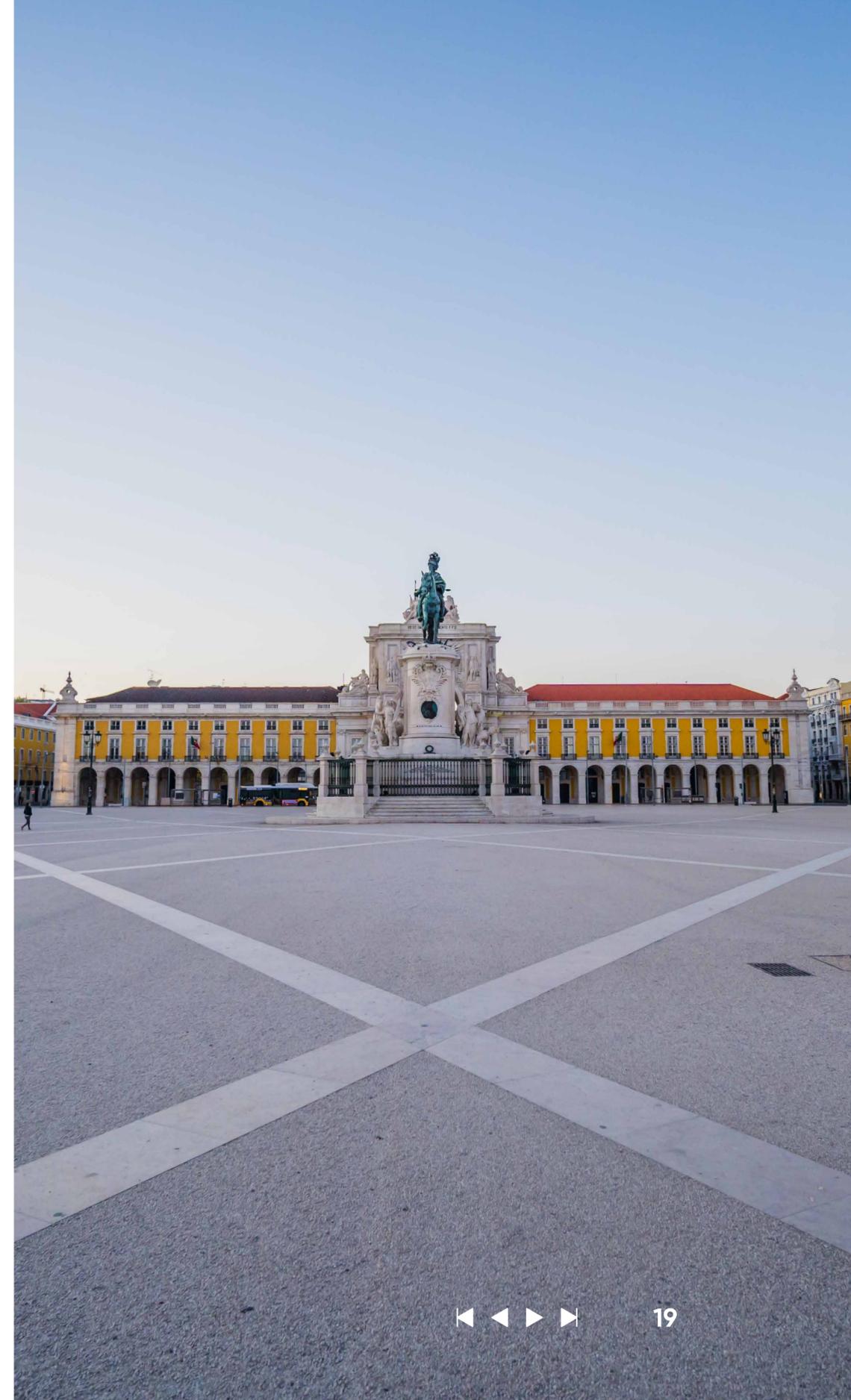
A singularidade económica e social que vivemos em 2020, imposta pelos efeitos da pandemia do novo coronavírus, foi o fator mais marcante na atividade de todos os setores da sociedade, não se excetuando deste impacto os Jogos Santa Casa.

Em consequência da Covid-19 e da implementação do conjunto de medidas que visaram evitar uma maior propagação do vírus, os portugueses lidaram no último ano com o confinamento, a redução do rendimento, a reorganização de rotinas, a angústia e a insegurança. O Banco de Portugal antecipa para 2020 uma queda de 8,1% no PIB, de 6,8% no Consumo Privado e de 2,3% no emprego, esperando-se uma taxa de desemprego de 7,2%.

Este é o cenário emocional e económico que contextualiza um revés de atividade sem paralelo nos Jogos Santa Casa, sendo necessário recuarmos cerca de 10 anos para encontrarmos os níveis de vendas mensais que chegámos a registar em alguns meses deste ano.

Na sequência da declaração do estado de emergência efetuada através do Decreto do Presidente da República n.º 14-A/2020, de 18 de março, o Governo, pelo Decreto n.º 2-A/2020, de 20 de março, determinou as medidas destinadas à sua execução, designadamente o confinamento obrigatório e dever geral de recolhimento domiciliário, proibindo a realização de certas atividades e determinando o encerramento de diversos estabelecimentos e equipamentos de modo a evitar a aglomeração de muitas pessoas e o possível contágio em massa.

Foi ainda determinada a obrigatoriedade de adoção do regime de teletrabalho, independentemente do vínculo laboral, sempre que as funções em causa o permitiram. Ainda que graças à aplicação do Plano de Continuidade de Negócio e ao seu reforço com medidas excecionais se tenha mantido toda a operação de jogo disponível, as vendas dos jogos sociais reduziram-se de forma extremamente acentuada devido quer à drástica redução de procura física (quando este é o canal predominante nas vendas dos nossos jogos), quer ao encerramento temporário de alguns pontos de venda que, ainda que legalmente pudessem continuar a operar, se confrontaram com razões de saúde ou económicas que os impediram de manter a sua atividade.



No mês de abril verificou-se o maior número de estabelecimentos encerrados, tendo chegado a representar 23% da rede de mediações. Abril foi o mês de maior impacto da pandemia. O valor de vendas atingido ficou 61% abaixo da média mensal verificada em 2019, tendo registado exatamente a mesma variação face ao mês homólogo.

Os jogos que apresentaram as maiores quedas foram o Placard e o Totobola, o que se explica pelo facto de terem sido suspensas praticamente todas as competições desportivas, nacionais e internacionais, durante um período de tempo da pandemia.

Em abril, o decréscimo de vendas do Placard chegou aos 92% e os concursos do Totobola foram mesmo cancelados, só vindo a ser retomados no final de maio. A crescer aos efeitos diretos da pandemia esteve ainda o facto de não se ter realizado o Mundial de Futebol 2020, adiado para 2021 devido ao risco de propagação do vírus, o que acabou por impedir uma melhor recuperação nos jogos de apostas desportivas. Com a quase totalidade das vendas assentes na rede de mediadores, a Raspadinha foi o jogo com o terceiro maior impacto, chegando a registar uma descida homóloga de 61% em abril.

As Apostas Mútuas contribuíram, igualmente, para a variação global negativa de vendas, sendo, contudo, de destacar o desempenho do Totoloto, o jogo que individualmente teve a menor quebra de *performance*. Os jogos de Lotaria Nacional manifestaram os menores impactos, tendo sido o seu maior decréscimo de 29%, também ocorrido no mês de abril.

No final do ano, os efeitos da pandemia nos Jogos Santa Casa traduziram-se numa queda de vendas de 17,6%, o que correspondeu a 591 milhões de euros, invertendo abruptamente uma trajetória já longa de sucessivos records anuais de vendas.

No que toca aos resultados de exploração e à sua distribuição, o choque foi igualmente significativo, equivalendo a uma redução de resultados líquidos de 20,4%, ou seja, menos 158 milhões de euros do que os gerados no ano anterior.

Por sua vez, a imposição do confinamento levou a uma variação de procura, também inédita, mas, desta feita, positiva, nas vendas dos canais digitais. Ainda que à sua dimensão, dado que as vendas dos canais digitais representavam 2,5% do total dos JSC antes do período pandémico, este aumento de procura atenuou a queda global de vendas, tendo representado um montante de 23 milhões de euros. No final do ano, as vendas nos canais digitais corresponderam a 4,0% do total de vendas dos JSC.

COMO REAGIMOS

Foram necessariamente envidados todos os esforços para mitigar as consequências desta crise pandémica e, mais do que isso, para que a recuperação tenha lugar o mais rápido possível, sendo, mais do que nunca, crucial o papel dos jogos sociais enquanto financiadores das redobradas respostas sociais que o Estado e demais atores da economia social tiveram de dar em 2020 e que terão de dar nos próximos anos.

PERANTE A REDE DE MEDIADORES

Desde logo, e porque é a nossa rede nacional de quase 5.000 pontos de venda que viabiliza a nossa missão de exploração dos jogos sociais em nome e por conta do Estado, para os quais foi decretada, nesta fase crítica, a continuidade da sua disponibilização aos apostadores, o Departamento de Jogos implementou um conjunto de medidas com as quais pretendeu mitigar os efeitos negativos nos mediadores, nomeadamente a redução das receitas provenientes das remunerações pagas pelos apostadores, por forma a salvaguardar a sua viabilidade económica e a continuidade dos cerca de 16.000 postos de trabalho a eles associados.

Criámos, assim, as condições para que, apesar de todos os constrangimentos resultantes da pandemia e do estado de emergência, a rede de mediadores se tenha mantido em funcionamento, respeitando todas as restrições e regras de segurança e higiene impostas pelas autoridades competentes.

Destas medidas fizeram parte a flexibilização da entrega ao Departamento de Jogos dos montantes semanais de venda de jogo, a possibilidade de laboração em horário reduzido, a colocação de equipamentos de proteção individual nos pontos de venda para evitar contágios por Covid-19, bem como o reforço do acompanhamento sistemático e permanente a todas as dúvidas e questões que neste período se colocaram aos mediadores.

Mas a iniciativa de maior significado, com vista a que a rede tenha permanecido ativa e operante, evitando um fechar de portas que pudesse vir a tornar-se em potenciais extinções, que só fragilizariam uma rede que se tem vindo a consolidar ao longo de anos, consistiu na Medida de Salvaguarda de Liquidez dos Mediadores, que se concretizou na disponibilização de uma moratória de cobrança indexada às vendas dos jogos sociais do Estado.

Esta moratória veio permitir que durante o período de confinamento, o mediador tenha podido manter um valor médio de rendimentos provenientes da venda de jogos sociais muito próximo do que ocorreria num período normal de atividade.

Como resultado conjunto da possibilidade legal de manutenção de vendas dos jogos sociais, das medidas aplicadas e da própria capacidade de resposta das mediações às condições adversas de negócio com que se depararam, em média cerca de 80% da rede de mediadores respondeu positivamente, mantendo assim a sua atividade em funcionamento.

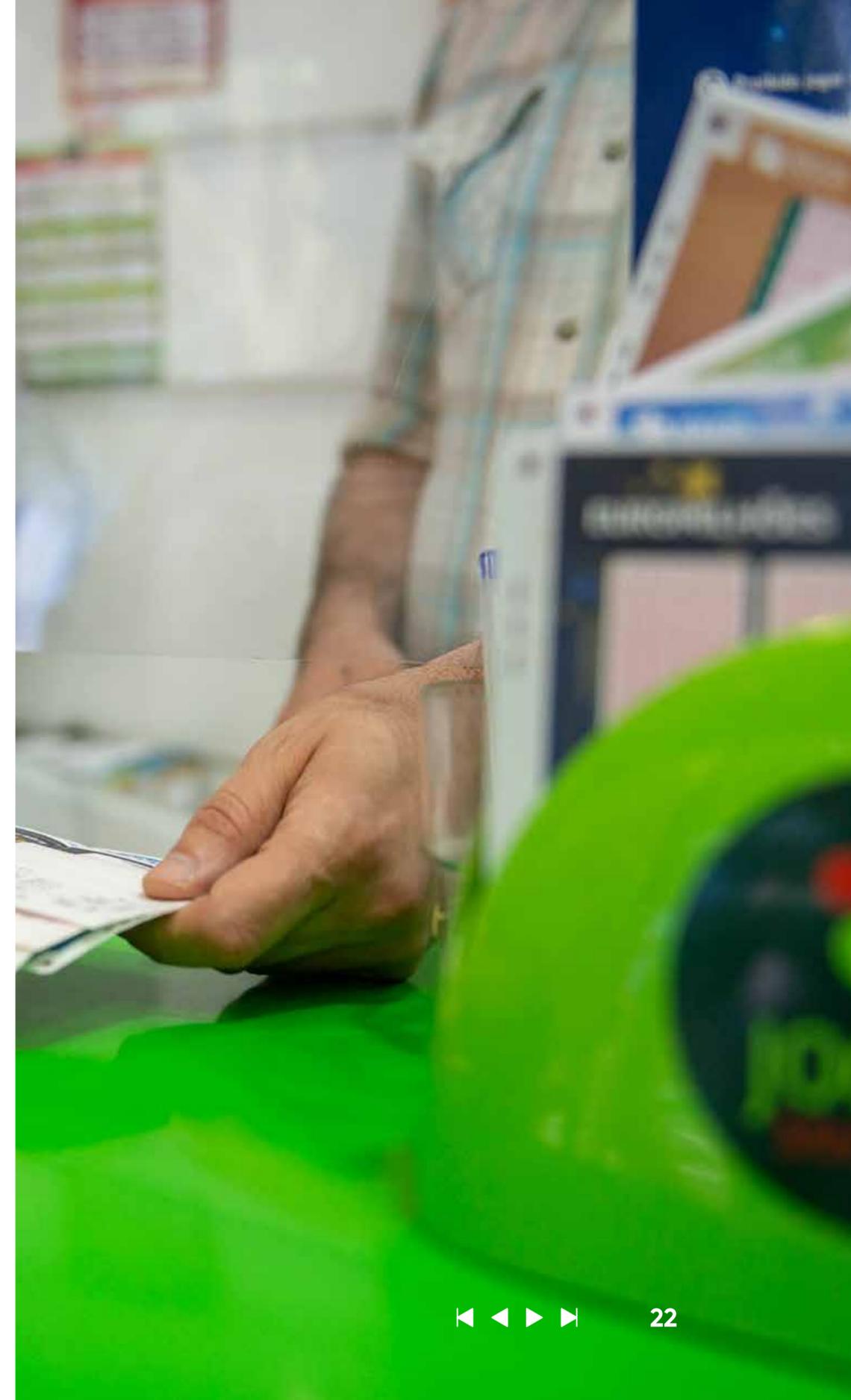
PERANTE OS APOSTADORES

Para além de uma rigorosa implementação de medidas de saúde e segurança nos pontos de venda, as mesmas medidas foram estendidas ao atendimento a apostadores que é efetuado nas instalações de Lisboa e do Porto do Departamento de Jogos. Nestes locais foram igualmente **instalados equipamentos de proteção e foram reorganizados os horários e a forma de atendimento ao público.**

Foram ainda **disponibilizados meios digitais para validação de pagamento de prémios superiores a 5.000 euros**, ainda que de acordo com a legislação vigente tenha sido suspensa a caducidade dos prémios. A comunicação foi ajustada à nova circunstância, focada no reforço do papel dos Jogos Santa Casa nas causas sociais e no respeito pela preocupação social da instituição.

PERANTE OS COLABORADORES

Para garantir a continuidade do negócio e ao mesmo tempo a saúde dos colaboradores foi **adotado o princípio do teletrabalho** e, nos casos em que tal não foi possível, dada a natureza de certas funções, foram organizadas equipas de trabalho que funcionaram rotativamente entre teletrabalho e trabalho presencial.



PERANTE A NECESSIDADE DE CONTINUIDADE DE NEGÓCIO

Foi ativado um vasto e abrangente plano de contingência que permitiu manter todos os processos críticos de negócio durante a pandemia, tendo sido assegurado em permanência e sem interrupções todo o processo de produção e distribuição de jogo, a realização de todos os sorteios, o acompanhamento e gestão da rede de mediadores e o pagamento de prémios, bem como as restantes componentes da operação.

Para o caso específico do Euromilhões, por se tratar de um jogo com coordenação internacional e, como tal, multijurisdicional, foram implementadas medidas de contingência transversais das quais resultou, como produto mais visível, a criação de meios técnicos que futuramente viabilizarão a realização de sorteios eletrónicos, sujeitos à fiscalização por entidades independentes, caso os mesmos, por razões de força maior, não possam ser realizados fisicamente.

Esta medida, veio dar lugar à publicação da Portaria n.º 224/2020, de 24 de setembro, que alterou o Regulamento do Euromilhões, aprovado pela Portaria n.º 1267/2004, de 1 de outubro.

Por outro lado, e porque a disponibilização dos jogos sociais neste contexto de pandemia passou a ter nos canais digitais uma via de oferta adequada às condicionantes com que os apostadores se viram confrontados, **lançámos a campanha da APP Jogos Santa Casa #UMABOAAPOSTA, sob o lema "Agora, mais do que nunca, é importante acreditar"**.

A alteração dos hábitos de consumo dos portugueses - acentuada logo no primeiro trimestre de 2020 como resultado do confinamento - esteve na origem da **decisão da entrada dos Jogos Santa Casa nas redes sociais**, em abril, ainda que de uma forma gradual. Esta mudança estratégica foi reforçada em julho, com o lançamento do Placard no Instagram, Facebook e YouTube. As especificidades da comunicação deste jogo motivaram a criação de uma presença complementar à dos Jogos Santa Casa, facilitando a sua divulgação junto de públicos que vivem o desporto de forma mais intensa e possibilitando uma relação mais próxima entre a marca e os apostadores.

Estes novos canais do ecossistema digital dos Jogos Santa Casa deram origem a mais de 200 milhões de visualizações de conteúdos em 2020, com uma média de 365 mil pessoas impactadas diariamente pela presença dos Jogos Santa Casa nas redes sociais (cerca de metade, 176 mil, no caso do Placard).

PERANTE OS PARCEIROS

Os Jogos Santa Casa têm um conjunto de compromissos, entre outros, de apoio às entidades da área do desporto, que foram mantidos ao longo deste período mesmo que a maioria dos eventos tenha sido suspensa ou cancelada. Entendemos que o nosso conceito de patrocínio vai muito além do reconhecimento da marca pelo retorno obtido nestas ações: o apoio a estas entidades é encarado como uma componente básica da nossa orientação para as Boas Causas e, precisamente neste período excepcional, não poderíamos deixar de estar ao lado de setores e atletas que passaram a níveis de subsistência críticos perante a quase total ausência de atividade.

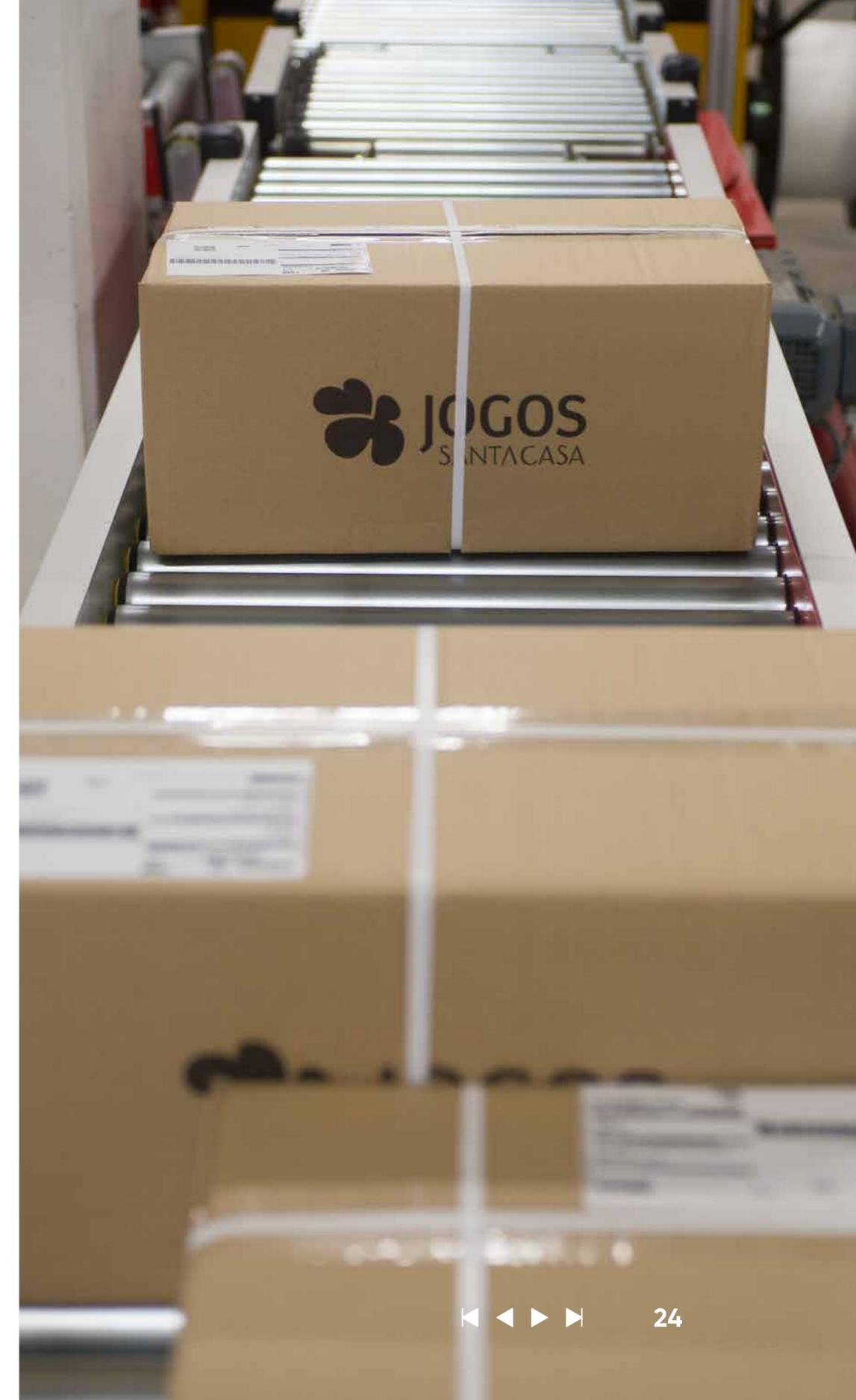
Num momento particularmente importante para o fazer, a marca Jogos Santa Casa comunicou a continuidade do seu apoio às várias entidades desportivas com quem tem uma relação de parceria há vários anos, reforçando o posicionamento de marca que se tem vindo a construir de maior patrocinador do desporto em Portugal.

“O Desporto continua a ter o nosso apoio” foi a assinatura escolhida para a campanha mediática lançada em junho, através da qual se transmitiu a mensagem de que os Jogos Santa Casa iriam cumprir os compromissos contratuais com os seus patrocinados e que as federações, os atletas, as modalidades e os promotores continuariam a ser apoiados.

PERANTE A COMUNIDADE

Numa altura em que o país vivia o primeiro confinamento e em que a informação credível e validada se assumia como um bem essencial para que os portugueses pudessem enfrentar aqueles tempos excecionais de uma forma mais consciente e esclarecida, os meios de comunicação social tornaram-se, mais do que nunca, veículos imprescindíveis da verdade, assumindo o papel de “ajudantes” na propagação dos cuidados individuais a adotar no combate à pandemia.

Indo ao encontro das necessidades mais urgentes dos meios de comunicação social numa altura tão difícil, **os Jogos Santa Casa não se esqueceram da imprensa regional** - enquanto veículo fundamental de comunicação com uma parte considerável da população em Portugal que acede à informação exclusivamente através dos media locais -, e assumiram o compromisso de reforçar o investimento publicitário nesses meios durante o ano de 2020, em jornais dos 18 distritos portugueses, contribuindo, indubitavelmente, para a sustentabilidade destas pequenas e médias empresas de comunicação.



03
ONOSSO
ANOEM
NÚMEROS



ONOSSOANO EM NÚMEROS

VALOR MÉDIO POR
REGISTO DE APOSTA

2,56€

RETORNO À SOCIEDADE
(DAS VENDAS BRUTAS)

96,5%

EFICIÊNCIA DE EXPLORAÇÃO
(GASTOS/VENDAS BRUTAS)

3,7%

N.º UTILIZADORES
REGISTADOS
(SITE E APP JSC)

783 MIL

NOVOS MILIONÁRIOS
(PRÉMIOS ≥ 1M€)

60

PONTOS DE VENDA

4.826

COLABORADORES

314

DOWNLOADS
APP JSC E APP
PLACARD

1,5 MILHÕES

VENDAS BRUTAS

2.768 MILHÕES€

PRÉMIOS
ATRIBUÍDOS

1.703 MILHÕES€

PRÉMIOS ATRIBUÍDOS
POR DIA (MÉDIA)

5 MILHÕES€

Nº PRÉMIOS
PAGOS

187 MILHÕES

BOAS CAUSAS

622 MILHÕES€

BOAS CAUSAS
APOIADAS POR DIA
(MÉDIA)

2 MILHÕES€

Nº APOSTAS
REGISTADAS

1.409 MILHÕES

04
OS NOSSOS
JOGOS



OS NOSSOS JOGOS



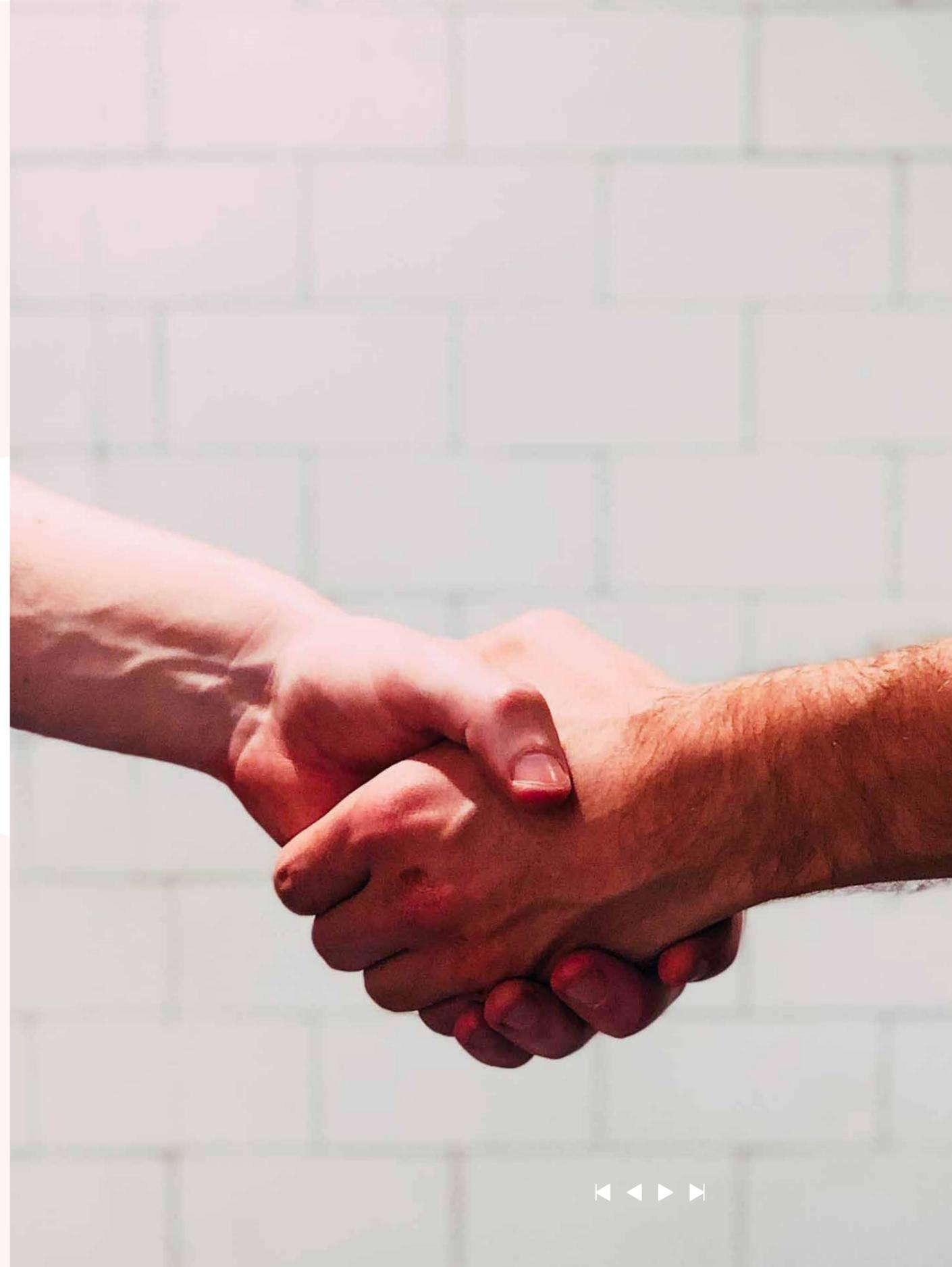






05

COMPRO- MISSOS & RESPONSA- BILIDADES



COMPROMISSOS & RESPONSABILIDADES

05.1 RESPONSABILIDADE NA OFERTA DE JOGO

JOGO RESPONSÁVEL

O jogo responsável, além de ser um compromisso assumido na nossa atividade diária, é pautado pela procura da melhoria contínua das medidas e práticas que promovem a adoção, por parte dos apostadores, de hábitos de jogo moderados. As frequentes auditorias a que nos sujeitamos neste âmbito, realizadas por entidades externas e independentes, têm confirmado essa melhoria contínua e o nosso alinhamento com as melhores práticas internacionais no âmbito do jogo responsável.

Tal como em 2019, em finais de 2020 voltámos a ser auditados, assumindo esta auditoria um cariz especial ao permitir aos Jogos Santa Casa a recertificação em jogo responsável, quer pela European Lotteries (EL), quer pela World Lottery Association (WLA).

O QUE É O JOGO RESPONSÁVEL?

O jogo responsável consiste num conjunto de medidas e práticas corporativas que tendem a promover, junto dos apostadores, a adoção de hábitos de jogo moderados, ajustados à disponibilidade financeira e de tempo de cada pessoa e que não coloquem em causa o respetivo bem-estar. O jogo responsável é, portanto, uma das ferramentas de responsabilidade social corporativa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa que, no âmbito específico da exploração dos jogos sociais do Estado português, visa contribuir para a prevenção de fenómenos de jogo problemático na sociedade.

INVESTIGAÇÃO E CONHECIMENTO

Sempre com o objetivo de expandir as nossas competências em matéria de jogo responsável e de estarmos a par da evolução dos conhecimentos científicos relacionados com o jogo problemático, em 2020 **continuámos a participar em diversas conferências, congressos e seminários, organizados por diversas instituições, nacionais e internacionais.** O formato online que se impôs, generalizado com a pandemia, permitiu que um número alargado de colaboradores assistissem a estes eventos.

Mas se esta preocupação com a aquisição de conhecimento já é uma prática corrente na instituição há bastantes anos, 2020 marcou um importante passo para o reforço do nosso papel na transmissão do conhecimento que temos vindo a acumular. Nomeadamente, porque somos **parte ativa no esforço que a Associação Ibero-americana de Lotarias – a CIBELAE (Corporación Iberoamericana de Loterías y Apuestas del Estado)**– encetou para capacitação dos seus membros em matéria de responsabilidade social corporativa e de jogo responsável.

O Grupo de Trabalho que se dedica a esta matéria, e que os Jogos Santa Casa integram, tem vindo a desenvolver um conjunto de serviços e de conteúdos a disponibilizar aos Membros da Associação (Lotarias de Estado do espaço ibero-americano), visando apoiá-los na submissão de processos de certificação em jogo responsável.



FORMAÇÃO DE COLABORADORES E DE MEDIADORES EM JOGO RESPONSÁVEL

A pandemia veio mudar a forma como realizámos as nossas ações de formação, tendo-se naturalmente optado por efetuar sessões em formato online, com recurso a plataformas digitais unificadas de comunicação e de trabalho corporativo, com a devida revisão de conteúdos, tanto para a formação de colaboradores, como para a formação de mediadores.

Em 2020 demos continuidade à formação inicial sobre jogo responsável destinada a novos colaboradores.

FORMAÇÃO INICIAL DE COLABORADORES	2018	2019	2020
Nº COLABORADORES FORMADOS	29	36	9
Nº TOTAL DE HORAS DE FORMAÇÃO RECEBIDAS	43,5	49	22,5

A formação de mediadores também sofreu adaptações nos modelos formativos que incluem um módulo de jogo responsável.

Ao contrário de anos anteriores, em 2020 não se realizou qualquer ação de formação nacional, contudo ao longo de todo o ano foi assegurada a formação inicial de mediadores.

FORMAÇÃO DE MEDIADORES	2018	2019	2020
Nº MEDIADORES FORMADOS*	15.767	17.106	1.883
Nº TOTAL DE HORAS DE FORMAÇÃO RECEBIDAS	21.929	5.155	1.802

*Nº DE FORMANDOS (MEDIADORES E RESPECTIVOS COLABORADORES)

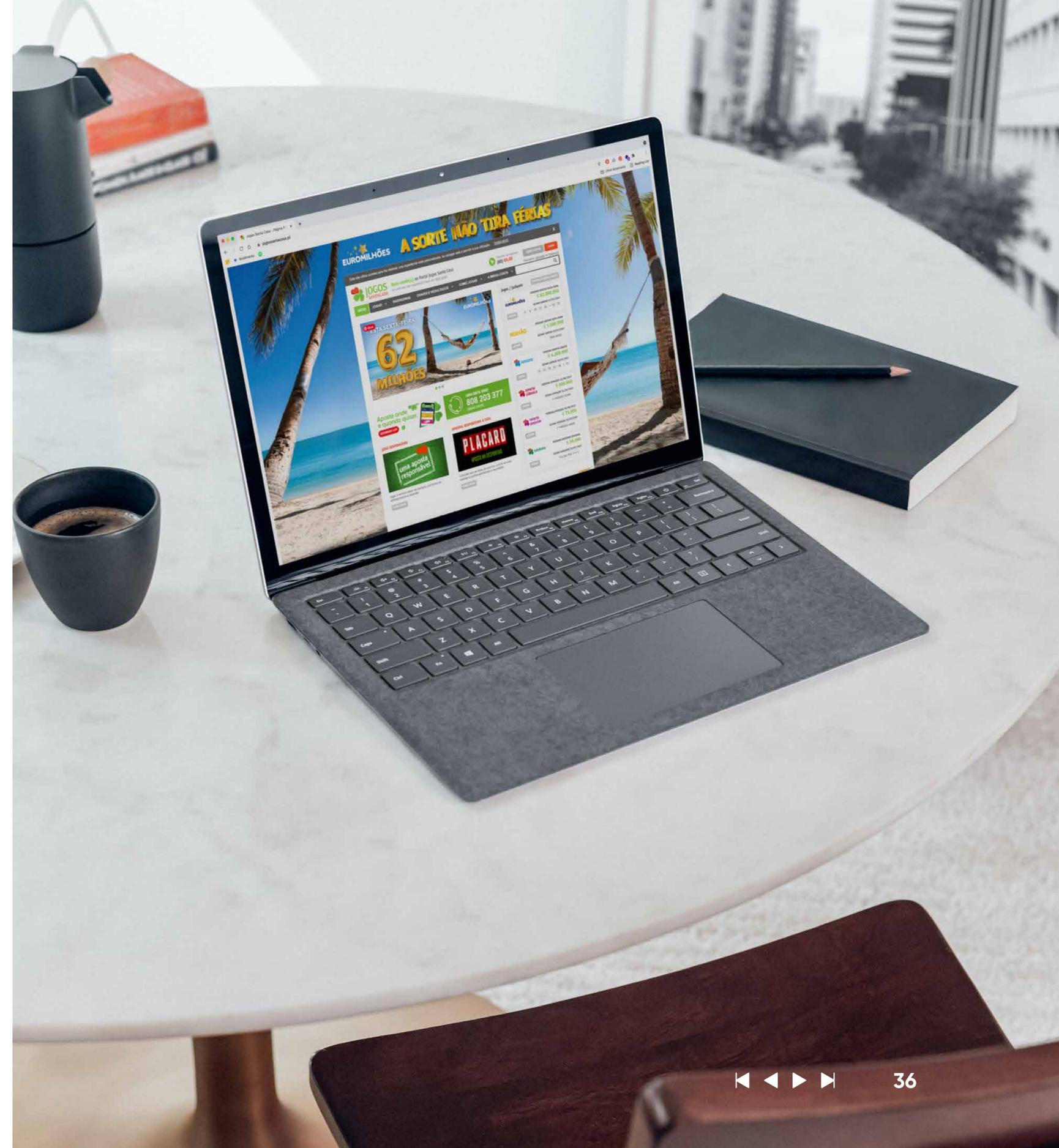
A adequabilidade e eficácia das ações de formação foi assegurada através da avaliação dos conhecimentos adquiridos pelos mediadores, com recurso, por exemplo, a visitas de Clientes Mistério aos estabelecimentos. Em 2020, estas visitas iniciaram-se em finais de fevereiro embora tenham sido interrompidas devido à pandemia, e posteriormente concluídas em finais de agosto.

PREVENÇÃO DE IMPACTOS SOCIAIS DA OFERTA DOS JOGOS SANTA CASA

Mantendo a prevenção de impactos sociais da oferta dos Jogos Santa Casa, através da atividade corrente de verificação dos requisitos de jogo responsável associados ao *marketing* e à publicidade dos jogos, em 2020 foram avaliadas mais de duas centenas de maquetes (244), correspondentes a peças publicitárias do portefólio de marcas dos Jogos Santa Casa nos diferentes meios publicitários – ponto de venda, imprensa, exteriores, televisão, rádio e digital – e a imagens dos bilhetes dos diversos jogos, assim como imagens e mecânicas de jogos *online*.

SENSIBILIZAÇÃO DE APOSTADORES E PÚBLICO EM GERAL

Relativamente à sensibilização de apostadores e público em geral, os Jogos Santa Casa – cientes do seu papel na promoção de hábitos de jogo moderados e prevenção de jogo excessivo –, **têm vindo a disponibilizar continuamente, desde 2016, diversos conteúdos informativos como parte da sua estratégia de divulgação das medidas e ferramentas de jogo responsável.** Estes materiais podem ser encontrados nos pontos de venda, nos canais digitais – nomeadamente nos sites e aplicações *mobile* dos Jogos Santa Casa e do Placard, e no *microsite* de jogo responsável – e através da Linha Direta Jogos.



MECANISMOS DE AUTOPROTEÇÃO DOS APOSTADORES

Como resultado da promoção que a instituição tem feito das ferramentas de jogo responsável que disponibiliza, em 2020 constatou-se um crescimento no recurso a alguns destes instrumentos por parte da população em geral. A redução verificada no número anual de autoexclusões do Placard poderá justificar-se pela diminuição significativa do volume de apostas naquele jogo durante 3 meses, causada pela paragem das principais competições desportivas. Destaca-se ainda o aumento do número de autoexclusões do Portal Jogos Santa Casa e do número de revogações da autoexclusão. Naturalmente, para além da divulgação efetuada sobre esta ferramenta, para este aumento terá contribuído o aumento do recurso aos canais digitais por parte dos apostadores.

AUTOEXCLUSÃO DO PORTAL JOGOS SANTA CASA*	2017	2018	2019	2020	ACUMULADO LÍQUIDO 2020
Nº DE AUTOEXCLUSÕES	26	347	433	523	1044
Nº DE REVOGAÇÕES (APÓS 180 DIAS)	-	43	71	171	

*MECANISMO DISPONÍVEL DESDE NOVEMBRO DE 2017.

AUTOEXCLUSÃO DO PLACARD*	2016	2017	2018	2019	2020	ACUMULADO LÍQUIDO 2020
Nº DE AUTOEXCLUSÕES	11	33	53	75	59	218
Nº DE REVOGAÇÕES (APÓS 180 DIAS)	-	-	5	5	3	

*MECANISMO DISPONÍVEL DESDE O LANÇAMENTO DO PLACARD, EM SETEMBRO DE 2015.

Apesar do aumento do número de contactos recebidos na Linha de Apoio Jogo Responsável, o número de pessoas alvo de apoio psicológico registou um ligeiro decréscimo face a 2019.

LINHA DE APOIO JOGO RESPONSÁVEL	2016	2017	2018	2019	2020
Nº TOTAL DE CONTACTOS RECEBIDOS	189	227	262	303	412
Nº TOTAL DE CONTACTOS ALVO DE APOIO PSICOLÓGICO	76	117	135	173	161

Em linha com os anos anteriores, em 2020 os Jogos Santa Casa prosseguiram com o seu contributo para o Plano Nacional coordenado pelo Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências (SICAD) do Ministério da Saúde, participando nas diversas Subcomissões do Plano Nacional e reportando anualmente a sua atividade em matéria de jogo responsável (o que sucede desde 2013). Em 2020, contribuimos para várias ações do Plano Nacional.

LINHA DE APOIO JOGO RESPONSÁVEL

TELEFONE

(+351) 214 193 721

(CUSTO DE CHAMADA PARA REDE FIXA)

HORÁRIO

DIAS ÚTEIS, DAS 14H00 ÀS 18H00

E-MAIL

LINHADEAPOIO@IAJPT.EU

SEGURANÇA E RISCO

No ano de 2020, o Departamento de Jogos implementou várias medidas que reforçam a segurança dos nossos apostadores e mediadores.

Através de uma monitorização abrangente e realizada em permanência, foram alargados e reforçados os modelos de análise de risco, dos quais resulta uma ainda maior capacidade de identificação de situações de risco, com ajustamentos às medidas vigentes e aplicação de novas medidas de mitigação, recorrendo à participação às autoridades competentes sempre que se justifique. Foram adotadas medidas dissuasoras de furtos, como por exemplo o bloqueio para pagamento de eventuais prémios de talões de apostas furtados e a estreita colaboração com as entidades policiais.

No cumprimento do desígnio de promoção da integridade desportiva, o Departamento de Jogos integrou a delegação portuguesa com representação no Comité de Acompanhamento da Convenção do Conselho da Europa sobre Manipulação de Competições Desportivas.

Este Comité é o órgão responsável pelo acompanhamento da aplicação da referida Convenção, aberta à assinatura em Magglingen/Macolin em 18/09/2014 e com entrada em vigor no dia 1 de setembro de 2019, da qual Portugal foi o primeiro Estado signatário, tendo aprovado a Convenção através da Resolução da Assembleia da República n.º 109/2015, de 7 de agosto.



AUDITORIA DE ACOMPANHAMENTO DA CERTIFICAÇÃO DO SGSI

A segurança continua a ser uma das principais prioridades do Departamento de Jogos, bem como de toda a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, área que conta com uma aplicação transversal de medidas em todos os seus âmbitos de atuação.

O Departamento de Jogos tem o seu Sistema de Gestão de Segurança da Informação (SGSI) certificado desde 2004, num processo em constante melhoria e que é caracterizado pela permanente implementação de controlos de segurança decorrentes das normas internacionais.

Tendo por desígnio contribuir para a transparência, a segurança e a integridade das operações, a proteção da informação, a conformidade legal e a preservação da imagem e reputação da Santa Casa e do seu Departamento de Jogos, o SGSI é um instrumento de gestão indispensável no nosso quotidiano, que promove a implementação dos normativos legais, com particular destaque para o Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD), a prevenção e combate ao branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo, e ainda para o sistema de controlo e gestão do risco relacionado com a promoção da integridade do desporto e da ética desportiva, implementado no âmbito da gestão das apostas desportivas à cota.

Num ano tão atípico como o de 2020, marcado pela pandemia mundial e pela imprevisibilidade decorrente dessa situação, ficou claro que o SGSI cumpriu o seu desígnio ao estar subordinado às necessidades e objetivos do negócio, tendo presente o contexto interno e externo da organização.

Considerando que a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa já tem a prática de implementar procedimentos de contingência para as suas atividades, esta realidade do SGSI facilitou a adaptação dos procedimentos ao cenário real de pandemia, sem interrupção das atividades desenvolvidas no âmbito dos processos críticos do negócio de organização e exploração dos jogos sociais do Estado.

De igual forma, a auditoria de acompanhamento da certificação do SGSI - realizada em junho de 2020 pela entidade certificadora AENOR - decorreu pela primeira vez de forma não presencial. A capacidade de adaptação da organização ficou aqui também patente, uma vez que, mesmo em condições especiais, foi possível mostrar e evidenciar a conformidade com as normas de referência e assim assegurar a manutenção da certificação do SGSI de acordo com as normas WLA Security Control Standard: 2016 - Lottery and gaming security and integrity standards for operations, da World Lottery Association e ISO/IEC 27001:2013 - Information technology - Security techniques - Information security management systems - Requirements.

As demais obrigações no âmbito da manutenção e melhoria contínua do SGSI foram igualmente asseguradas. De destacar a formação inicial no âmbito deste sistema de gestão, a qual foi também realizada em formato não presencial, e que motivou o interesse dos novos colaboradores que passaram a integrar as áreas abrangidas pelo mesmo. A organização continuou a promover a implementação da gestão integrada da segurança.

O SGSI reafirmou-se como um instrumento para assegurar e evidenciar a conformidade legal, em particular no que respeita ao RGPD, designadamente como elemento facilitador da integração das medidas técnicas e organizativas no âmbito da proteção de dados pessoais, em especial no que respeita a projetos e processos aquisitivos.

Em suma, a situação de pandemia vivida em 2020 confirmou que o Sistema de Gestão de Segurança da Informação é um instrumento fundamental para a gestão global da instituição, dotando a gestão do negócio da resiliência necessária e contribuindo para assegurar a conformidade com os requisitos legais, normativos e contratuais aplicáveis.

SALVAGUARDA DO PATRIMÓNIO DAS FAMÍLIAS

“Um pequeno dispêndio para um grande sonho” mantém-se como princípio na forma como queremos que os apostadores encarem a sua aposta nos nossos jogos.

Trata-se de entretenimento descomprometido e de uma prática de dimensão eminentemente social, quer na resposta a um hábito humano de jogar, quer no impacto da redistribuição que lhe está inerente.

A avaliação do montante que os portugueses despendem em jogos sociais do Estado e do que este gasto pode representar no orçamento familiar é uma preocupação constante na gestão da oferta, com reflexos efetivos na forma como é determinada a estratégia de exploração dos jogos.

Nesta medida, fatores como o tipo e as modalidades de jogo disponibilizados, os canais de oferta e o preço das apostas são equacionados não apenas para maximizar os rendimentos obtidos, mas para dar cumprimento à prevenção do jogo excessivo e à salvaguarda do património das famílias.

A sustentabilidade dos montantes gerados para as Boas Causas passa, sobretudo, pela capacidade de gerir de forma eficiente os recursos empregues na atividade de exploração do jogo e não pela promoção de um aumento de procura desequilibrado em relação à capacidade de consumo dos apostadores no seu conjunto.

O rendimento disponível das famílias, em consequência da crise pandémica, praticamente estagnou em 2020, estimando-se uma variação de 0,2%, de acordo com as últimas projeções do Banco de Portugal¹.

Esta evolução terá sido consequência do impacto da situação desfavorável vivida no mercado de trabalho, amortecida, contudo, pelas medidas governamentais, incluindo as moratórias ao crédito.

Com base nesta projeção e na queda acentuada de 24,3% da despesa líquida das famílias em jogos sociais (gasto em apostas deduzido do valor pago em prémios, líquido de imposto do selo), o peso desta componente no rendimento disponível reduz-se face aos últimos anos, devendo situar-se em cerca de 0,8%.

Ainda para aferição do impacto dos jogos sociais na despesa das famílias, verificamos que em 2020 o valor despendido por registo se manteve em linha com o registado no ano anterior, tendo-se observado uma variação de apenas 0,02 euros, passando de 2,54 euros em 2019 para 2,56 euros em 2020. Este valor encontra-se, portanto, dentro do intervalo de valores verificado nos últimos anos e em conformidade com os princípios de jogo responsável que estão na base da nossa atividade, em que privilegiamos uma larga base de apostadores com dispêndios individuais de montantes relativamente baixos.

¹ Dados do Banco de Portugal, Boletim Económico – dezembro/2020

05.2 NÓS E A SOCIEDADE

RETORNO À SOCIEDADE

Representando 96,5% das vendas brutas de jogo, o montante total de retorno à sociedade gerado no último ano foi de 2.673 milhões de euros.

A sociedade beneficia do dinheiro devolvido pelos Jogos Santa Casa sob a forma de prémios, remunerações pagas aos mediadores pelos apostadores, imposto do selo que incide sobre as vendas e sobre os prémios, resultados distribuídos aos beneficiários, deduções legais sobre as vendas brutas para promoção do desporto, patrocínios e investimento na promoção da legalidade e do jogo responsável.



Este retorno é estratificado de acordo com as finalidades a que diretamente se destinam os montantes gerados e com a forma como de redistribuem.

Apesar de ter sido um ano atípico, a estrutura de retorno manteve-se inalterada e apresenta a seguinte composição:



BOAS CAUSAS

Neste ano foram destinados **622 milhões de euros** ao financiamento de Boas Causas.

RESULTADOS DISTRIBUÍDOS

Em 2020 foram distribuídos aos beneficiários dos jogos sociais do Estado 608 milhões de euros provenientes dos resultados de exploração dos nossos jogos.

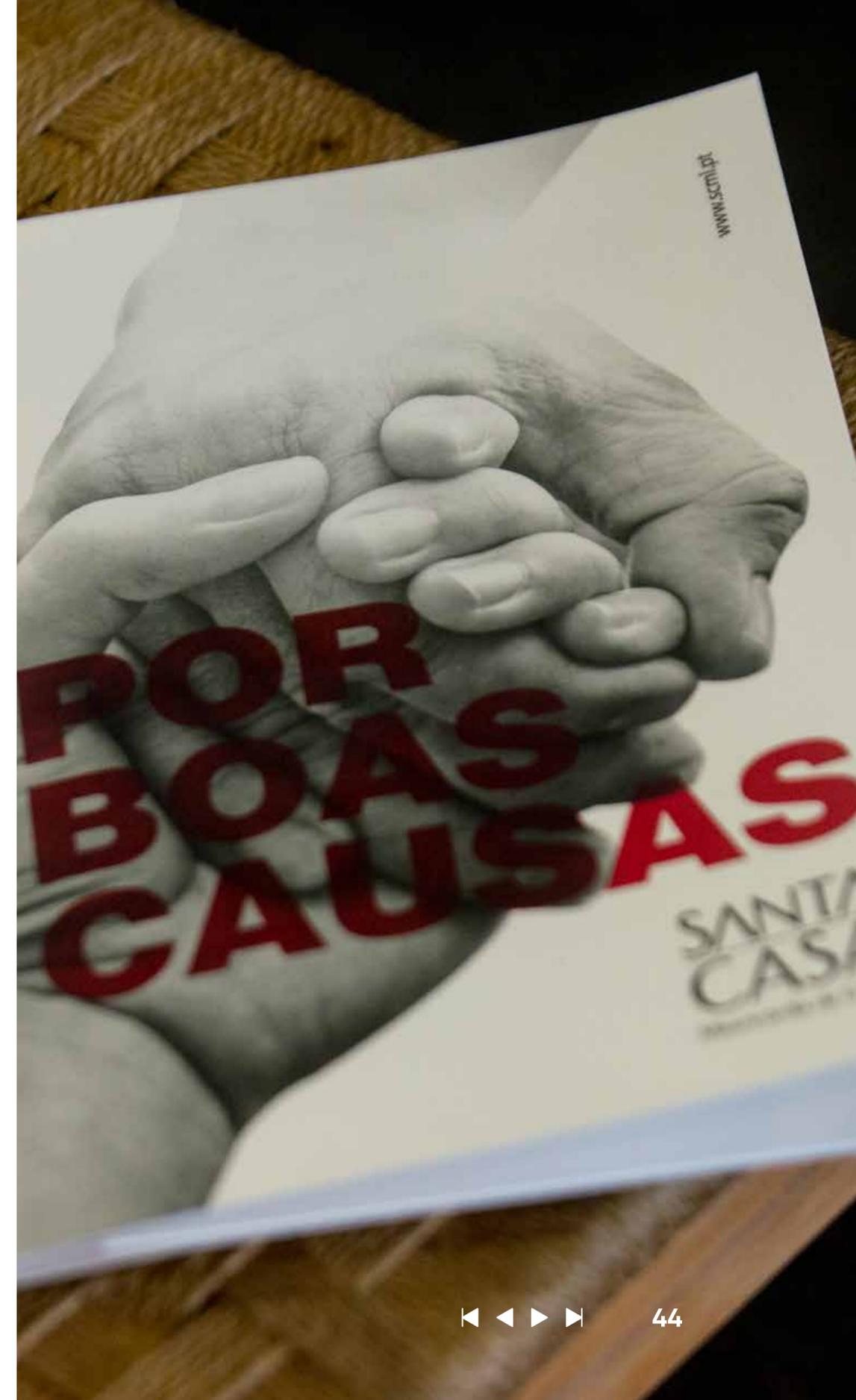
Às entidades a quem são distribuídos os resultados da nossa atividade de exploração compete aplicar os montantes recebidos em fins que consubstanciam as políticas sociais do Estado, entre as quais se contam o apoio social aos idosos, famílias, crianças e jovens mais carenciados, às pessoas portadoras de deficiência e vítimas de violência, bem como na promoção e valorização da cultura, na melhoria da qualidade educativa, no incremento das atividades desportivas e no combate às dependências.

DEDUÇÕES ÀS RECEITAS DAS APOSTAS DESPORTIVAS À COTA DE BASE TERRITORIAL (PLACARD) ATRIBUÍDAS À SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA

De acordo com o estabelecido na legislação que aprova o regime jurídico da exploração das apostas desportivas à cota de base territorial, 10 milhões de euros foi a verba atribuída à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, correspondente à parcela que lhe cabe da receita do Placard.

PATROCÍNIOS

Os patrocínios atribuídos perfizeram o montante de 4 milhões de euros em 2020. Numa altura de grandes dificuldades e desafios decorrentes da situação de crise que se vivia, e apesar da existência de inúmeros eventos desportivos cancelados e adiados, a estratégia de atribuição de patrocínios continuou a consubstanciar-se principalmente no apoio ao desporto, com especial foco no talento desportivo e nos grandes eventos desportivos nacionais. Apoio este que, não só fez toda a diferença para inúmeros atletas e entidades desportivas, como também reforçou o posicionamento e a notoriedade dos Jogos Santa Casa como a marca que mais apoia o Desporto em Portugal.



RETORNO SOCIAL

Ao financiamento direto das Boas Causas acresce o montante entregue ao Estado sob a forma de imposto do selo, constituindo-se com estes valores o que designamos de retorno social e que totalizou 803 milhões de euros em 2020.

O imposto do selo gerado pelos jogos sociais do Estado representou 180 milhões de euros, registando uma redução evidente face a 2019. Na origem deste decréscimo encontra-se exclusivamente a quebra das vendas, uma vez que a parcela de imposto resultante dos prémios atribuídos registou um aumento significativo, devido à atribuição de um maior valor de prémios na categoria sujeita a este imposto.

Apesar desta evolução do imposto do selo gerado pelos nossos jogos (de 4,5% incluído no valor da aposta e 20% sobre a parcela dos prémios atribuídos que excede os 5.000 euros), verificou-se um aumento subtil do peso que este fator assume na receita fiscal do Estado, passando a representar 11,1%, ao invés dos 11% em 2019.

TABELA 1:
IMPORTÂNCIA DO IMPOSTO DO SELO DOS JSC
NA RECEITA FISCAL TOTAL DE IMPOSTO DO SELO: 2018 - 2020
MILHÕES €, %

	2018	2019	2020
IMPOSTO DO SELO SOBRE VENDAS	133	145	119
IMPOSTO DO SELO SOBRE PRÉMIOS	47	41	61
TOTAL	181	186	180
PESO NA RECEITA FISCAL DO ESTADO EM IMPOSTO DO SELO	11,5%	11,0%	11,1%

COESÃO SOCIAL

O contributo global dos Jogos Santa Casa para ações de promoção da coesão social em Portugal fez **1.031 milhões de euros em 2020.**

Para além do financiamento das políticas sociais do Estado incluem-se neste patamar de retorno:

o investimento realizado na defesa da legalidade do jogo a dinheiro, no combate à fraude fiscal e ao branqueamento de capitais, enquanto fenómenos potencialmente associados a práticas de jogo, bem como na promoção do jogo responsável como meio de proteção do património das famílias e da ordem pública, e que, no último ano, rondou 1 milhão de euros;

a afetação de receita do Placard para apoio às entidades organizadoras de eventos desportivos, clubes e atletas, de acordo com o previsto no regime de exploração e prática das apostas desportivas à cota de base territorial, que equivaleu a 18 milhões de euros;

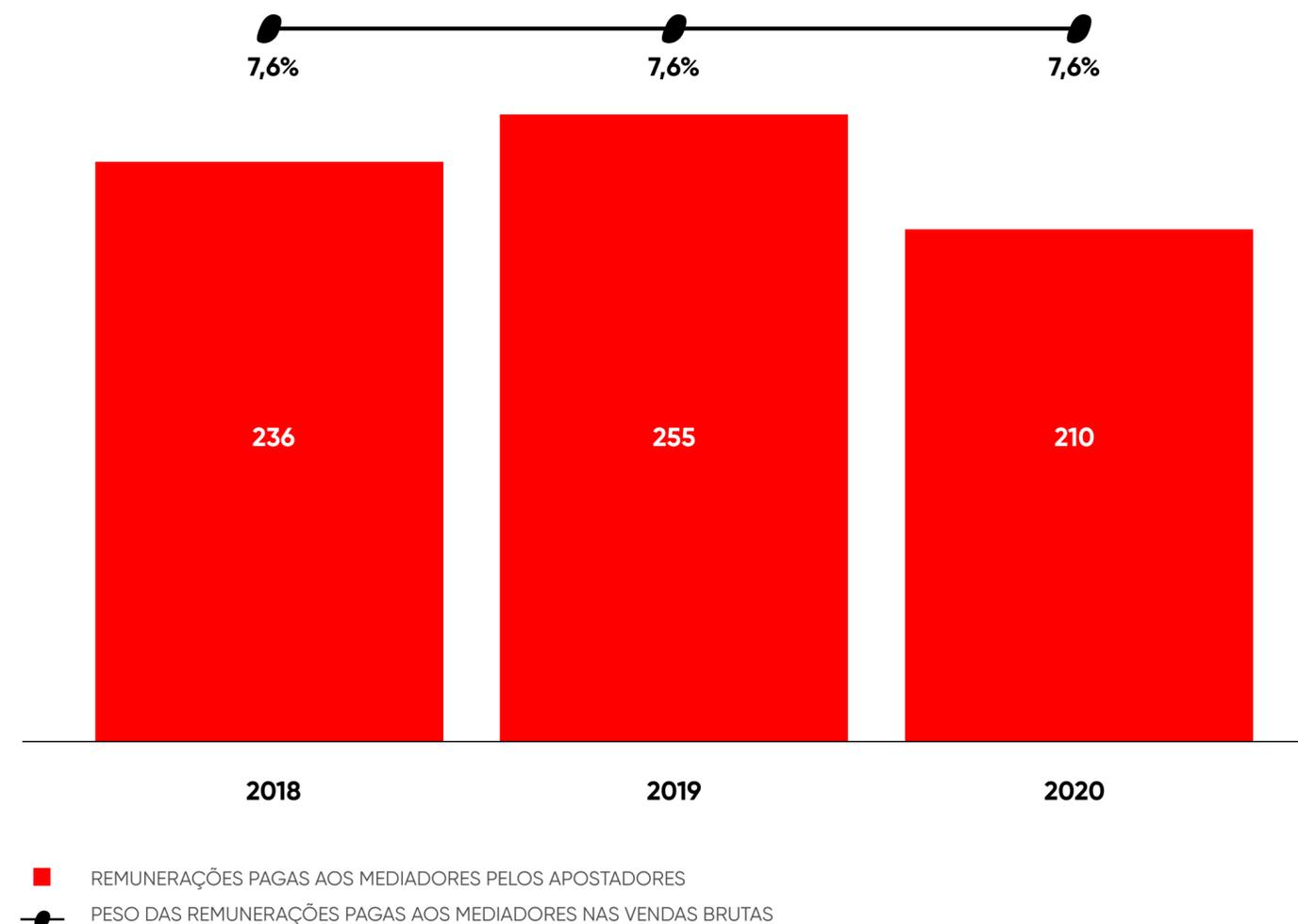
as remunerações pagas pelos apostadores aos mediadores dos jogos sociais do Estado, no valor de 210 milhões de euros.



As remunerações pagas aos mediadores representam montantes que, em muitos casos, se traduzem num suporte financeiro determinante para um conjunto alargado de empresas, na sua maioria pequenas e médias empresas, instaladas em todo o país, promovendo, desta forma, a atividade empresarial e o emprego em inúmeras economias locais.

Em 2020, cada um dos nossos 4.826 pontos de venda obteve em média 43 mil euros de remunerações, derivado às restrições inerentes à pandemia que levaram ao encerramento de parte da rede de mediadores por um longo período. Estima-se, ainda assim que, na sua globalidade, estas receitas tenham assegurado mais de 16 mil postos de trabalho.

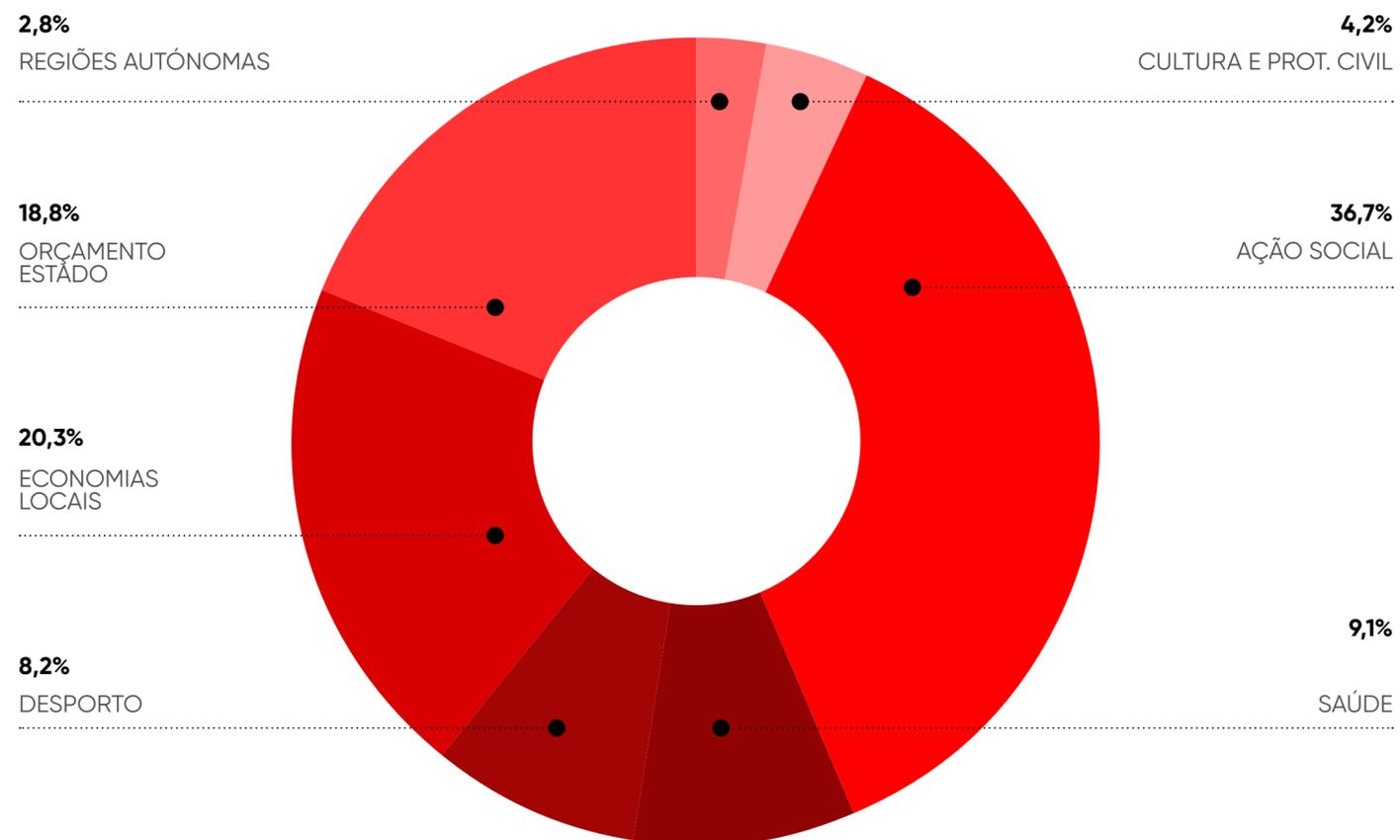
GRÁFICO 1:
REMUNERAÇÕES PAGAS AOS MEDIADORES PELOS APOSTADORES: 2018 – 2020
MILHÕES €, %



Estes números continuam, apesar de tudo, a ilustrar de forma evidente que apostar nos jogos sociais do Estado através da rede física de mediadores se traduz num reforço do nosso papel enquanto promotores de coesão social. Tal não se verifica apenas pela destacada importância económica que representamos mas também pela capacidade de permitirmos aliar o entretenimento partilhado, o convívio e a fruição do espaço público que são aspetos valorizados pelos consumidores mas que, por força das circunstâncias, se tornaram como que inatingíveis por tempo indeterminado.

Entre os montantes destinados à coesão social, as empresas mediadoras dos jogos sociais do Estado arrecadaram 20,3% do total desta repartição, tendo sido a segunda principal destinatária, só ultrapassada pela área social para a qual foram direcionados 36,7% dos valores distribuídos.

GRÁFICO 2:
RETORNO POR ÁREA DE COESÃO SOCIAL: 2020



RETORNO TOTAL

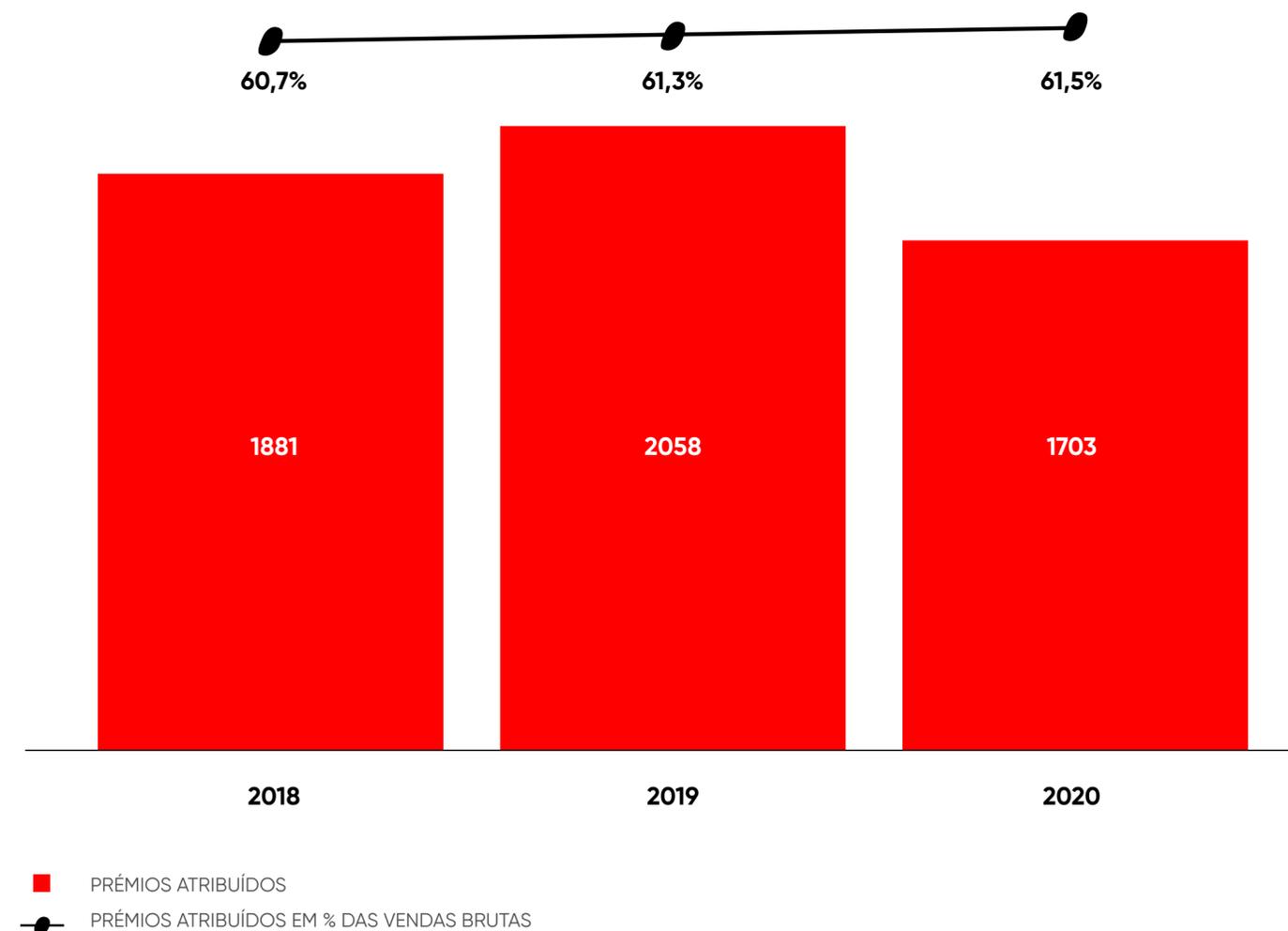
O retorno total para a sociedade gerado pelos Jogos Santa Casa foi de **2.673 milhões de euros, em 2020.**

Neste último patamar de retorno à sociedade somam-se os prémios atribuídos nos nossos jogos deduzidos do imposto do selo sobre prémios, já considerado ao nível do retorno social.

Os prémios atribuídos² superaram os 1.700 milhões de euros, reforçando o peso dos prémios nas vendas brutas para os 61,5%.

² Valor Bruto dos Prémios, sem dedução do imposto do selo sobre prémios.

GRÁFICO 3:
PRÉMIOS ATRIBUÍDOS: 2018 - 2020 MILHÕES €, %



MILHÕES EM PRÉMIOS

Receber o **título de “alto premiado”** pode parecer um sonho longínquo, mas é possível. Os prémios distribuídos assim o demonstraram, fazendo os portugueses continuar a sonhar com o dia em que receberão os tão ambicionados milhões.

Em 2020, mais de 1.700 milhões de euros foram distribuídos aos nossos apostadores, destacando-se a Lotaria Instantânea como a responsável pela atribuição da maior fatia dos prémios: praticamente, 900 milhões de euros.

Quando analisados os prémios de valor igual ou superior a 5.000 euros, contabilizam-se mais de 323 milhões de euros, distribuídos por 3.877 prémios, com a Lotaria Instantânea a ocupar novamente o primeiro lugar no *ranking* dos jogos sociais que mais prémios atribuiu neste patamar (2.920), seguida do Placard (272) e da Lotaria Clássica (221).

Os prémios de valor igual ou superior a um milhão de euros foram atribuídos pelo Euromilhões, Totoloto e Milhão, num total de 61 prémios, o equivalente a mais de 256 milhões de euros. Ao contrário do que sucedeu no ano transato, em 2020, Lisboa foi o distrito com mais “altos premiados”: um “excêntrico” arrecadou 100 milhões de euros no Euromilhões e mais de uma dúziade vencedores foram contemplados com um milhão de euros, precisamente no jogo com o mesmo nome.

Se a análise incidir sobre a média dos prémios atribuídos por semana, a Raspadinha continua a ser a “rainha” dos jogos sociais ao atribuir cerca de 2,8 milhões de prémios semanais, o que se traduz em mais de 17,2 milhões de euros. O “criador de excêntricos”, como é conhecido o Euromilhões, ocupa o segundo lugar com quase 340 mil prémios por semana, o que representa mais de 5,6 milhões de euros entregues a apostadores portugueses.

Estes dados não deixam margem para dúvidas: as apostas realizadas retornam sempre à sociedade, quer sob a forma de prémios ou de apoios.

JOGOS SANTA CASA A MARCA QUE MAIS APOIA O DESPORTO EM PORTUGAL

PARCERIAS COM IMPACTO

Decorreram oito anos desde que a marca Jogos Santa Casa iniciou uma estratégia de patrocínios assente no apoio ao desporto nacional, ao talento desportivo e aos grandes eventos desportivos de bandeira portuguesa. Mais do que nunca, prosseguimos o desígnio de transformar as parcerias em ferramentas de integração e coesão social, através do apoio a entidades que superintendem o desporto em Portugal, sem esquecer as federações e os principais eventos desportivos.

2020 começou com a convicção de que este seria um dos anos mais importantes para o desporto, uma vez que estavam agendados alguns dos maiores eventos multidesportivos à escala mundial, como os Jogos Olímpicos e os Jogos Paralímpicos, assim como o Europeu de Futebol, campeonato no qual a nossa seleção é campeã. Porém, a pandemia mundial condicionou fortemente a prática desportiva, gerando o adiamento ou cancelamento da generalidade dos eventos previstos para 2020.

Perante esta situação, os nossos parceiros foram forçados a reinventar-se e adaptar-se às novas circunstâncias, alterando o modelo, local e datas das competições: cumprindo um rigoroso plano de segurança, dirigindo o esforço de comunicação para os meios digitais, trabalhando em provas que permitissem aos atletas competir em casa e, sobretudo, realizando um enorme esforço para que toda a “máquina desportiva” não parasse.

OS NÚMEROS DE 2020:

2

COMITÉS (OLÍMPICO E PARALÍMPICO)

16

FEDERAÇÕES DESPORTIVAS

FED. PORTUGUESA DE JUDO
FED. DE MOTOCICLISMO DE PORTUGAL
FED. PORTUGUESA DE RUGBY
FED. PORTUGUESA DE TÊNIS DE MESA
FED. PORTUGUESA DE CANOAGEM
FED. PORTUGUESA DE REMO
FED. DE GINÁSTICA DE PORTUGAL
FED. PORTUGUESA DE DESPORTO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

FED. PORTUGUESA DE DESPORTOS UNIVERSITÁRIOS
FED. PORTUGUESA DE BASQUETEBOL
FED. DE ANDEBOL DE PORTUGAL
FED. PORTUGUESA DE NATAÇÃO
FED. PORTUGUESA DE SURF
FED. DE TRIATLO DE PORTUGAL
FED. PORTUGUESA DE FUTEBOL
FED. PORTUGUESA DE CICLISMO

100

SELEÇÕES NACIONAIS (30 DAS QUAIS FEMININAS)

11

SELEÇÕES DE DESPORTO ADAPTADO

86

SELEÇÕES DE DESPORTO UNIVERSITÁRIO

54

BOLSAS DE EDUCAÇÃO



O "NOVO NORMAL" NO MUNDO DESPORTIVO

De um dia para o outro, a pandemia global mudou o país, forçando instituições, atletas e cidadãos a adaptarem-se a uma realidade até então desconhecida: foi tempo de recorrer a soluções inovadoras e implementar respostas que nunca tinham sido testadas. O resultado: a atividade desportiva não parou e até os eventos mais tradicionais foram reinventados...

EDIÇÃO ESPECIAL DA VOLTA A PORTUGAL

A "Volta a Portugal" é um dos maiores e mais acarinhados eventos desportivos realizados em Portugal. Perante a situação mundial de pandemia, a Federação Portuguesa de Ciclismo optou por **organizar uma edição adaptada às circunstâncias, solidária, na qual os Jogos Santa Casa patrocinaram a Camisola Amarela**, assumindo este compromisso numa altura de grandes dificuldades e desafios, sabendo que este apoio faria toda a diferença na vida daqueles atletas do ciclismo profissional.



WORLD BIKE TOUR

Desde 2018 que os Jogos Santa Casa se associam ao World Bike Tour, conhecido por ser o maior evento cicloturístico em Portugal. Desta vez fomos **patrocinadores exclusivos da camisola** e um dos principais patrocinadores do evento que sofreu alterações significativas devido ao contexto pandémico mas que não deixou de se realizar: foi recalendarizado de julho para 4 de outubro, o número de participantes foi reduzido para metade e o circuito contou com a implementação de saídas diferenciadas, controlo de distanciamento e uma "Sala Covid".

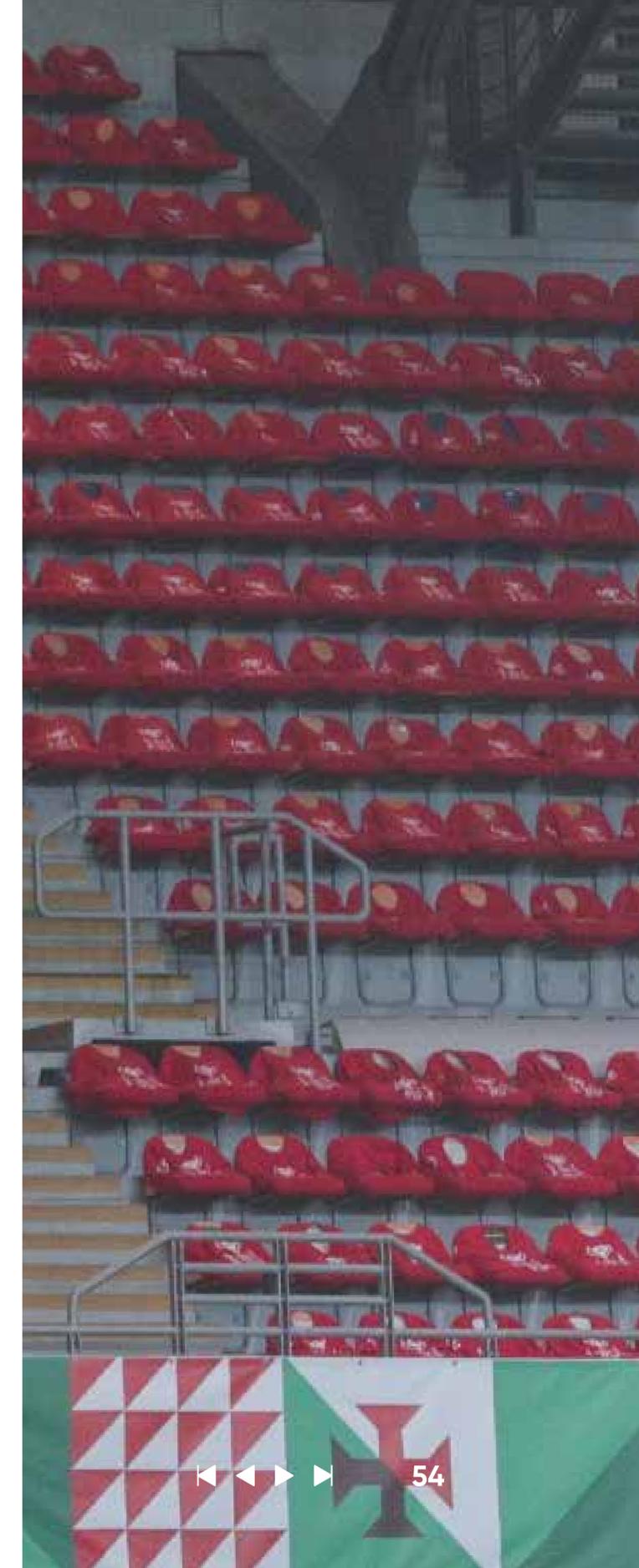


TAÇA DE PORTUGAL PLACARD

Os Jogos Santa Casa são patrocinadores da Taça de Portugal há 8 anos e, desde 2017, que o Placard dá nome à "prova rainha" do futebol nacional.

Os Jogos Santa Casa, a Federação Portuguesa de Futebol e a Olivedesportos uniram esforços e ajustaram-se às inesperadas circunstâncias, organizando o jogo no Estádio Cidade de Coimbra à porta fechada mas reforçando a exposição da marca, não só na vertente de visibilidade, como também no âmbito da responsabilidade social. De forma original, foram colocadas nas cadeiras das bancadas 17.000 *t-shirts* com as cores dos clubes que disputaram a final, o Sport Lisboa e Benfica e o Futebol Clube do Porto.

Esta iniciativa permitiu não só colorir as bancadas como também se refletiu no âmbito social: numa iniciativa "a duas mãos", a Federação Portuguesa de Futebol e a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa fizeram chegar as *t-shirts* a jovens e adultos de diferentes instituições espalhadas pelo país.

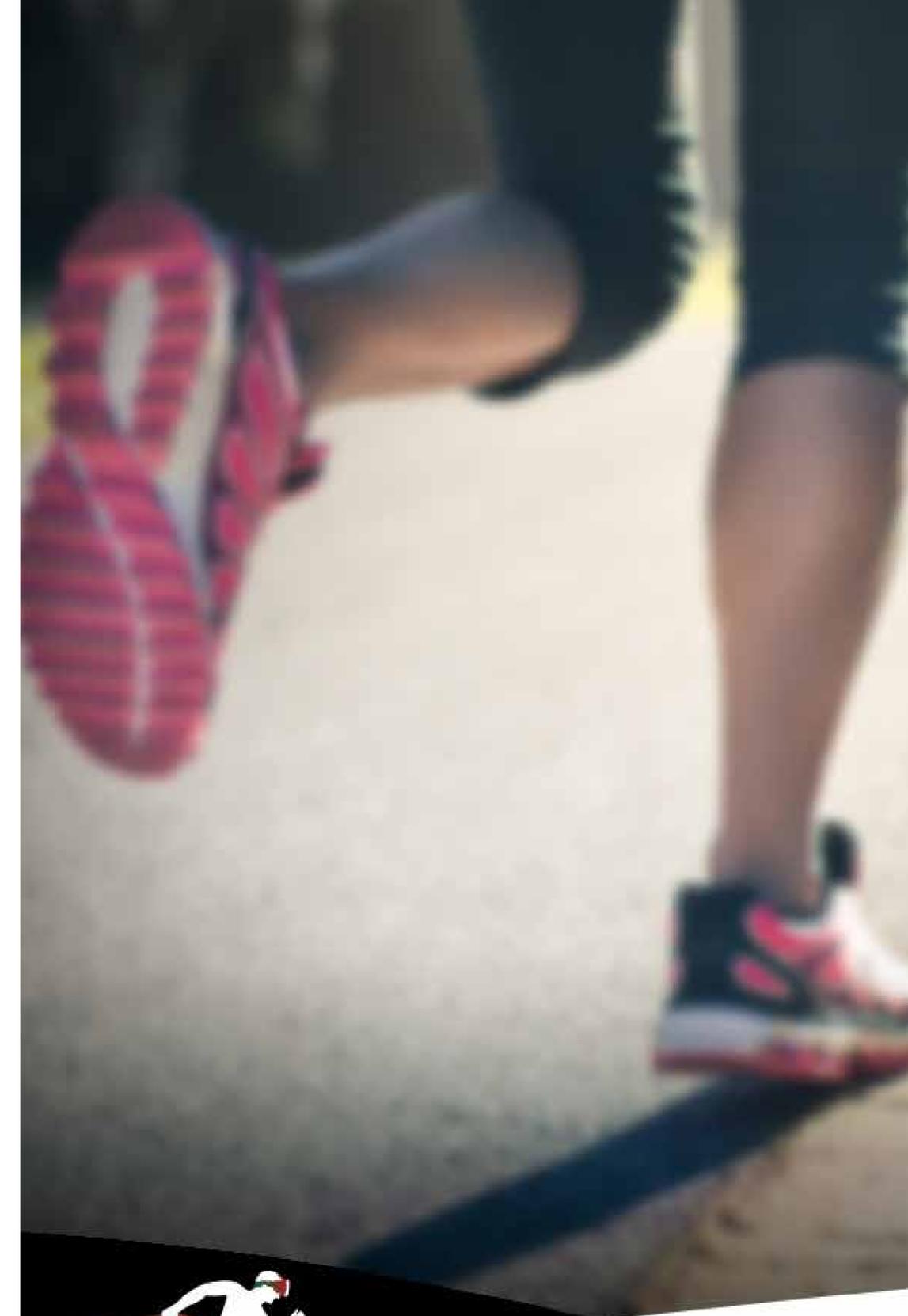


MARATONAS VIRTUAIS

Há seis anos que os Jogos Santa Casa são parceiros do Maratona Clube de Portugal, sendo já uma tradição o apoio à Maratona de Lisboa, à Meia Maratona de Lisboa e à bem conhecida corrida de índole solidária, a "Corrida da Mulher". Com o cancelamento de todos estes eventos, o Maratona Clube de Portugal procurou rapidamente uma solução, ajustando as provas desportivas ao contexto que se vivia. Para que os portugueses não perdessem os hábitos de prática desportiva e se mantivessem ativos, especialmente durante o período de confinamento, foram criadas corridas virtuais, sem qualquer custo para os participantes.

Este novo modelo revelou-se um sucesso no número de participantes, com as inscrições limitadas a dez mil atletas. Para tornar as provas ainda mais realistas e desafiantes foi desenvolvida uma aplicação móvel que validou a participação dos corredores, registando a distância e os tempos obtidos, havendo desta forma uma classificação geral oficial, à semelhança do que acontece em provas de estrada "reais".

Os Jogos Santa Casa foram assim *naming sponsor* de duas edições de Corridas Virtuais, com distância de 5 quilómetros, que decorreram em junho e outubro.



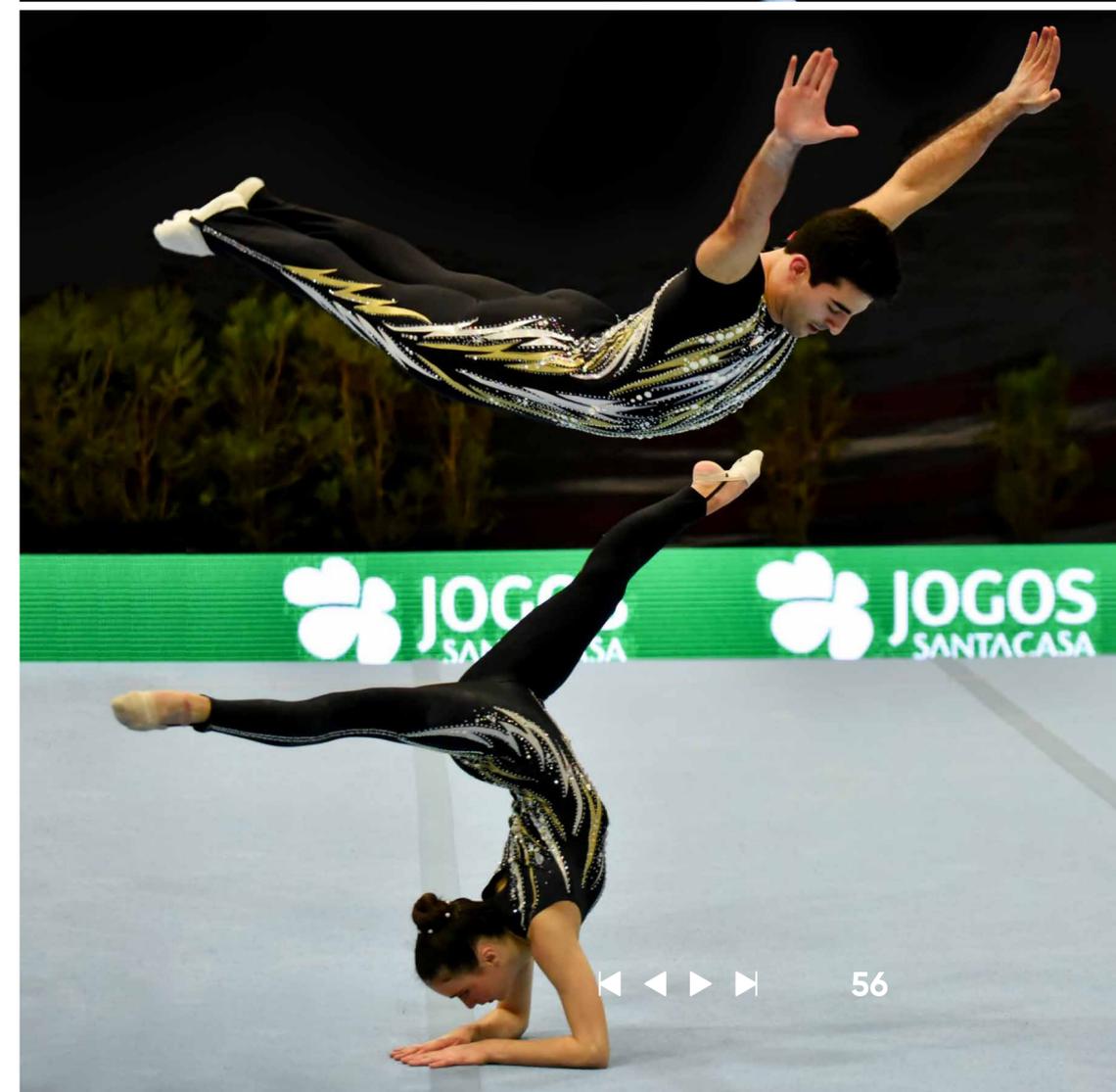
CAMPEONATO VIRTUAL DE REMO

Para a história ficar a forma como as comunicações à distância permitiram, em 2020, que todas as atividades (desportivas ou não desportivas) decorressem, ainda que de uma forma diferente. O que sucedeu com a Federação Portuguesa de Remo constitui prova disso mesmo. Decidida a inovar, preparou o primeiro campeonato virtual da modalidade por altura do confinamento. A ideia base foi promover a interação entre atletas e clubes, motivando-os a manterem a sua forma física, os seus treinos, entusiasmo e espírito competitivo. A competição teve a duração de quatro semanas, terminando com uma meia-maratona de remo em máquinas estáticas – ergómetro. Nesta primeira edição do **Campeonato Virtual de Remo, que contou com o nosso naming sponsor, participaram 264 atletas e 44 equipas.**

GINÁSTICA VIRTUAL

Também a Federação de Ginástica de Portugal recorreu a soluções virtuais para impedir a paragem da modalidade e decidiu realizar vários **eventos virtuais** nas diversas disciplinas da modalidade, com forte adesão da comunidade gímnica:

- I Torneio Virtual de Ginástica Aeróbica, dedicado aos escalões mais jovens
- I Torneio Virtual de Ginástica Rítmica, dedicado aos escalões mais jovens
- I Open Virtual de Ginástica de Trampolins em Duplo Minitrampolim e Tumbling
- I Open Virtual de Ginástica de Trampolins em Trampolim Individual
- I Open Virtual de Ginástica Artística Feminina



PLACARD E O CANCELAMENTO DAS COMPETIÇÕES

O Placard viu quase toda a sua oferta suspensa em consequência do confinamento de março de 2020.

Por força da interrupção generalizada da prática desportiva, várias provas e campeonatos foram suspensos ou adiados, não havendo sequer lugar à atribuição do habitual título de Campeão Nacional em várias modalidades. Exemplo disso foi o Andebol, o Basquetebol e o Futsal, que viram findar uma época desportiva sem a atribuição deste título. Ainda no Futsal, além da interrupção do campeonato, ficou ainda por realizar a Taça da Liga Placard e a Supertaça Placard. A única prova que se realizou na totalidade foi a Taça de Portugal Placard.

O Placard é o *naming sponsor* das seguintes competições:

Futebol: Taça de Portugal Placard

Basquetebol: Liga Placard

Andebol: Campeonato Placard Andebol-1

Futsal:

- Liga Futsal Placard
- Taça de Portugal Placard
- Supertaça Placard
- Taça da Liga Placard



CANCELADO

O NOSSO APOIO À EDUCAÇÃO

Na esfera da responsabilidade social e na área de educação, apoiámos os atletas que estão na caminhada olímpica, paralímpica ou surdolímpica e que conciliam a sua atividade desportiva com a académica. **Em 2020 atribuímos 54 Bolsas de Educação, em parceria com o Comité Olímpico e Paralímpico de Portugal, chegando a um total de 325 Bolsas de Educação já distribuídas (desde 2013) e que correspondem a mais de 920 mil euros atribuídos.**

Logo no início do ano letivo 2020/2021 foi lançada a 8ª edição do Programa Bolsas de Educação Jogos Santa Casa, revestida de especial importância pelo impulso e apoio aos atletas que viram os Jogos Olímpicos e Paralímpicos adiados para 2021. A habitual cerimónia de entrega das Bolsas foi totalmente online, tendo sido criado um site (<https://bolsasdeeducacao.jogossantacasa.pt/>) onde foram apresentados os atletas laureados e difundidas mensagens de felicitação de várias entidades.

As 54 Bolsas de Educação atribuídas totalizam mais de 147 mil euros, e permitirão aos atletas conciliar mais facilmente a atividade académica com a carreira desportiva de modo a evitar o abandono prematuro do desporto de alto rendimento ou a desistência precoce dos estudos.

Refira-se que, nos próximos Jogos Olímpicos de Tóquio 2020, programados para 2021, a Equipa Portugal poderá vir a contar com a presença de 24 atletas bolseiros de Educação Jogos Santa Casa. No que respeita aos Jogos Paralímpicos, também reagendados para 2021, estão garantidas até ao momento 23 quotas para Portugal, em 6 modalidades.

Na qualidade de Patrocinador Principal da Federação Académica de Desporto Universitário, atribuímos mais 10 Bolsas de Educação a estudantes-atletas do Ensino Superior, chegando às 31 já distribuídas desde 2014, o que se traduz em cerca de 31 mil euros. Nesta edição estiveram em destaque os alunos que integraram a Missão Portuguesa à Universidade de Nápoles, no mês de julho, onde Portugal conquistou duas medalhas de prata e duas de bronze. Destaque ainda para o terceiro lugar alcançado pela Seleção Nacional Universitária de Basquetebol feminino, a única equipa europeia a subir ao pódio da competição.



MERCADOS DE NATAL JSC EM VERSÃO SOLIDÁRIA

Num ano marcadamente impactado pelo cancelamento da grande maioria dos eventos de todas as tipologias, não quisemos deixar de levar uma mensagem positiva e de esperança pelo país, mantendo a nossa associação aos tradicionais eventos de Natal nas cidades de Lisboa e Vila Nova de Gaia. O formato diferente que se impôs permitiu trazer a magia e espírito natalícios às duas cidades, numa altura de particular sensibilidade e incerteza.

Na cidade de Lisboa, unimos esforços com o Grupo Media Capital para desenvolver um conceito de Natal “móvel”, numa ação solidária que percorreu as 18 freguesias da capital, em completa segurança e harmonia. **Foram distribuídos centenas de cabazes alimentares e presentes de Natal para jovens e crianças até aos 12 anos, tendo sido realizada uma parada de Natal que levou a magia natalícia pelas ruas da cidade.**

Em Gaia o projeto foi desenvolvido em parceria com a Global Media Group, também num conceito itinerante denominado “A magia do Natal de porta em porta”. Foram onze dias de festa, num camião decorado com vários elementos alusivos que percorreu cerca de 920km e passou por mais de 15 freguesias nos arredores de Gaia. Ainda, a ação “Dá a mão a quem mais precisa” criou forte impacto na região, com a distribuição de mais **de 3.000 mil cabazes a famílias carenciadas, permitindo às mesmas a possibilidade de celebrarem condignamente a ceia de Natal.**



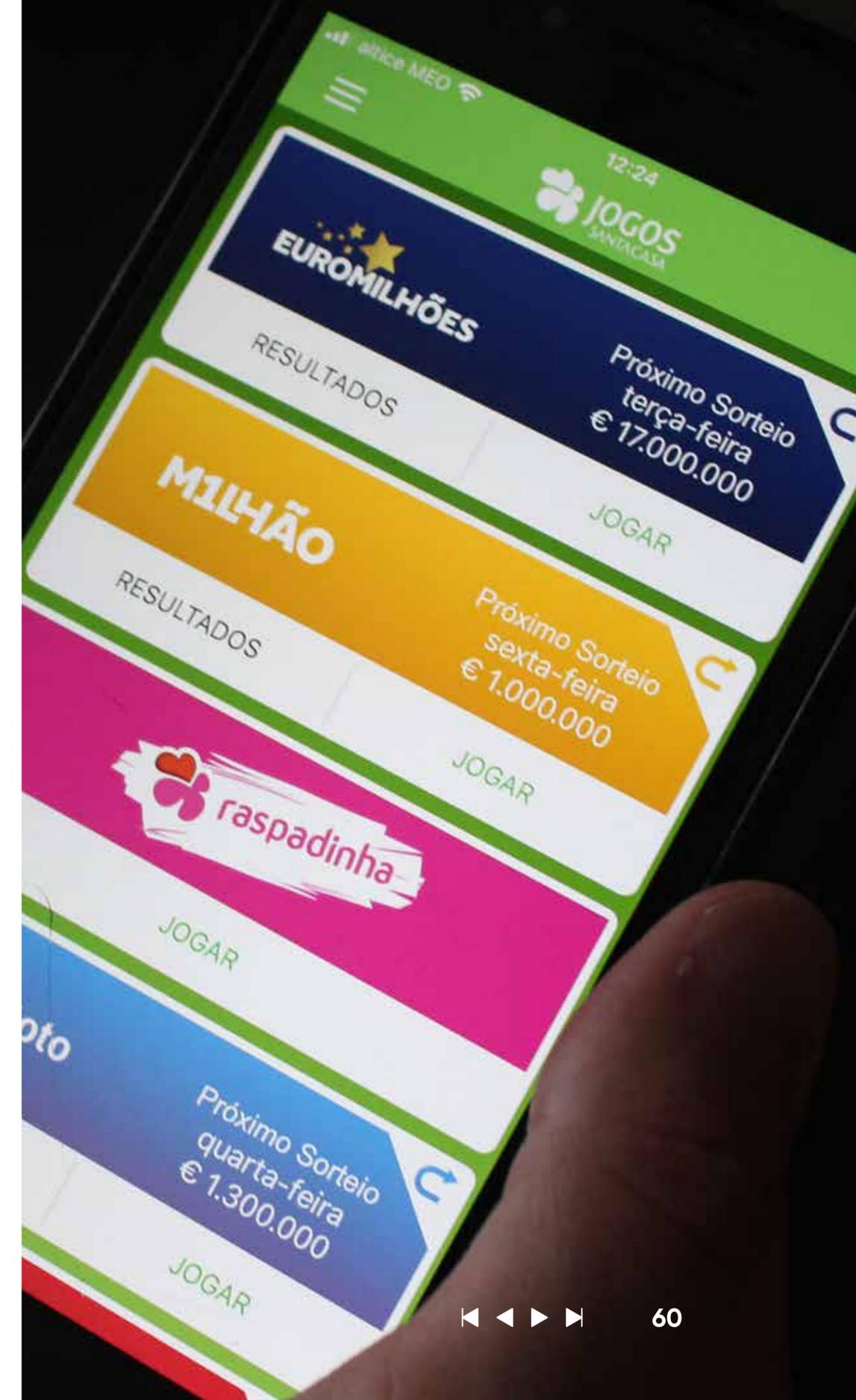
AS NOSSAS CAMPANHAS

#UMABOAAPOSTA UMA CAMPANHA FOCADA NO DIGITAL

Em pleno abril de 2020, quando o país já se encontrava num contexto de emergência nacional que determinou uma mudança significativa nas rotinas e nos hábitos de consumo, foi lançada a campanha #UMABOAAPOSTA, que veio posicionar os canais digitais – **Site e App JSC** – como uma alternativa para apostar nos jogos sociais do Estado para quem não podia sair de casa.

Focada nas vantagens funcionais de apostar através dos canais digitais – rapidez, comodidade e segurança –, os resultados desta campanha revelaram-se muito positivos: houve um aumento de 74% de *downloads* da App JSC, bem como um crescimento de 35% das vendas neste canal, face ao período homólogo. No site jogossantacasa.pt, registou-se um aumento nas vendas de 38% e uma taxa de crescimento de 684% nos registos de novas contas de jogador.

Aproveitando a posição de destaque que o site e App JSC vieram assim a adquirir nos hábitos dos apostadores dos jogos sociais ao longo do ano, em dezembro foi lançada uma nova vaga da campanha. Sob o conceito **"É tão simples quanto isso"**, apostou-se numa abordagem de conteúdos mais otimistas e também relacionados com a época natalícia, identificando duas das características mais valorizadas na app JSC: Simplicidade e Rapidez.



#GANHAMOSTODOS

Tomando em conta o alargado espaço de tempo que os portugueses tiveram de permanecer em confinamento, a estratégia de comunicação das marcas do portefólio JSC no 2.º trimestre do ano teve que ser reorientada.

Privilegiou-se o que era pertinente e relevante para as pessoas nessa fase, através de propostas de valor mais emocionais, procurando minimizar, da forma possível, o impacto das restrições que foram impostas.

Foi também o momento de relembrar aos portugueses o desígnio dos Jogos Santa Casa e respetivas marcas, centrando o tom da comunicação em torno dos principais valores que os caracterizam – proximidade, esperança, credibilidade, sonho, dimensão, assumindo um tom positivo, emocional, mas também inspirador em termos de comportamento de jogo.

Assente no conceito **“Com os Jogos Santa Casa, ganhamos todos”**, foi desenvolvida uma campanha tática, transversal à comunicação dos produtos e que teve como objetivo reforçar duas mensagens chave: a importância de quem aposta e o valor que é distribuído aos beneficiários dos Jogos Santa Casa a nível nacional.

#Ganhamostodos



QUANDO VOCÊ JOGA, GANHAMOS TODOS.



**NOS JOGOS SANTA CASA, TODA A GENTE GANHA.
GANHA QUEM APOSTA E GANHA QUEM BENEFICIA
DO APOIO DOS NOSSOS JOGOS.**

lotaria clássica lotaria popular EUROMILHÕES MILHÃO PLACARD totoloto totobola raspadinha

 Proibido jogar a menores de 18 anos

DISPONÍVEL TAMBÉM NA APP E EM
JOGOSSANTACASA.PT 

"O DESPORTO CONTINUA A TER TODO O NOSSO APOIO"

O cancelamento dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de Tóquio, a suspensão da maioria das competições nacionais ou o afastamento dos atletas dos seus espaços habituais de treino, foram apenas algumas das consequências imediatas do aparecimento e propagação do novo coronavírus. Desde o primeiro momento, soubemos que os Jogos Santa Casa deveriam fazer mais do que apoiar competições.

Sob o lema "**O desporto continua a ter todo o nosso apoio**", lançou-se uma campanha de apoio, reforçando a mensagem de que os Jogos Santa Casa se mantêm ao lado de todos os intervenientes do desporto nacional, naquele que foi (e é) um desafio sem precedentes na História.

O DESPORTO
CONTINUA
A TER TODO
O NOSSO APOIO.

Ser o maior patrocinador do desporto em Portugal é mais do que apoiar competições: é estar ao lado das Federações quando é preciso, promover o desenvolvimento contínuo das modalidades e apoiar incondicionalmente o talento dos nossos atletas. Todos os dias.

O DESPORTO TEM TODO O NOSSO APOIO.

Apoiamos
2 Comités, Olímpico e Paralímpico
16 Federações Desportivas
99 Seleções Nacionais



"COM O PLACARD TODOS PODEM GANHAR"

A nova realidade imposta em 2020 obrigou a uma reformulação do plano de marketing e de comunicação do jogo, tendo sido ativadas as principais ações de promoção quando da retoma das competições desportivas, em junho, garantindo-se a continuidade da presença do Placard junto das principais transmissões desportivas.

Declinando da campanha de posicionamento da marca JSC #GanhamosTodos - "Ganha quem aposta e ganha quem beneficia do apoio dos nossos jogos", o jogo de apostas desportivas à cota aproveitou a retoma das competições desportivas em junho, nomeadamente do futebol, para colocar no "ar" o spot com o tema "Com o Placard todos podem ganhar".

Com o início de uma nova época desportiva em setembro, foi lançada uma campanha multimeios de reforço do posicionamento da marca, sob o conceito criativo "Com o Placard, tudo o que acontece, acontece para ti". A campanha teve 3 filmes de suporte (ligados às modalidades futebol, basquetebol e ténis), e utilizou vários formatos e suportes: televisão, imprensa desportiva, outdoor e meios digitais.

EUROMILHÕES 2020, O LANÇAMENTO DA NOVA IMAGEM

No âmbito das decisões tomadas pelo Lottery Operators Managers (LOM) da comunidade EUROMILHÕES, foram introduzidas novas alterações ao modelo de exploração do jogo e foi feita a revisão da identidade da marca, com efeito a partir do sorteio realizado a 4 de fevereiro de 2020. Para o desenvolvimento desta identidade gráfica - ancorada no valor da autenticidade e comum a todas as lotarias participantes neste jogo - homogeneizaram-se os elementos já utilizados e reconhecidos por todos e reforçou-se ainda mais a sua notoriedade a nível Europeu.

Tendo como ponto de partida as alterações efetuadas, foi tempo de comunicar a nova imagem e modelo do Euromilhões, reforçando o principal benefício do jogo: os grandes *jackpots*.

Foi ainda lançada uma nova temática da campanha de posicionamento EURL, com o conceito "Tcharan: Unicórnio", que deu continuidade à comunicação do jogo e divulgação do 1.º sorteio especial de 2020: um Super Jackpot Mínimo Garantido de 130 milhões de euros.



“NO TOTOLOTO PODE GANHAR MUITO COM POUCO”

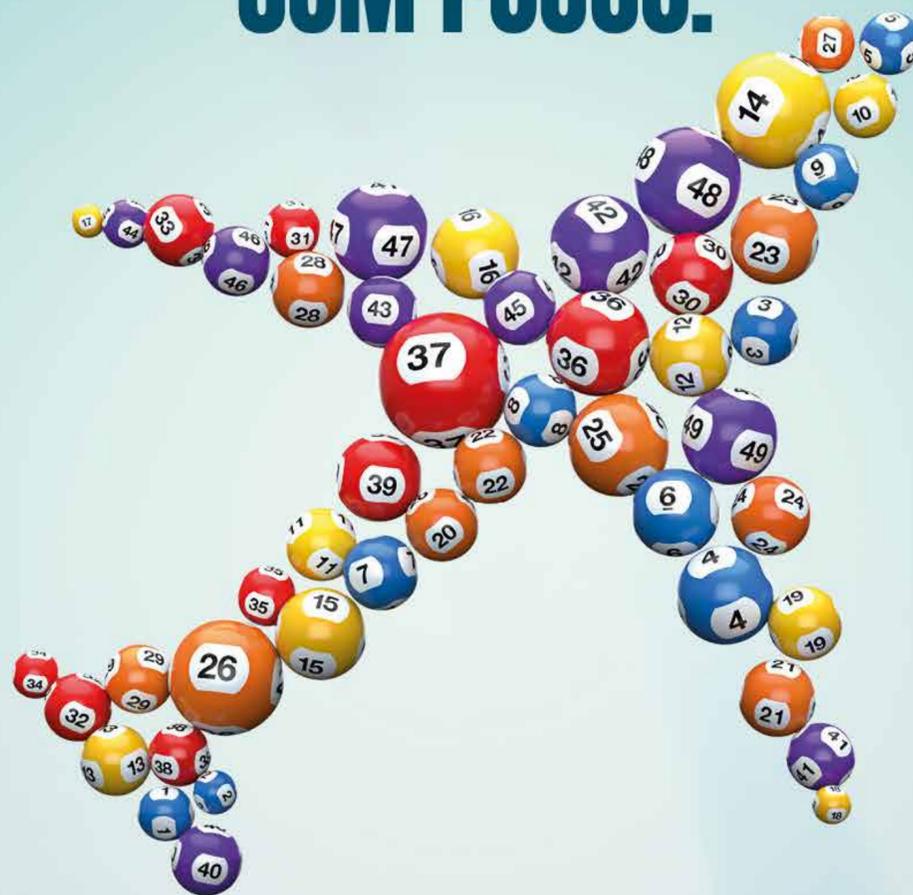
Em novembro 2020, foi lançada uma nova campanha de reposicionamento do Totoloto que teve como principais objetivos atualizar uma marca reconhecida por todos, mas já com alguns anos, bem como recordar as vantagens competitivas que lhe estão associadas.

Retomando a sua assinatura original e o jingle que ficou na memória dos portugueses – “É Fácil. É barato. Dá Milhões” –, a mensagem principal da campanha focou-se no lema “No TOTOLOTO, pode ganhar muito com pouco”, dirigida aos apostadores que procuram ganhar um prémio elevado e que permite, através de um valor de aposta reduzido, mudar de vida.

25 ANOS DE RASPADINHA

Para comemorar os 25 anos deste jogo tão popular, foi desenvolvida uma ação de campanha específica em pontos de venda. “25 anos com muito mais para dar” foi a mensagem principal da campanha que decorreu entre 15 de junho a 28 de agosto.

NO TOTOLOTO, PODE GANHAR MUITO COM POUCO.



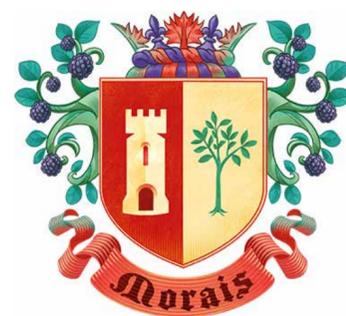
E FICA SÓ AQUI ENTRE NÓS.



"AS FAMÍLIAS MAIS POPULARES DE PORTUGAL" NA LOTARIA POPULAR

Mais do que uma marca identitária com características próprias, sentimentos e personalidade, os apelidos contam histórias sobre pessoas e famílias, o que se revelou como uma oportunidade para o lançamento desta campanha, com o objetivo de promover a proximidade dos apostadores com o produto e o aumento das vendas não só nos canais digitais, como também nos mediadores dos Jogos Santa Casa.

Foi, assim, desenvolvido um mini site onde os visitantes/apostadores podiam conhecer mais sobre a história dos apelidos de cada família. A comunicação regular desta ação incidiu nos meios digitais, com envio periódico de newsletters, utilização das redes sociais Instagram e Facebook e também nos nossos mediadores, através do lançamento do sítio da internet <https://familiaspopulares.jogossantacasa.pt/> onde constam todos os apelidos selecionados.



A LOTARIA CLÁSSICA DO NATAL

A maior campanha do ano de 2020 foi dedicada à Lotaria do Natal e decorreu de 9 a 26 de dezembro em todos os meios de comunicação (TV, rádio, imprensa, *outdoor*, digital e ponto de venda). Sob o lema "Ofereça a Lotaria do Natal e retribua a sorte que é ter alguém por perto", todas as mensagens da campanha foram ancoradas na ideia central de agradecimento, com uma narrativa emocional onde são vividas várias histórias e episódios individuais de retribuição pela sorte de se ter a ajuda ou a presença de determinada pessoa nas nossas vidas durante a fase de pandemia - amigos, vizinhos, familiares, colegas -, e que culminam na oferta de um envelope com a Lotaria Clássica do Natal.

Ao longo do ano, foram também promovidas vagas de comunicação regular das extrações especiais da Lotaria Clássica associadas a temas que têm um potencial de proximidade e empatia junto dos nossos apostadores - Dia dos Namorados, Dia do Pai, Páscoa, 237.º Aniversário da Lotaria Nacional e Fim de Ano, utilizando uma linha de comunicação que promoveu a oferta de frações em ocasiões e momentos especiais, dando-se continuidade à estratégia de alargamento da base de apostadores deste jogo.

lotaria clássica
É a nossa sorte

"Pelas compras que me trouxeste a casa"

Ofereça a Lotaria do Natal e retribua a sorte que é ter um familiar assim.

Extraordinária Natal
€12.500.000
26 dezembro 2020
52.º Ext. Quinto
lotaria clássica
ESPÉCIMEN

Dia 26 anda a roda
€12.500.000*

19
*Valor de 1.º prémio total nos dois sorteios. Os prémios atribuídos de valor superior a € 5.000 estão sujeitos a imposto do selo, à taxa legal de 20%, nos termos da legislação em vigor.

DISPONÍVEL TAMBÉM NA APLICACÃO
JOGOSSANTACASA.PT

JOGOS SANTACASA

05.3 INOVAÇÃO E MODERNIZAÇÃO

Modernizar e inovar continuam a ser as palavras-chave que movem a nossa instituição, ano após ano, obrigando-nos a estudar, a preparar novas formas de atuação e a melhorar a nossa oferta, atualizando plataformas e serviços. Em 2020 demos mais alguns passos neste caminho, recorrendo a métodos inovadores, implementando processos de melhoria do nosso negócio e acompanhando as tendências de mercado, de modo a responder eficazmente às solicitações dos nossos apostadores e mediadores. **Sem esquecer a Tradição.**

EUROMILHÕES: UMA NOVA ETAPA

Foi precisamente com o intuito de inovar que foi lançado projeto que daria origem a diversas alterações no Euromilhões, implementadas estrategicamente por toda a comunidade de países que compõem este jogo.

Foram uniformizados os logótipos a nível europeu e foi reformulado o website internacional do jogo. **O logótipo e a imagem do Milhão foram igualmente modernizados, transformações que deram um novo alento a este jogo.** Foram ainda introduzidas novas dinâmicas neste formato já tão conhecido de todos: **Jackpots mais elevados e frequentes e a realização anual de três sorteios promocionais de Super Jackpot Mínimo Garantido.**

Mas a principal novidade foi o aumento do valor máximo do Jackpot: de 190 para 200 milhões de euros, sendo que se este valor for atingido pode manter-se durante cinco sorteios consecutivos, sem que o primeiro prémio seja atribuído. Caso o Jackpot de 200 milhões de euros seja arrecadado, no ciclo seguinte o valor máximo aumentará para 210 milhões de euros, e o mesmo mecanismo será repetido, sucessivamente, em parcelas de 10 milhões de euros, até ser atingido o montante máximo de 250 milhões de euros.

Apesar das novidades, a dinâmica da aposta no jogo manteve-se igual: o jogador continua a ter de escolher 5 números (de 1 a 50) e duas estrelas da sorte (de 1 a 12); o valor por aposta simples mantém-se nos 2,50€ (2,20€ = 1 aposta EURL + 0,30€ aposta MILHÃO); e as probabilidades de ganho são as mesmas, ou seja, de 1 em 13.

O primeiro sorteio, com as novas regras e a imagem renovada, ocorreu no dia 4 de fevereiro de 2020, uma data que marca o início de uma nova etapa.

NOVOS PREGOEIROS: AS "ESTRELAS" QUE CANTAM OS PRÉMIOS

Para um dos momentos mais emblemáticos do ano, 2020 trouxe novidades. Na 52.ª Extração da Lotaria Clássica do Natal foram apresentados 7 novos pregoeiros, que vieram complementar uma equipa em funções há quase duas décadas. Caso para se dizer que a tradição e a modernidade andam de mãos dadas na nossa instituição, como ficou demonstrado no dia 26 de dezembro, com **os mais experientes pregoeiros acompanhados pelos estreantes, todos juntos a "emprestar" a sua voz na entoação do prémio final.**

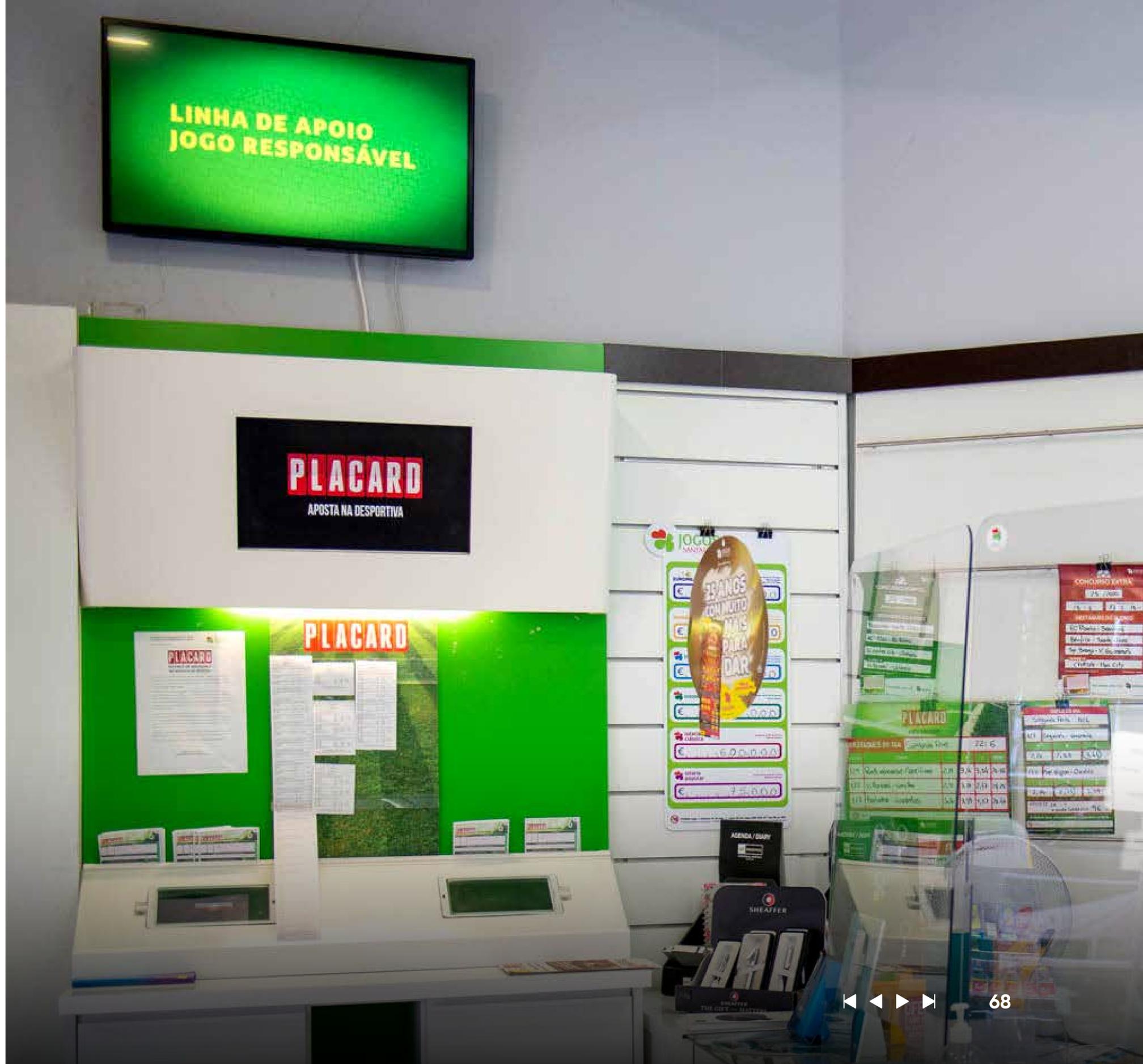
Cumprindo a tradição, a escolha das "novas vozes" decorreu mediante um concurso interno que envolveu todos os colaboradores da Misericórdia de Lisboa.



COMUNICAÇÃO DIGITAL NOS PONTOS DE VENDA

Empenhados em promover recursos inovadores, quer na gestão de negócio quer na comunicação com estes importantes stakeholders, foi implementado o projeto de Comunicação Digital no Ponto de Venda, que assentou **na modernização de todos os estabelecimentos das mediações, disponibilizando televisores que permitem difundir uma variedade de informação e comunicação de produtos, serviços e marcas, e que contribui para um registo de apostas mais responsável e esclarecido.**

Apesar dos constrangimentos inerentes à pandemia, foi garantida a instalação de cerca de 4.800 televisores, bem como a implementação do Sistema de Gestão de Equipamentos que permite dar o suporte remoto necessário a estes equipamentos.



PLACARD ASSINALA ANIVERSÁRIO COM NOVAS FUNCIONALIDADES

Adaptação às circunstâncias, inovação permanente e compreensão sobre o que os apostadores procuram, são três regras determinantes no funcionamento e desenvolvimento do Departamento de Jogos. Assim, na véspera do quinto aniversário do Placard e em plena “fase de aquecimento” para o evento futebolístico do ano – a Final da Taça de Portugal Placard – foi lançada uma **nova aplicação móvel e um novo website para o jogo de apostas desportivas**, que passou ainda a marcar presença nas principais redes sociais.

Desde então, as plataformas digitais do Placard apresentam um visual mais apelativo, com os apostadores a disporem de novas funcionalidades que garantem uma maior experiência de utilização. Subscrição da newsletter e notificação automática de alertas duas horas antes do início do jogo para as equipas favoritas são algumas das muitas possibilidades que passaram a estar disponíveis. **Já a presença no Instagram, Facebook e YouTube passou a potenciar a experiência deste jogo, tornando ainda maior a comunidade virtual de apostadores.**

Os resultados não deixam margem para dúvidas relativamente ao sucesso destas inovações: desde julho de 2020, altura em que foi concretizada esta aposta na comunicação, o website apresenta uma média mensal de 425.000 utilizadores e 10 milhões de *page views*. A aplicação móvel registou 744.332 *downloads* e tem uma média de 522.790 dispositivos ativos por mês.

AINDA MAIS RAZÕES PARA VIBRAR

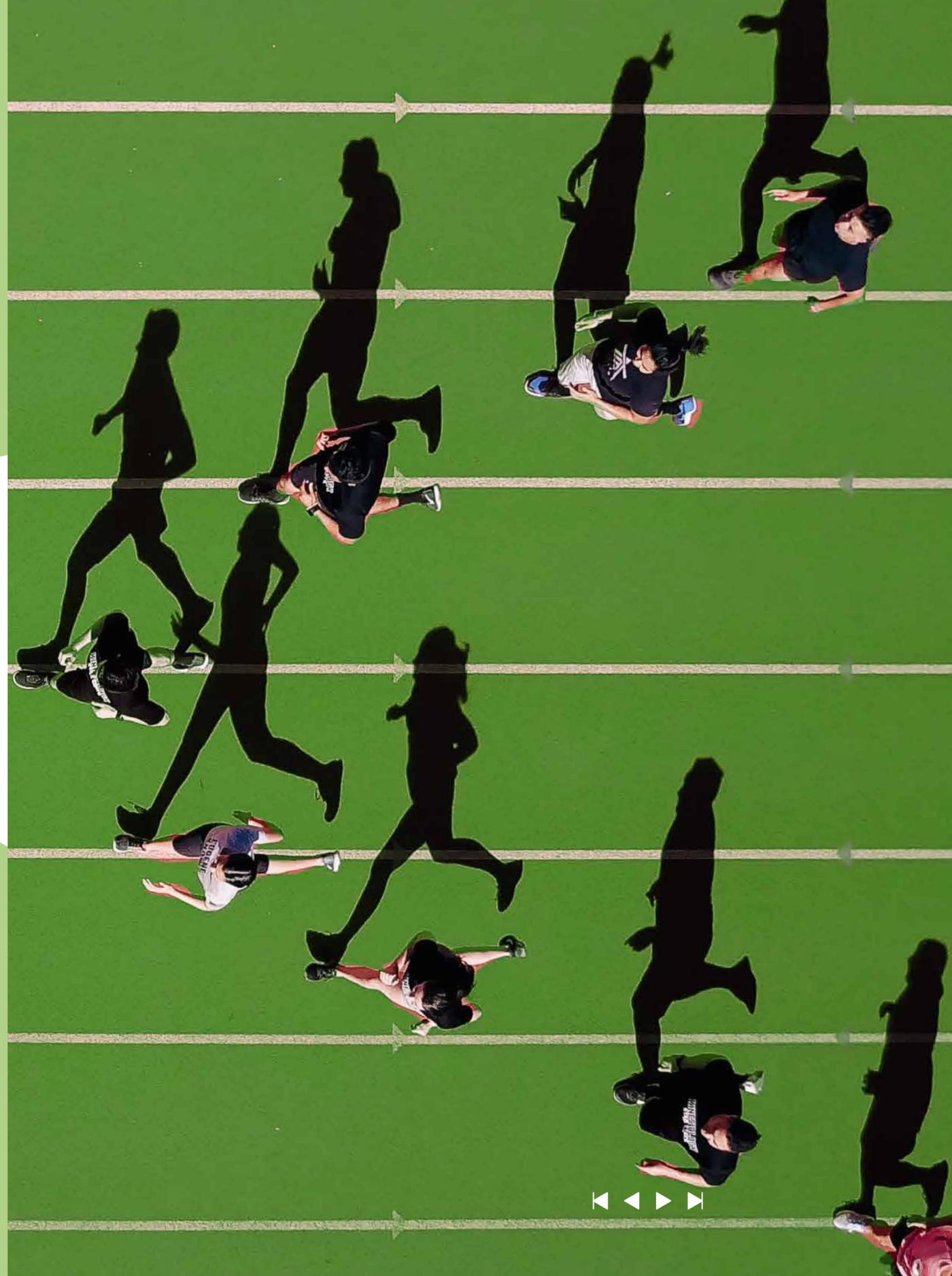


NOVA APP
NOVO SITE

AGORA, COM O NOVO SITE E A NOVA APP, JÁ PODES:

- PARTILHAR O QR CODE
- RECEBER NOTIFICAÇÕES
- ACEDER A APOSTAS COMBINADAS SUGERIDAS
- ACEDER A ESTATÍSTICAS E RESULTADOS NA APP
- SUBSCREVER A NEWSLETTER

06 RESULTADOS



RESULTADOS

RENDIMENTOS

Os acontecimentos que marcaram o ano de 2020 comprometeram fortemente o desempenho dos rendimentos globais da atividade dos Jogos Santa Casa, os quais totalizaram 719 milhões de euros. Com um decréscimo anual de 18,3%, assistimos a uma inversão da trajetória de crescimento face ao ano anterior, contrariando a tendência de aumento dos últimos anos.

TABELA 2:
RENDIMENTOS JSC: 2018 - 2020
MILHÕES €, %

	2018	2019	2020	VAR. 2020/2019
VENDAS BRUTAS DOS JOGOS (1)	3.097	3.360	2.768	-17,6%
DEDUÇÕES (2)	2.279	2.493	2.060	-17,4%
PRÉMIOS	1.881	2.058	1.703	-17,3%
REM. MEDIADORES PAGAS P/JOGADOR	236	255	210	-17,3%
DEDUÇÃO P/ATRIBUIÇÃO DE RECEITA	29	35	28	-20,0%
IMPOSTO DO SELO S/JOGO	133	145	119	-17,6%
VENDAS LÍQUIDAS DOS JOGOS (1)-(2)	818	867	709	-18,2%
OUTROS RENDIMENTOS (LÍQUIDOS DE REGULARIZAÇÕES DE FINANCIAMENTOS FREM)	18	13	10	-22,7%
TOTAL	836	880	719	-18,3%

* RENDIMENTOS DEDUZIDOS DAS REGULARIZAÇÕES DE AMORTIZAÇÕES E DE GASTOS DE INVESTIMENTOS FINANCIADOS ATRAVÉS DO FREM - FUNDO DE RENOVAÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL

VENDAS BRUTAS

As vendas brutas dos jogos sociais foram 2.768 milhões de euros, menos 591 milhões de euros do que o registado em 2019, o que corresponde a uma diminuição de 17,6%.

TABELA 3:
EVOLUÇÃO DAS VENDAS JSC, POR JOGO: 2018 - 2020
MILHÕES €, %

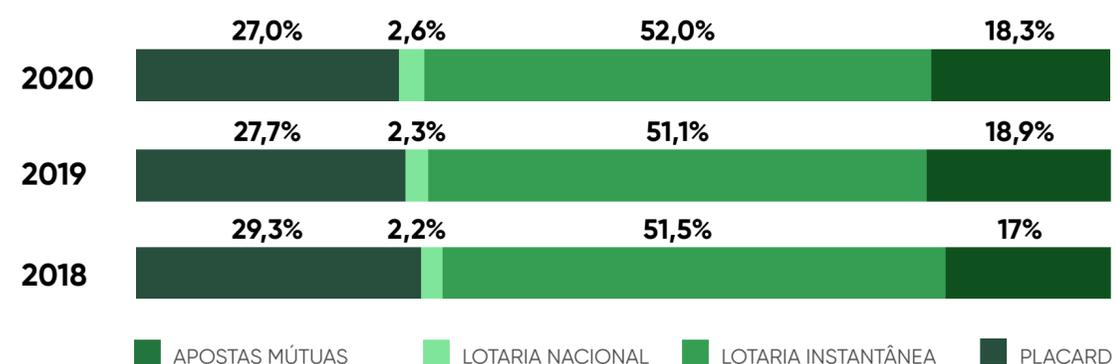
	2018	2019	2020	VAR. 2020/2019
VENDAS BRUTAS JSC	3.097	3.360	2.768	-17,6%
APOSTAS MÚTUAS	908	931	749	-19,6%
TOTOBOLA	6	5	4	-30,7%
TOTOLOTO	97	100	101	0,4%
EUROMILHÕES E MILHÃO	805	825	644	-21,9%
LOTARIA NACIONAL	69	76	72	-5,5%
LOTARIA CLÁSSICA	46	52	46	-10,6%
LOTARIA POPULAR	23	25	26	5,1%
LOTARIA INSTANTÂNEA	1.594	1.718	1.440	-16,2%
PLACARD	527	634	507	-20,0%

Os efeitos das melhorias da oferta e da experiência de jogo nos pontos de venda e da modernização dos meios de realização de apostas que se têm vindo a sentir ao longo dos últimos anos, viram-se em 2020, diluídos com os efeitos da pandemia, afetando, assim, a estratégia de posicionamento que vinha permitindo consolidar a base de apostadores.

À exceção do Totoloto e da Lotaria Popular, esta última ainda pelo impacto da entrada em produção do projeto de modernização da Lotaria Nacional, as vendas desceram nas restantes categorias de jogos, tendo a procura dos Jogos Santa Casa em 2020 ficado principalmente marcada pelo decréscimo da Raspadinha (que se manteve, no entanto, como o jogo mais vendido) com uma variação de -16,2%, e do Euromilhões e do Placard que registaram uma descida de 22,0% e de 20,0%, respetivamente. Fatores como o encerramento temporário de parte da rede de mediadores, por via das medidas de confinamento para combate à pandemia e o cancelamento e adiamento de inúmeros eventos desportivos, revelaram-se fatais para a boa *performance* que os Jogos Santa Casa já nos vinham habituando. Exemplo disso mesmo foi o ter-se procedido à suspensão, nos termos previstos do regulamento do jogo, de 11 concursos do Totobola.

A forma como evoluíram os diferentes jogos trouxe repercussões à estrutura de vendas. Neste último ano a evolução mais marcante está relacionada com a dimensão ganha pelas Lotarias, quer Instantânea, quer Nacional, que passaram a representar, respetivamente, 52,0% e 2,6% do total de vendas, retirando representatividade ao Placard e às Apostas Mútuas.

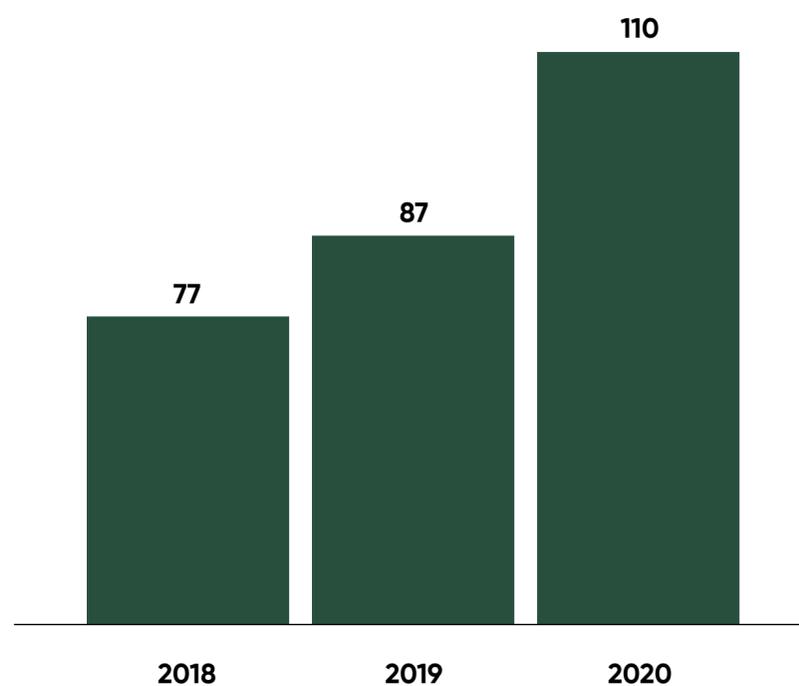
GRÁFICO 3:
ESTRUTURA DE VENDAS JSC: 2018 – 2020 %



No que se refere à distribuição das vendas por canal assistiu-se em 2020 à transferência de apostadores da rede de mediadores para os canais digitais, impulsionada por efeitos das medidas de confinamento que, por um lado levaram ao encerramento temporário de alguns pontos de venda e, por outro, impediram que os apostadores saíssem de casa.

Os pontos de venda físicos foram responsáveis por 96,0% das vendas dos nossos jogos (97,4%, em 2019) tendo os canais digitais dos Jogos Santa Casa, ao atingir os 110 milhões de euros de vendas, aumentado as mesmas em 27,0%. As vendas na rede física, 2.658 milhões de euros, representaram uma quebra de 18,8%.

GRÁFICO 5:
EVOLUÇÃO DAS VENDAS BRUTAS NOS CANAIS
DIGITAIS JSC: 2018 - 2020
MILHÕES €



Relativamente à forma de registo de aposta, continua em crescendo o sucesso alcançado pela medida implementada em 2018 que permitiu a introdução do QR Code para registo de apostas Placard na rede de mediadores, tendo este mecanismo representado 75,3% do total de registos de aposta efetuados em 2020. Esta preferência traz evidentes benefícios em termos de sustentabilidade, quer financeira, quer ambiental.

VENDAS LÍQUIDAS

As vendas líquidas foram de 709 milhões de euros, menos 18,2% face ao ano transato.

Esta descida, superior à das vendas brutas, prende-se com a evolução verificada em cada um dos jogos que compõem o nosso portefólio, tendo-se acentuado em 2020, tanto o decréscimo das remunerações aos mediadores (-17,8%), pela transferência de apostas do canal tradicional para o canal digital em linha com os motivos anteriormente referidos, como das deduções para atribuição de receita do Placard (-20,0%) por efeito direto da descida das vendas deste jogo, que variaram em igual proporção.

GASTOS

A retração da atividade observada este ano foi, em certa parte, acompanhada por um ajustamento dos gastos às efetivas exigências de exploração que, pela dimensão que atinge e pelo grau de integridade que é necessário assegurar, implicou o reforço dos serviços que lhe estão associados, mais concretamente os serviços informáticos, nos quais estão incluídos a manutenção de terminais e o suporte aos sistemas de jogo. Em 2020 registou-se uma descida de 2,6% no nível de gastos, situando-se estes em 102 milhões de euros³.

Esta variação deve-se, sobretudo, à redução do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, com implicações diretas no consumo de bilhetes de apostas e de papel térmico como consequência direta da descida das vendas e à diminuição das despesas com fornecimentos e serviços externos, onde tiveram especial relevância os gastos com publicidade, os gastos com as comunicações necessárias à transmissão de dados entre o Departamento de Jogos e os pontos de venda e ainda os serviços especializados.

Destacam-se ainda o aumento de provisões para processos judiciais em curso e, nos restantes gastos, o aumento das imparidades relacionadas com dívidas de mediadores para as quais existem dúvidas quanto à sua recuperação.

³ Gastos deduzidos dos montantes de despesa e amortizações correspondentes a investimentos financiados através do FREM – Fundo de Renovação de Equipamento e Material

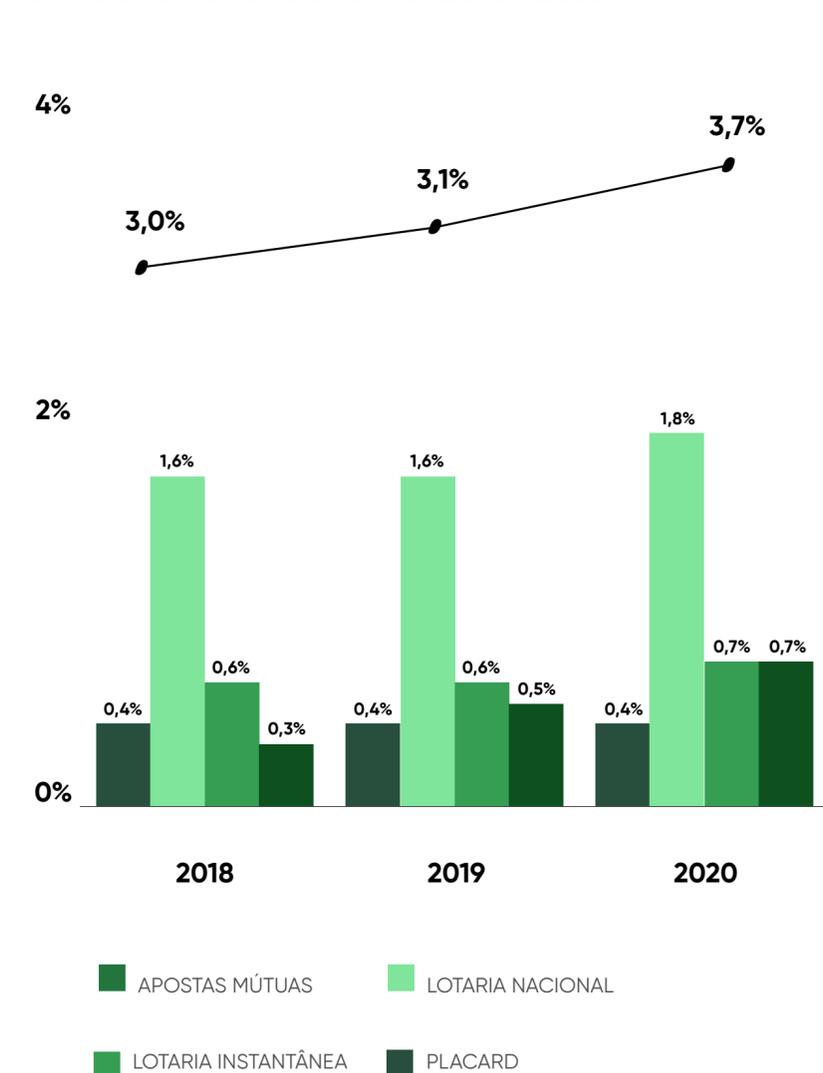
TABELA 4:
GASTOS JSC: 2018 - 2020
MILHÕES €, %

	2018	2019	2020	VAR. 2020/2019
CUSTO MERC.VENDIDAS E MAT.CONSUMIDAS	13	14	12	-15,9%
FORN. E SERV. EXTERNOS*	51	54	51	-5,8%
GASTOS COM O PESSOAL	19	21	21	-1,7%
GASTOS DEPREC. E AMORTIZAÇÃO*	0,4	0,3	0,2	-22,1%
PROVISÕES DO PERÍODO	7	8	10	25,2%
RESTANTES GASTOS E PERDAS	3	8	9	14,8%
TOTAL	93	104	102	-2,6%

* DEDUZIDOS DOS MONTANTES CORRESPONDENTES À REGULARIZAÇÃO DE INVESTIMENTOS FINANCIADOS ATRAVÉS DO FUNDO DESTINADO AO FINANCIAMENTO DA RENOVAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E SISTEMAS DE EXPLORAÇÃO DE JOGO

Não obstante a descida dos gastos, o nível de eficiência da nossa exploração deteriorou-se ligeiramente face ao ano anterior, mas continua ainda num nível de elevada sustentabilidade, tendo o total de gastos representado 3,7% das vendas brutas. Dados que demonstram o esforço do Departamento de Jogos na otimização dos recursos que emprega na atividade que desenvolve.

GRÁFICO 6:
GASTOS TOTAIS E POR NATUREZA
EM % DAS VENDAS BRUTAS: 2018 - 2020



RESULTADOS

Os resultados líquidos de exploração foram de 617 milhões de euros, -20,4% que os obtidos em 2019, o que contraria o ciclo de crescimento de resultados iniciado em 2015.

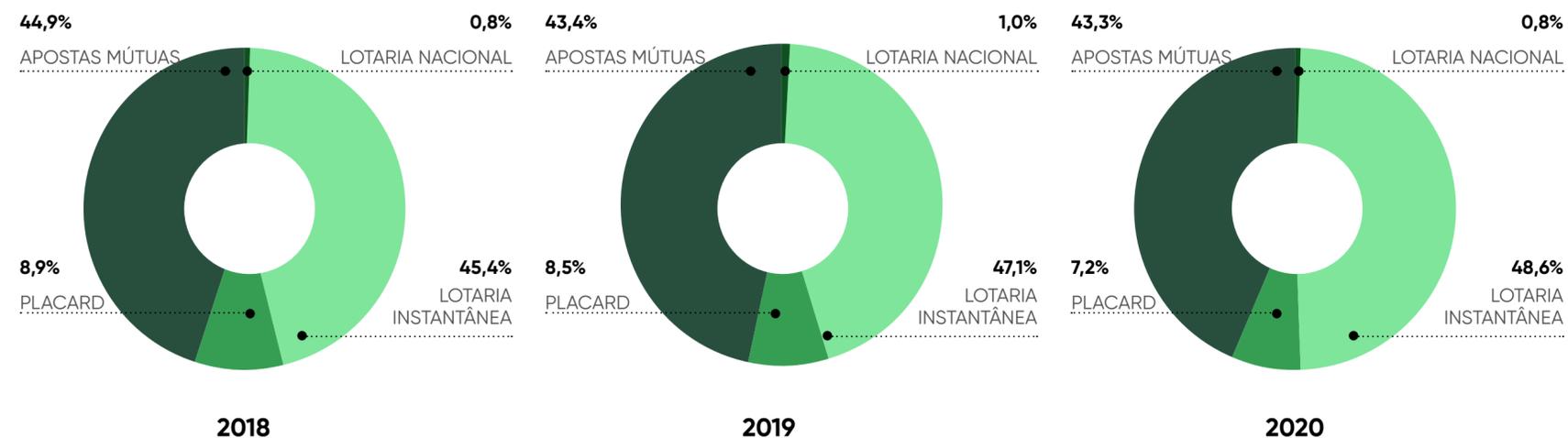
TABELA 5:
RESULTADOS LÍQUIDOS E A DISTRIBUIR: 2018 - 2020
MILHÕES €, %

	2018	2019	2020	VAR. 2020/2019
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	744	775	617	-20,4%
FUNDO DE RENOVACÃO DO EQUIPAMENTO E MATERIAL	11	11	9	-18,0%
RESULTADO A DISTRIBUIR	733	764	608	-20,5%

A Lotaria Instantânea continua a ser o jogo que mais contribui para a formação dos resultados, representando 48,6% dos mesmos, ultrapassando o peso conjunto das Apostas Mútuas (43,3%).

Com uma perda relativa de importância na formação de resultados encontra-se o Placard, que representa em 2020, 7,2% dos resultados obtidos.

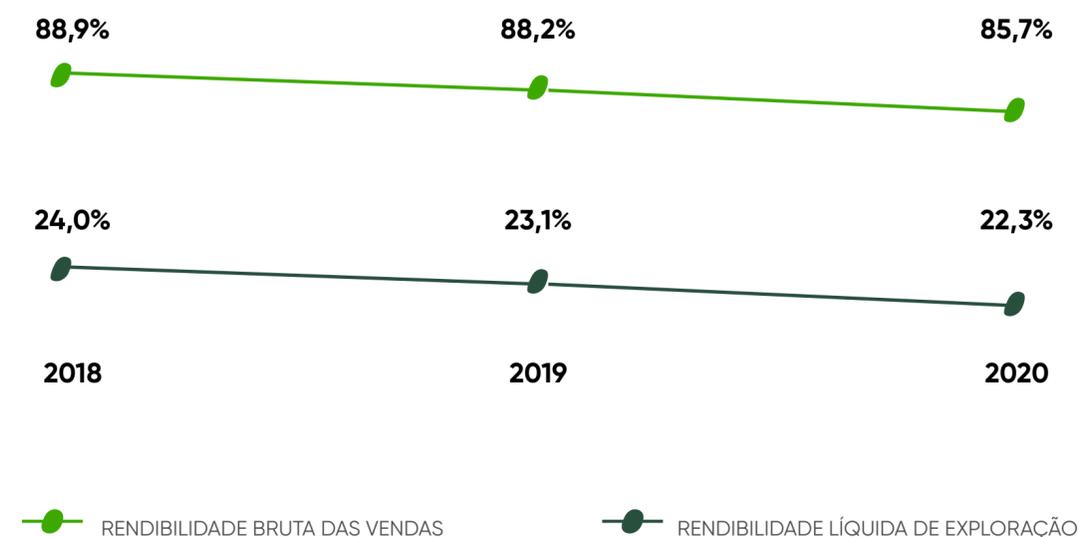
GRÁFICO 7:
PESOS RELATIVOS POR JOGO NA FORMAÇÃO DOS RESULTADOS LÍQUIDOS: 2018 - 2020



A evolução do portefólio dos Jogos Santa Casa e dos respetivos reflexos em termos de contribuição por jogo para a formação dos resultados tem impactos ao nível da rentabilidade bruta das vendas. Este indicador refletiu em 2020 o aumento da importância de um dos jogos com maiores percentagens destinadas a prémios, a Lotaria Instantânea, bem como com maiores remunerações pagas aos mediadores, ou seja, com rentabilidades individuais mais baixas. O valor da rentabilidade bruta das vendas em 2020 foi de 22,3%, tendo sido de 23,1% no período homólogo.

A rentabilidade de exploração, medida com base nas vendas líquidas e anulado o efeito dos prémios caducados, apresenta também uma evolução decrescente, refletindo essencialmente a descida menos acentuada dos gastos de exploração face à das vendas líquidas. Em 2020 esta rentabilidade foi de 85,7%, tendo sido de 88,2% em 2019.

GRÁFICO 7:
NÍVEIS DE RENTABILIDADE JSC: 2018 – 2020



Apesar de ter registado uma descida, a rentabilidade dos jogos sociais, bruta e líquida, mantém-se, ainda assim, elevada e apresenta o reflexo do conjunto de mudanças, exigências e adaptações às quais os Jogos Santa Casa se ajustaram de modo a minimizar o impacto negativo na estratégia de diversificação de portefólio e expansão de atividade, num contexto em que são prioritárias as medidas de continuidade de negócio ajustadas às tendências manifestadas pelos apostadores com os quais, mais do que nunca, é vital fortalecer continuamente a relação de integridade, confiança e modernidade na experiência de jogo.

Partindo destas premissas, e apesar do cenário desfavorável, mantém-se o objetivo de maximizar o retorno dos montantes investidos pelos portugueses em jogo, fazendo com que a sociedade como um todo, direta ou indiretamente, beneficie da redistribuição que resulta da exploração dos jogos sociais do Estado.

Os resultados distribuídos aos beneficiários foram de 608 milhões de euros, montante que corresponde a um decréscimo de 20,5% relativamente aos montantes distribuídos em 2019.

A parcela de resultados líquidos destinada à constituição do FREM – Fundo de Renovação do Equipamento é calculada através da aplicação de uma percentagem sobre as vendas de cada jogo.

Este fundo é constituído com vista ao financiamento de investimentos futuros em modernização de equipamento e infraestruturas necessários à exploração dos nossos jogos, tendo o mesmo um efeito equilibrador dos resultados líquidos.

Dadas as circunstâncias, a reposição deste fundo viu-se comprometida, tendo registado uma variação negativa de 18,0%, motivada pela descida de vendas dos jogos que estão na base da sua constituição.

Em 2020, o investimento realizado pelo Departamento de Jogos em projetos nestas áreas ascendeu a 12 milhões de euros, ou seja, mais 1 milhão de euros do que no ano anterior.

07
**DEMON-
TRAÇÕES**
FINANCEIRAS



07 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS BALANÇO

€	NOTAS	31.DEZ.20	31.DEZ.19
ATIVO			
NÃO CORRENTE			
ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	7	9 603 440	11 626 976
ATIVOS FIXOS INTANGÍVEIS	8	5 338 823	6 569 218
PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS - OUTROS MÉTODOS	9	94 600	94 600
OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS	10	227 797 446	217 726 690
		242 834 309	236 017 484
CORRENTE			
INVENTÁRIOS	11	6 083 618	4 913 107
MEDIADORES	12	17 683 694	34 719 846
ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	13	92 659	83 471
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER	14	23 851 086	21 787 746
DIFERIMENTOS	15	4 708 518	2 701 835
CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS	5	243 494 112	240 169 396
		295 913 685	304 375 401
TOTAL DO ATIVO		538 747 994	540 392 885
CAPITAL PRÓPRIO			
FUNDO SOCIAL	16	181 277	181 277
OUTRAS VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	17	31 968 004	38 062 129
		32 149 281	38 243 406
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	18	617 104 725	775 493 678
RESULTADO DISTRIBUÍDO AOS BENEFICIÁRIOS	18	(607 985 128)	(764 376 696)
RESULTADOS INERENTES À CONSTITUIÇÃO DOS FUNDOS	18	(9 119 597)	(11 116 982)
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		32 149 281	38 243 406

€	NOTAS	31.DEZ.20	31.DEZ.19
PASSIVO			
NÃO CORRENTE			
PROVISÕES	19	124 013 617	114 639 848
RESPONSABILIDADES POR BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO	20	3 308 162	2 680 884
PRÉMIOS A PAGAR	21	93 433 792	90 871 148
		220 755 571	208 191 881
CORRENTE			
FORNECEDORES	22	9 222 323	9 996 198
ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	13	29 793 023	28 892 671
PRÉMIOS A PAGAR	21	38 082 126	34 439 996
OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR	23	208 181 677	218 905 242
DIFERIMENTOS	24	563 993	1 723 491
		285 843 142	293 957 598
TOTAL DO PASSIVO		506 598 713	502 149 479
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		538 747 994	540 392 885

O Provedor,
Edmundo Emílio Mão de Ferro Martinho

O Vice-Provedor,
João Pedro da Silva Correia

O Diretor Financeiro do DJSCML,
André Casanova Matos Prado Lyra

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

€	NOTAS	2020	2019
RENDIMENTOS E GASTOS			
VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS	25	708 559 998	866 662 524
CUSTO DAS MERC.VENDIDAS E DAS MAT.CONSUMIDAS	26	(11 723 478)	(13 944 616)
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	27	(60 260 436)	(59 977 863)
GASTOS COM O PESSOAL	28,20	(20 635 509)	(20 989 152)
IMPARIDADE DE DÍVIDAS A RECEBER (PERDAS/ REVERSÕES)	12	(6 022 129)	(4 150 628)
PROVISÕES (AUMENTOS/REDUÇÕES)	19	(9 373 769)	(7 660 875)
AUMENTOS/REDUÇÕES DE JUSTO VALOR	10	3 039	3 722
OUTROS RENDIMENTOS	29	25 360 275	25 146 624
OUTROS GASTOS	30	(2 273 457)	(1 504 293)
RESULTADOS ANTES DE DEPRECIACÕES, GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS		623 634 534	783 585 443
GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIACÃO E DE AMORTIZACÃO	7,8	(5 833 604)	(6 353 278)
RESULTADOS OPERACIONAL (ANTES DE GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS)		617 800 929	777 232 165
JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS	31	62 424	449 786
JUROS E GASTOS SIMILARES SUPOSTADOS	32	(758 629)	(2 188 273)
RESULTADOS LÍQUIDO DO PERÍODO		617 104 725	775 493 678

O Provedor,
 Edmundo Emílio Mão de Ferro Martinho

O Vice-Provedor,
 João Pedro da Silva Correia

O Diretor Financeiro do DJSCML,
 André Casanova Matos Prado Lyra

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

€	FUNDO SOCIAL	RESULTADOS TRANSITADOS	OUTRAS VARIACÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	TOTAL
1 DE JANEIRO DE 2019	181 277	-	39 213 478	-	39 394 755
ALTERAÇÕES NO PERÍODO					
OUTRAS ALTERAÇÕES RECONHECIDAS NO CAPITAL PRÓPRIO	-	-	(1 151 348)	-	(1 151 348)
	181 277	-	38 062 129	-	38 243 406
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	-	-	-	775 493 678	775 493 678
RESULTADO INTEGRAL	181 277	-	38 062 129	775 493 678	813 737 084
OUTRAS OPERAÇÕES					
DISTRIBUIÇÕES	-	-	-	(764 376 696)	(764 376 696)
OUTRAS OPERAÇÕES	-	-	-	(11 116 982)	(11 116 982)
	-	-	-	(775 493 678)	(775 493 678)
31 DE DEZEMBRO DE 2019	181 277	-	38 062 129	-	38 243 406
1 DE JANEIRO DE 2020	181 277	-	38 062 129	-	38 243 406
ALTERAÇÕES NO PERÍODO					
OUTRAS ALTERAÇÕES RECONHECIDAS NO CAPITAL PRÓPRIO	-	-	(6 094 125)	-	(6 094 125)
	181 277	-	31 968 004	-	32 149 281
RESULTADOS LÍQUIDO DO PERÍODO	-	-	-	617 104 725	617 104 725
RESULTADO INTEGRAL	181 277	-	31 968 004	617 104 725	649 254 006
OUTRAS OPERAÇÕES					
DISTRIBUIÇÕES	-	-	-	(607 985 128)	(607 985 128)
OUTRAS OPERAÇÕES	-	-	-	(9 119 597)	(9 119 597)
	-	-	-	(617 104 725)	(617 104 725)
31 DE DEZEMBRO DE 2020	181 277	-	31 968 004	-	32 149 281

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

€	2020	2019
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
RECEBIMENTOS DE MEDIADORES	1 327 955 582	1 584 157 631
PAGAMENTOS A FORNECEDORES	(75 004 506)	(66 570 205)
PAGAMENTOS AO PESSOAL	(9 643 039)	(11 393 390)
CAIXA GERADA PELAS OPERAÇÕES	1 243 308 038	1 506 194 036
OUTROS RECEBIMENTOS/ PAGAMENTOS		
REC. OUTRAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
ESTADO	3 926	1 783
EUROMILHÕES	1 896 675	744 515
OUTROS RECEBIMENTOS	1 064 388	2 535 458
PAG. OUTRAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
ESTADO	(193 488 094)	(196 042 228)
SUBSÍDIOS E APOIOS FINANCEIROS	15 000	-
PRÉMIOS	(389 006 342)	(468 223 247)
DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS PELOS BENEFICIÁRIOS	(642 632 210)	(794 102 441)
EUROMILHÕES	(1 170 952)	-
OUTROS PAGAMENTOS	(2 416 588)	(3 398 389)
REC./PAGAM. SC	(2 194 945)	1 295 636
FLUXOS DE CAIXA LÍQUIDOS DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	15 378 894	49 005 122

O Provedor,
Edmundo Emílio Mão de Ferro Martinho

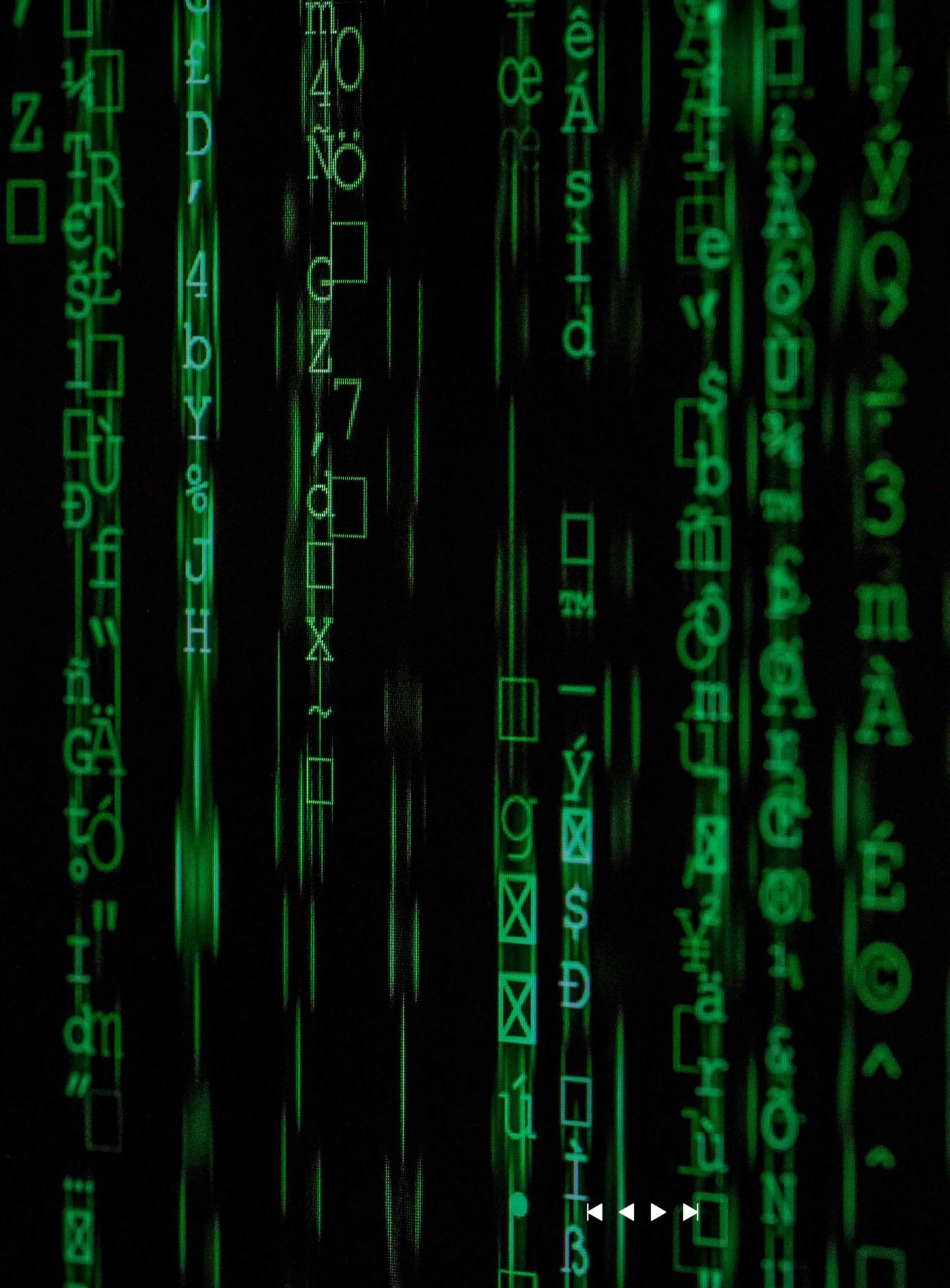
€	2020	2019
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
PAGAMENTOS RESPEITANTES A:		
ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	(2 015 465)	(6 220 264)
ATIVOS INTANGÍVEIS	(59 218)	-
INVESTIMENTOS FINANCEIROS	(69 206 860)	(74 089 559)
RECEBIMENTOS PROVENIENTES DE:		
INVESTIMENTOS FINANCEIROS	59 227 279	61 002 332
JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES	86	80 922
FLUXOS DE CAIXA LÍQUIDOS DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(12 054 178)	(19 226 570)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
PAGAMENTOS RESPEITANTES A:		
JUROS E GASTOS SIMILARES	-	-
FLUXOS DE CAIXA LÍQUIDOS DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
VARIAÇÃO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES	3 324 716	29 778 553
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO INÍCIO DO PERÍODO	240 169 396	210 390 843
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO FIM DO PERÍODO	243 494 112	240 169 396

O Vice-Provedor,
João Pedro da Silva Correia

O Diretor Financeiro do DJSCML,
André Casanova Matos Prado Lyra

08

ANEXO



ANEXO

1. INTRODUÇÃO

O Departamento de jogos (referido neste documento como “Departamento de jogos” ou “Entidade”) integra a estrutura orgânica da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (referida neste documento como “Santa Casa” ou “Serviços Centrais”), tal como previsto nos Estatutos desta Entidade, publicados como anexo ao Decreto-Lei n.º 235/2008, de 3 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 114/2011, de 30 de novembro, pelo Decreto-Lei n.º 67/2015, de 29 de abril e pela Lei n.º 53/2018, de 20 de agosto.

O Departamento de Jogos tem a sua operação sediada na Avenida da Liberdade, n.º 194, Freguesia de Santo António, Concelho de Lisboa, tendo como atividade a gestão e exploração de Lotarias, Apostas Mútuas e quaisquer jogos autorizados para serem explorados pela Santa Casa, tendo em vista a obtenção eficaz dos meios necessários à prossecução dos seus fins ou de outros de ordem social, a nível nacional, definidos por lei.

Os jogos explorados pelo Departamento de jogos, em 2020, foram:

- ✿ Totobola
- ✿ Totoloto
- ✿ Euromilhões
- ✿ Lotaria Clássica
- ✿ Lotaria Popular
- ✿ Lotaria Instantânea
- ✿ Apostas Desportivas à Cota de Base Territorial - Placard
- ✿ Totosorteio - MILHÃO



O Departamento de Jogos tem atribuídas competências para o exercício das seguintes atividades:

-  Elaboração do seu plano de atividades, orçamento e relatório e contas;
-  Definição das condições essenciais à habilitação de prémios, a aprovar pela Tutela;
-  Aprovação dos planos de extrações das lotarias;
-  Definição dos regulamentos de jogos, incluindo a fixação do preço de aposta, valor percentual de receita a reservar para prémios, a aprovar pela Tutela;
-  Definição do número de prémios a vigorar para cada modalidade de jogo social, a aprovar pela Tutela;
-  Estruturação orgânica dos serviços;
-  Elaboração do regulamento geral de cada jogo social, a aprovar pela Tutela;

-  Determinação das modalidades desportivas a incluir nos concursos de apostas mútuas desportivas;
-  Definição da rede de postos de venda a estabelecer a nível nacional, regulamentando a sua atividade e fixando as respetivas remunerações pagas pelos apostadores;
-  Habilitação da Mesa da Santa Casa com as informações e pareceres sobre jogos sociais cuja exploração venha a ser proposta à Santa Casa;
-  Apreciação dos processos de contraordenação que vierem a ser instaurados quanto à exploração ilícita de jogos sociais;
-  Apresentação de propostas à Mesa da Santa Casa, quanto a possíveis filiações em organismos internacionais de lotarias e outros jogos sociais.

Ao dispor de orçamento e demonstrações financeiras próprias, anexos ao orçamento e demonstrações financeiras da Santa Casa, o Departamento de Jogos não integra as demonstrações financeiras da Santa Casa.

Os Órgãos do Departamento de Jogos encontram-se definidos nos Estatutos da Santa Casa, aprovados no art.º 28.º do Decreto-Lei n.º 235/2008, de 3 de dezembro, sendo estes o Administrador Executivo e os Júris (concursos, extrações e reclamações). São Administradores Executivos o Provedor e o Vice-Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. As referências a “Administrador Executivo”, ao longo deste anexo, referem-se ao órgão social.

Estas demonstrações financeiras individuais foram aprovadas pela Mesa da Santa Casa, na reunião de 11 de março de 2021. É opinião da Mesa que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações do Departamento de Jogos, bem como a sua posição e *performance* financeira, alterações no capital próprio e fluxos de caixa.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. BASE DE PREPARAÇÃO

Estas demonstrações financeiras individuais foram preparadas de acordo com as disposições do Sistema de Normalização Contabilístico (SNC), observado o princípio do custo histórico, com exceção pouco significativa nos ativos financeiros mensurados pelo justo valor.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o SNC requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pelo Departamento de Jogos, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período.

Apesar de estas estimativas serem baseadas nas melhores experiências e nas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que pressupostos e estimativas sejam significativos para as demonstrações financeiras individuais são apresentadas na Nota 4.

2.2. DERROGAÇÃO DAS DISPOSIÇÕES DO SNC

Não existiram, no decorrer do período a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que tenham implicado diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

2.3. COMPARABILIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os elementos constantes nas presentes demonstrações financeiras são, na sua totalidade, comparáveis com os do período anterior.

3. ADOÇÃO PELA PRIMEIRA VEZ DAS NCRF - DIVULGAÇÃO TRANSITÓRIA

Estas demonstrações financeiras não são as primeiras a serem apresentadas de acordo com as NCRF.

4. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que a seguir se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas aos períodos apresentados, salvo indicação contrária.

4.1. CONVERSÃO CAMBIAL

MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras do Departamento de Jogos são apresentadas em euros, salvo indicação explícita em contrário, sendo esta também a moeda de apresentação da Santa Casa.

TRANSAÇÕES E SALDOS

As transações em moedas diferentes do euro são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes do pagamento/recebimento das transações bem como da conversão pela taxa de câmbio à data do balanço, dos ativos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração dos resultados, como "Juros e rendimentos similares obtidos" ou "Juros e gastos similares suportados" se relacionados com aplicações financeiras ou empréstimos/ operações de financiamento; ou, como "Outros rendimentos" ou "Outros gastos" para todos os outros saldos e transações, reconhecidos na demonstração dos resultados.

COTAÇÕES UTILIZADAS

As cotações de moeda estrangeira utilizadas para conversão de saldos expressos em moeda estrangeira, foram como se segue:

MOEDA	2020	2019
USD	1,2271	1,1234
GBP	0,8990	0,8508

4.2. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis encontram-se valorizados ao custo deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade. Este custo inclui transição do POC para o SNC, e o custo de aquisição para ativos obtidos após essa data.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre na sua condição de utilização.

O Departamento de Jogos apenas capitaliza ativos fixos tangíveis com valor de aquisição superior a 200 euros. No entanto, procede à depreciação da totalidade do bem ao longo do primeiro ano de utilização, sempre que o valor de aquisição seja inferior a 1.000 euros. Os custos subsequentes incorridos com renovações

e grandes reparações, que façam aumentar a vida útil, ou a capacidade de gerar benefícios económicos dos ativos são reconhecidos no custo do ativo.

Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são reconhecidos como um gasto do período em que são incorridos.

Os custos a suportar com o desmantelamento ou remoção de ativos instalados em propriedade de terceiros são considerados como parte do custo inicial dos respetivos ativos, quando se traduzam em montantes significativos.

As vidas úteis estimadas para os ativos fixos tangíveis mais significativos são conforme se segue:

	VIDA ÚTIL
EQUIPAMENTO BÁSICO	ENTRE 1 A 25 ANOS
EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	ENTRE 5 A 17 ANOS
EQUIPAMENTO INFORMÁTICO	ENTRE 1 A 14 ANOS
SINALÉTICA	ENTRE 1 A 8 ANOS
OUTROS ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	ENTRE 1 A 30 ANOS

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos fixos tangíveis, são efetuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do ativo, sendo registada uma perda por imparidade quando o valor recuperável é inferior ao valor contabilístico (ver política 4.4.).

As vidas úteis dos ativos são revistas em cada relato financeiro, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos ativos. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

Os ganhos ou perdas na alienação dos ativos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico do ativo, sendo reconhecidos na demonstração dos resultados.

4.3. ATIVOS INTANGÍVEIS

O custo dos ativos intangíveis adquiridos separadamente reflete, em geral, os benefícios económicos futuros esperados e compreende o seu preço de compra, incluindo custos com direitos intelectuais, taxas e qualquer custo diretamente atribuível à preparação do ativo, para o seu uso pretendido.

Os ativos intangíveis gerados internamente são reconhecidos pelo seu custo, sempre que seja provável que da sua utilização possam advir benefícios económicos futuros para o Departamento de Jogos e o seu custo possa ser mensurado com fiabilidade.

No caso do Departamento de Jogos, os ativos que se enquadram nestas definições correspondem:

-  Aos programas de computador (*software*) adquiridos como suporte essencial às suas operações administrativas e acessórias;
-  Aos custos incorridos com o desenvolvimento do Portal Jogos Santa Casa, através do qual funciona o sistema de apostas para os apostadores dos jogos sociais;

 A todos os gastos de desenvolvimento interno de aplicações informáticas desenhadas em função das necessidades particulares do Departamento de Jogos, desde que cumpridas cumulativamente as seguintes condições:

- A aplicação informática em desenvolvimento é avaliada como tecnicamente viável e será concluída;
- Existe uma intenção expressa do Departamento de Jogos de utilizar a aplicação informática que resultar do projeto e está demonstrada a existência de competências internas para tal utilização;
- Está demonstrado que a utilização da aplicação informática gera benefícios para as operações do Departamento de Jogos;
- Está assegurado o financiamento e a alocação de recursos técnicos necessários para a conclusão do projeto;
- O sistema interno de imputação de custos aos projetos permite a correta mensuração dos custos de desenvolvimento da aplicação.

Sempre que um projeto em curso não cumpra com os critérios acima definidos, os custos incorridos são reconhecidos imediatamente em resultados do período.

O Departamento de Jogos valoriza os seus ativos intangíveis, após o reconhecimento inicial, pelo modelo do custo, ou seja, ao custo inicial deduzido da amortização acumulada e de quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados numa base sistemática, durante a sua vida útil estimada, a partir da data em que se encontram disponíveis para uso. As vidas úteis estimadas para os ativos fixos intangíveis mais significativos são conforme se segue:

VIDA ÚTIL	
PROGRAMAS DE COMPUTADOR	3 ANOS

O Departamento de Jogos determina a vida útil e o método de amortização dos ativos intangíveis com base na estimativa de consumo dos benefícios económicos associados ao ativo, os quais são revistos anualmente quanto à sua razoabilidade.

4.4. IMPARIDADE DE ATIVOS NÃO FINANCEIROS

O Departamento de Jogos realiza testes de imparidade sempre que eventos ou alterações nas condições envolventes indiquem que o valor pelo qual os ativos se encontram registados nas demonstrações financeiras não seja recuperável.

Sempre que o valor recuperável determinado é inferior ao valor contabilístico dos ativos, o Departamento de Jogos regista a respetiva perda por imparidade na demonstração dos resultados.

O valor recuperável é o maior de entre o justo valor do ativo deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso. Para a determinação da existência de imparidade, os ativos são alocados ao nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa separados identificáveis (unidades geradoras de caixa).

Sempre que adequado, é analisada a hipótese de reverter perdas por imparidade consideradas em períodos anteriores. Quando há lugar ao registo ou reversão de imparidade, a amortização e depreciação dos ativos são recalculadas prospectivamente.

Os ativos não financeiros, que não o *goodwill*, para os quais tenham sido reconhecidos perdas por imparidade são avaliados, a cada data de relato, sobre a possível reversão das perdas por imparidade.

Quando há lugar ao registo ou reversão de imparidade, a amortização e depreciação dos ativos são recalculadas prospectivamente de acordo com o valor recuperável.

4.5. INVESTIMENTOS FINANCEIROS

A classificação dos investimentos financeiros determina-se na data do reconhecimento inicial. Os investimentos financeiros são classificados/ mensurados como se segue:

-  Ao custo ou ao custo amortizado menos qualquer perda por imparidade; ou
-  Ao justo valor com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na demonstração de resultados.

O Departamento de Jogos classifica e mensura ao custo ou ao custo amortizado, os investimentos financeiros:

-  Que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida;
-  Cujo retorno seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e
-  Que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar a perda do valor nominal e do juro acumulado.

Para os ativos registados ao custo amortizado, os juros obtidos a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método da taxa de juro efetiva, que corresponde à taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

São registados ao custo ou ao custo amortizado os investimentos financeiros que constituem empréstimos concedidos, contas a receber (clientes, outros devedores, etc.) e instrumentos de capital próprio, bem como quaisquer contratos derivados associados, que não sejam negociados em mercado ativo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável.

O Departamento de Jogos classifica e mensura ao justo valor os investimentos financeiros que constituem instrumentos de capital próprio, cotados em mercado ativo, contratos derivados e ativos financeiros detidos para negociação. As variações de justo valor são registadas nos resultados do período.

O Departamento de Jogos avalia a cada data de relato financeiro a existência de indicadores de perda de valor para os investimentos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor através de resultados. Se existir uma evidência objetiva de imparidade, reconhece uma perda por imparidade na demonstração dos resultados.

Os investimentos financeiros são desreconhecidos quando os direitos ao recebimento dos fluxos monetários originados por esses investimentos expiram ou são transferidos, assim como todos os riscos e benefícios associados à sua posse.

4.6. COMPENSAÇÃO DE SALDOS

A compensação de ativos e passivos financeiros, assim como o relato de saldos líquidos no balanço, apenas é efetuada quando existe um direito legal vinculativo para levar a cabo a compensação, bem como a intenção de efetuar a regularização dos saldos pelo valor líquido ou quando o ativo e o passivo sejam realizados e pagos simultaneamente.

4.7. INVENTÁRIOS

Os inventários do Departamento de jogos compreendem bilhetes de jogos sociais de Apostas Mútuas, Apostas Desportivas à Cota e Lotaria Instantânea, papel térmico utilizado para o registo das apostas pelos mediadores (bens essenciais ao funcionamento do equipamento do sistema de jogo) e consumíveis para jogo, nomeadamente, material tipográfico e informático para impressão de jogo.

Os inventários são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição, o qual inclui todas as despesas suportadas com a compra, sendo valorizados posteriormente ao menor custo entre o valor de aquisição e o valor líquido de realização. O método de custeio dos inventários é o custo médio ponderado.

4.8. MEDIADORES E OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

As rubricas de mediadores e de Outros Créditos a Receber são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, deduzido de ajustamentos por imparidade (se aplicável). A cobrança das receitas é efetuada semanalmente à quarta-feira e respeita ao período decorrido entre domingo e sábado da semana anterior.

No que se refere às Apostas Mútuas, as receitas cobradas são as relativas àquele período independentemente da data da realização do concurso. No caso da Lotaria Instantânea são cobrados os valores correspondentes ao jogo ativado nos terminais do mediador. A cobrança das Apostas Desportivas à Cota refere-se aos bilhetes de apostas registados, independentemente da data dos eventos.

As perdas por imparidade dos mediadores e de outros créditos a receber são registadas, sempre que exista evidência objetiva de que os mesmos não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transação. As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados, em "Imparidade de Dívidas a receber", sendo subsequentemente revertidas pela mesma rubrica, caso os indicadores de imparidade diminuam ou desapareçam.

Dificuldades financeiras severas, probabilidade de declaração de falência ou reestruturação financeira são considerados como indicadores de que o valor a receber se encontra em imparidade. O valor ajustado corresponde à diferença entre o valor originalmente devido e o valor presente dos fluxos de caixa futuros.

4.9. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo, de liquidez elevada e com maturidades iniciais até 3 meses.

4.10. PASSIVOS FINANCEIROS

Determina-se a classificação dos passivos financeiros, na data do reconhecimento inicial.

Os passivos financeiros são classificados/ mensurados:

- ❁ Ao custo ou ao custo amortizado menos qualquer perda por imparidade; ou
- ❁ Ao justo valor com as alterações de justo valor a ser reconhecidas na demonstração dos resultados.

O Departamento de Jogos classifica e mensura ao custo ou ao custo amortizado, os passivos financeiros:

- ❁ Que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida;
- ❁ Cujas remunerações sejam de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e
- ❁ Que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar uma alteração à responsabilidade pelo reembolso do valor nominal e do juro acumulado a pagar.

Para os passivos registados ao custo amortizado, os juros obtidos a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método do juro efetivo, à taxa que desconta exatamente os pagamentos de caixa futuros contratados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

São registados ao custo ou ao custo amortizado os passivos financeiros que constituem financiamentos obtidos e contas a pagar (fornecedores, outros credores, etc.), bem como quaisquer contratos derivados associados, que não sejam negociados em mercado ativo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável.

4.11. FORNECEDORES E OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

As rubricas de fornecedores e de outras dívidas a pagar constituem obrigações de pagar pela aquisição de bens ou serviços sendo reconhecidas inicialmente ao justo valor, e subsequentemente mensuradas ao custo ou ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

4.12. BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS

A Santa Casa comprometeu-se com o pagamento de prestações pecuniárias aos seus colaboradores, a título de complementos de pensões de reforma por velhice, invalidez, sobrevivência imediata ou diferida e orfandade, tendo sido constituído um plano de pensões de benefícios definidos (doravante designado de "Fundo de Pensões"), em função do quadro de pessoal da Santa Casa e do Departamento de Jogos à data de constituição.

Adicionalmente, o Departamento de Jogos assume e a responsabilidade pelo pagamento de pré-reformas dos colaboradores abrangidos, até ao momento de passagem efetiva à reforma. Estes pagamentos correspondem a parte do salário dos mesmos até à data de reforma pela Caixa Geral de Aposentações, período que, usualmente, não ultrapassa um horizonte temporal de 2-3 meses.

Conforme referido na Nota 20, o Fundo foi constituído de forma a financiar a totalidade das suas responsabilidades por tais pagamentos.

FUNDO DE PENSÕES DO DEPARTAMENTO DE JOGOS

Durante o primeiro trimestre de 2008 foi constituído o Fundo de Pensões da Santa Casa, com a finalidade de garantir uma quota-parte dos benefícios previstos no Estatuto da Função Pública, correspondente ao número de anos e meses contados após a data da inscrição na Segurança Social até à data de inscrição na Caixa Geral de Aposentações (também referida neste documento como "CGA"), assim como os complementos de reforma previstos no Decreto-Lei n.º 247/80, de 24 de julho.

O Fundo de Pensões constituído visa garantir pensões por velhice, invalidez e sobrevivência, sendo que a totalidade das responsabilidades foram transferidas para fundo autónomo, tendo sido entregues as dotações necessárias para cobrir os respetivos encargos que se vão vencendo em cada um dos períodos.



As pensões encontram-se consagradas nos seguintes diplomas legais (aplicáveis ao Departamento de Jogos):

 **Decreto-Lei n.º 247/80, de 24 de julho**
Abrange o pessoal que desde 31 de julho de 1980 pelos estatutos de aposentação e de sobrevivência do funcionalismo público (n.º 2 do artigo 2.º), e que, a essa data, já se encontrava vinculado a organismos do Estado, onde passou a estar sujeito ao regime da função pública (artigo 3.º), e pessoal que se encontrava reformado pela Caixa de Previdência dos Empregados da Assistência, garantindo a Santa Casa um complemento de reforma (diferença entre a pensão que iriam auferir através da CGA e a pensão que auferiam nessa data), tratando-se de um complemento vitalício, sem atualização (n.ºs 1 e 2 do artigo 6.º);

 **Decreto-Lei n.º 94/2000, de 23 de maio**
Abrange os colaboradores do Departamento de Jogos que, até 31 de dezembro de 2005, reuniam as condições expressas no artigo 1.º do referido diploma. Os benefícios a cargo da Santa Casa são os seguintes:

- **Pensão de aposentação a atribuir**, de acordo com o Decreto-Lei n.º 498/72, de 9 de dezembro, correspondente a 90% do salário, até que o aposentado atinja as condições de reforma – pensão até à INR (idade normal de reforma);

- **Quotização à CGA (10% do salário)**

Passado este período, a Santa Casa passa a ser responsável apenas pelo disposto no Decreto-Lei n.º 247/80, de 24 de julho, para os trabalhadores admitidos antes da entrada em vigor do referido diploma. Quanto aos colaboradores admitidos após julho de 1980, a responsabilidade é encargo total da CGA – pensão após INR.

As pensões contempladas pelo plano correspondem a:

- **Pensão de velhice e invalidez**

Pensão paga pela CGA, sendo esta responsável pela quota-parte da pensão correspondente ao tempo de serviço decorrido após a data de inscrição naquela Entidade, sendo o tempo anterior encargo da Santa Casa e Centro Nacional de Pensões (CNP);

- **Pensão de sobrevivência imediata e orfandade**

Em caso de morte de colaborador ativo a Santa Casa irá pagar uma pensão de sobrevivência aos herdeiros hábeis;

- **Pensão de sobrevivência diferida**

Em caso de morte de ex-colaborador aposentado a Santa Casa irá pagar uma pensão de sobrevivência aos herdeiros hábeis.

Em ambos os casos “de sobrevivência” a pensão a atribuir pelo CNP corresponde a 60% da pensão de reforma, sendo que a quota-parte a cargo da Santa Casa será ligeiramente inferior aos 50%.

As responsabilidades com o pagamento das referidas prestações são estimadas anualmente por atuários independentes, sendo utilizado o método do crédito da unidade projetada. O valor presente da obrigação do benefício definido é determinado pelo desconto dos pagamentos futuros dos benefícios, utilizando a taxa de juro de obrigações de *rating* elevado denominadas na mesma moeda em que os benefícios serão pagos e com uma maturidade que se aproxima da responsabilidade assumida.

O passivo reconhecido no balanço relativamente a responsabilidades com benefícios de reforma, corresponde ao valor presente da obrigação do benefício determinado à data de balanço, deduzido do justo valor dos ativos do fundo, juntamente com ajustamentos relativos a custos de serviços passados.

Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos no resultado do exercício em que o corte ou liquidação ocorre. Um corte ocorre quando se verifica uma redução material no número de empregados ou o plano é alterado de tal forma que os benefícios atribuídos são reduzidos, originando uma redução nas responsabilidades com o plano.

FÉRIAS E SUBSÍDIO DE FÉRIAS

De acordo com a legislação vigente, os trabalhadores têm, anualmente, direito no mínimo a 22 dias úteis de férias, bem como a um mês de subsídio de férias, direito esse adquirido no ano anterior ao do seu pagamento. Estas responsabilidades são registadas no período em que todos os trabalhadores adquirem o respetivo direito, independentemente da data do seu pagamento, sendo o saldo a pagar relevado na rúbrica de "Credores por acréscimos de gastos".

4.13. PROVISÕES

As provisões são reconhecidas quando o Departamento de Jogos tem uma obrigação presente legal ou construtiva resultante de eventos passados, para a qual há uma significativa probabilidade (superior a 50%) que seja necessário um dispêndio de recursos internos no pagamento dessa obrigação; o montante possa ser estimado com razoabilidade.

As provisões para fazer face a perdas operacionais futuras não são reconhecidas.

Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, o Departamento de Jogos divulga tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para pagamento do mesmo seja considerada remota.

As provisões são mensuradas ao valor presente dos dispêndios estimados para pagar a obrigação utilizando uma taxa de desconto, que reflete a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

Quando exista um conjunto de obrigações semelhantes, a probabilidade de ser necessário incorrer num exfluxo para pagar a obrigação é determinado, considerando a classe de obrigações de forma agregada.

PROVISÃO PARA RECLAMAÇÃO E PAGAMENTO DE PRÉMIOS

O Departamento de Jogos encontra-se regulado por legislação específica, criada para efeitos de enquadramento e âmbito da atividade de exploração dos jogos sociais, a qual se alicerça na obrigatoriedade de constituição de Fundos destinados ao pagamento de prémios por reclamações procedentes. Para as Apostas Desportivas à Cota, para além do pagamento de prémios por reclamações, este Fundo também se destina ao pagamento de prémios que excedam a receita apurada nos eventos. Assim, o Departamento de Jogos deve ter permanentemente refletidas nas suas demonstrações financeiras as obrigações assumidas, atualizando a provisão em função das receitas globais anuais de jogo, com os seguintes limites:

DIPLOMA LEGAL	JOGO	% RECEITAS	LIMITE MÁX. FIXADO €
DEC.-LEI N.º 84/85, DE 28 DE MAR., COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELOS DEC.-LEI N.º 387/86, DE 17 DE NOV. E N.º 258/97, DE 30 DE SET., REPUBLICADO PELO DEC.-LEI N.º 317/2002, DE 27 DE DEZ., E DEC.-LEI N.º 153/2000 DE 21 DE JUL.	TOTOLOTO	0,5%	423.978
	TOTOBOLA	0,5%	74.820
DEC.-LEI N.º 210/2004, DE 20 DE AGO, REPUBLICADO PELO DEC.-LEI N.º 44/2011, DE 24 DE MAR.	EUROMILHÕES	1,0%	150.000.000
DEC.-LEI N.º 67/2015, DE 29 DE ABR.	APOSTAS DESPORTIVAS À COTA	1,0%	5.000.000
DEC.-LEI N.º 43/2016, DE 16 DE AGO.	TOTOSORTEIO	1,0%	1.000.000

PROVISÃO PARA PROCESSOS JUDICIAIS EM CURSO

Provisões relacionadas com processos judiciais que respeitam essencialmente de discordâncias de natureza contratual com fornecedores e reclamações de prémios que não cumprem os requisitos para reclamação. O Departamento de Jogos reconhece esta provisão quando estima que há uma probabilidade razoável de incorrer em pagamento.

4.14. FUNDO PARA PAGAMENTO DE PRÉMIOS DOS CONCURSOS

TOTOLOTO

Com a promulgação do Decreto-Lei n.º 200/2009, de 27 de agosto e com a publicação da Portaria n.º 102/2011, de 11 de março, o Departamento de Jogos encontra-se obrigado a constituir um Fundo para pagamento de prémios do Totoloto, garantindo o montante mínimo de 1.000.000 euros para o primeiro prémio. Esta conta é reforçada em função da incidência de uma taxa fixa de 10% sobre os prémios do Totoloto. Assegura, ainda, quando necessário o direito ao pagamento dos prémios da categoria especial de prémios denominada “Número da Sorte”.

TOTOSORTEIO

O Decreto-Lei n.º 43/2016, de 16 de agosto, que criou o regime jurídico da organização e exploração do Totosorteio, determina que seja constituído um Fundo para prémios, destinado a garantir, em caso de eventual insuficiência da importância destinada a prémios, o prémio de 1.000.000 euros, bem como a atribuição de prémios adicionais nos termos constantes do regulamento do jogo. Este Fundo é constituído em cada sorteio com o remanescente, se existir, da importância destinada a prémios.

4.15. DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS AOS BENEFICIÁRIOS DOS JOGOS SOCIAIS

A distribuição de resultados aos beneficiários dos jogos sociais explorados pelo Departamento de Jogos é reconhecida como obrigação nas demonstrações financeiras no período em que estes são aprovados pela Mesa da Santa Casa. A distribuição de resultados aos beneficiários dos jogos sociais é efetuada de acordo com a legislação aplicável, através do Decreto-Lei n.º 56/2006, de 15 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 44/2011, de 24 de março, pelo Decreto-Lei n.º 106/2011, de 21 de outubro e Decreto-Lei n.º 23/2018, de 10 de abril.

4.16. DISTRIBUIÇÃO DE RECEITAS DAS APOSTAS DESPORTIVAS À COTA

A distribuição das receitas das Apostas Desportivas à Cota é reconhecida como obrigação nas demonstrações financeiras no período em que as receitas são geradas. A distribuição é efetuada de acordo com a legislação aplicável, conforme o Decreto-Lei n.º 67/2015, de 29 de abril e Portaria n.º 315/2015, de 30 de setembro.

4.17. OUTRAS VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO – SUBSÍDIOS E APOIOS DO GOVERNO

Dada a sua atividade, o Departamento de Jogos não recebe subsídios do Governo ou de qualquer entidade similar.

Os Decretos-Lei que regulam a atividade do Departamento de Jogos determinam, relativamente às obrigações de renovação de equipamento e de sistemas de exploração de jogo, a cativação de receitas obtidas com os jogos sociais para o financiamento do investimento futuro em equipamento, antes da distribuição de resultados aos beneficiários. Este requisito visa garantir os meios líquidos ao gestor dos jogos sociais, que lhe permitam manter a rede de jogo em funcionamento. Daquela cativação resulta a constituição do Fundo de Renovação de Material e Equipamento, doravante designado FREM.

O valor utilizado deste Fundo é regularizado em função das depreciações, amortizações e gastos referentes a projetos que incluam a aquisição ou renovação de equipamento e de sistemas de exploração de jogo, pelo que assume na substância a natureza de um subsídio ao investimento não reembolsável. O valor das receitas cativado tem um tratamento contabilístico análogo aos subsídios, pelo que é registado na rubrica de “Outras variações no capital próprio”.

4.18. LOCAÇÕES

Nas locações consideradas operacionais, únicas a que o Departamento de Jogos recorreu, as rendas a pagar são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados numa base linear, durante o período da locação.

4.19. ESPECIALIZAÇÃO DE GASTOS E RENDIMENTOS

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de periodização económica.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes réditos e gastos são reconhecidos como ativos ou passivos, consoante se qualificarem como tal.



4.20. RÉDITO

O rédito do Departamento de jogos resulta essencialmente da exploração dos jogos sociais do Estado, atribuídos pela Tutela, nomeadamente jogos de Lotarias, Apostas Mútuas e Apostas Desportivas à Cota. O rédito é registado líquido de prémios de jogo, remunerações dos mediadores pagas pelos apostadores, devoluções reconhecidas, Imposto do Selo sobre apostas e deduções à receita das Apostas Desportivas à Cota previstas nas alíneas b) e c) do n.º 2 do art.º 12.º do Regime Jurídico da Exploração e Prática das Apostas Desportivas à Cota de Base Territorial, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 67/2015, de 29 de abril.

APOSTAS DE JOGO

-  **Lotarias Clássica e Popular**
O rendimento é reconhecido na data em que a Extração é realizada. Até esta data, as vendas efetuadas são consideradas como “Diferimentos – Rendimentos a reconhecer”.
-  **Lotaria Instantânea**
O rendimento é reconhecido na data da ativação do jogo nos terminais do mediador e das aquisições de bilhetes no Portal Jogos Santa Casa.
-  **Apostas Mútuas**
O rendimento é reconhecido na data da realização dos Concursos. Até esta data, as vendas efetuadas são consideradas como “Diferimentos – Rendimentos a reconhecer”.

-  **Apostas Desportivas à Cota**
O rendimento é reconhecido após a homologação dos resultados, na data da realização do último evento selecionado em cada Bilhete de Aposta ou em data anterior que corresponda à realização de um evento integrado em aposta combinada cujo prognóstico tenha sido perdedor.

Todas as receitas de jogo têm origem em Portugal Continental, Região Autónoma dos Açores e Região Autónoma da Madeira.

PRÉMIOS DE JOGO

Lotarias Clássica e Popular

Os prémios de jogo são reconhecidos no momento da extração. Os prémios não reclamados caducam 90 dias após a extração e são reconhecidos como rendimento do período em que ocorre a caducidade.

Lotaria Instantânea

Os prémios do jogo adquirido pelo Portal de Jogos Santa Casa são reconhecidos no momento da atribuição do prémio.

Os prémios de jogo adquirido através da rede de mediadores são reconhecidos no ato da reclamação do prémio por parte do apostador. Complementarmente, por forma a reconhecer a responsabilidade de prémios, estes são especializados de acordo com a percentagem prevista no plano de prémios de cada jogo, nos termos do Regulamento da Lotaria Instantânea, tendo este sido especializado em função da média do rácio prémios/vendas, dos últimos quatro anos, arredondada por excesso. O ajustamento ao valor de prémios a reconhecer por jogo é efetuado após o prazo de caducidade com base nos prémios efetivamente pagos.

Apostas Mútuas

Os prémios são reconhecidos na data de realização dos Concursos. A política adotada para prémios caducados é idêntica à atrás referida para as Lotarias Clássica e Popular.

Apostas Desportivas à Cota

Os prémios são reconhecidos após a homologação dos resultados, na data da realização do último evento objeto de aposta em cada Bilhete de Aposta ou em data anterior que corresponda à realização de um evento integrado em aposta combinada cujo prognóstico tenha sido perdedor.

O direito a prémios, caduca para o conjunto dos eventos selecionados no recibo da aposta, nos seguintes termos:

- Para os prémios de valor igual ou inferior a 150 euros decorridos 90 dias a contar da data da homologação de resultados;
- Para os prémios de valor superior a 150 euros decorridos 90 dias a contar do fim do prazo de 2 horas subsequentes à data da homologação de resultados, ou a contar do fim do prazo de 2 horas após a última atualização de resultados, conforme o que ocorrer por último.

Os prémios dos jogos sociais Totobola, Totoloto, Lotaria Instantânea, Lotaria Clássica e Lotaria Popular, são regulamentados pela Portaria n.º 102/2011, de 11 de março que revogou a Portaria n.º 973/2009 (art.º 3.º), mantendo as percentagens para prémios.

Para o jogo social Euromilhões a percentagem para prémios está definida no Decreto-Lei n.º 210/2004, de 20 de agosto, republicado pelo Decreto-Lei n.º 44/2011, de 24 de março.

Para as Apostas Desportivas à Cota a percentagem para prémios está definida no Decreto-Lei n.º 67/2015, de 29 de abril.

Para o Totosorteio, a percentagem destinada a prémios está determinada na Portaria n.º 227/2016, de 25 de agosto.

As percentagens para prémios incidem sobre as vendas brutas das Apostas Mútuas e das Apostas Desportivas à Cota, e sobre o capital emitido das Lotarias:

JOGO SOCIAL	% PRÉMIOS
TOTOBOLA	60%
TOTOLOTO	55%
EUROMILHÕES	50%
LOTARIA NACIONAL	70%
LOTARIA INSTANTÂNEA	ENTRE 50% E 70%
APOSTAS DESPORTIVAS À COTA	ENTRE 55% E 85%
TOTOSORTEIO	65%

IMPOSTO DO SELO

Com a promulgação do Decreto-Lei n.º 175/2009, de 4 de agosto, cuja aplicação se iniciou a 1 de setembro de 2009, os jogos sociais passaram a estar sujeitos a Imposto do Selo, à taxa de 4,5%, que incide sobre as apostas realizadas, conforme verba 11 da Tabela Geral do Imposto do Selo. O imposto é exigido a quem detém o título do benefício do rendimento, neste caso o Departamento de Jogos, e tratando-se de um imposto cobrado por conta do Estado numa transação que originou rédito, este é abatido ao rédito dos jogos sociais.

REMUNERAÇÕES DOS MEDIADORES PAGAS PELOS APOSTADORES

Os mediadores são remunerados pelos apostadores relativamente aos serviços que lhes são prestados, conforme previsto no Regulamento dos Mediadores dos jogos sociais do Estado (Portaria n.º 313/2004, de 23 de março, alterada pela Portaria n.º 216/2012, de 18 de julho).

Esta remuneração é realizada mediante a cobrança de uma percentagem sobre o valor das apostas, paga pelos apostadores, de acordo com as tabelas aprovadas pela Mesa da Santa Casa.

O preço final da aposta já inclui esta remuneração.

JOGO SOCIAL

% REMUNERAÇÃO

TOTOBOLA	7%
TOTOLOTO	7%
EUROMILHÕES	5%
LOTARIA CLÁSSICA - FRAÇÕES FÍSICAS	12,7%
LOTARIA CLÁSSICA - FRAÇÕES DESMATERIALIZADAS	7%
LOTARIA POPULAR - FRAÇÕES FÍSICAS	12,5%
LOTARIA POPULAR - FRAÇÕES DESMATERIALIZADAS	7%
LOTARIA INSTANTÂNEA	10%
APOSTAS DESPORTIVAS À COTA	5%
TOTOSORTEIO	5%

Deduções legais sobre receitas das Apostas Desportivas à Cota

As Deduções legais sobre receitas das Apostas Desportivas à Cota estão previstas no Decreto-Lei n.º 67/2015, de 29 de abril, que determina:

-  O montante correspondente a 2,0 % a atribuir à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa;
-  O montante correspondente a 3,5 % a atribuir às entidades objeto da aposta, de acordo com a Portaria n.º 315/2015, de 30 de setembro.

OUTRAS VENDAS

Valores referentes a venda de resíduos para reciclagem.

4.21. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada de acordo com o método direto.

Os fluxos de caixa são classificados na demonstração de fluxos de caixa, dependendo da sua natureza, em atividades: i) operacionais; ii) investimento; e iii) financiamento.

As atividades operacionais englobam essencialmente os recebimentos de mediadores, o pagamento de prémios e de impostos, a distribuição dos resultados aos beneficiários, os pagamentos a fornecedores e ao pessoal.

Os fluxos de caixa das atividades de investimento incluem, nomeadamente, recebimentos e pagamentos da venda e compra de ativos imobilizados, e ainda remuneração de equivalentes de caixa e liquidação dos mesmos na maturidade, ou aquando da sua alienação.

Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento não têm expressão.

4.22. EVENTOS SUBSEQUENTES

Os eventos ocorridos entre a data do balanço e a data da aprovação das demonstrações financeiras que afetem o valor dos ativos e passivos existentes são considerados na preparação das demonstrações financeiras, caso sejam significativos. Consoante a natureza dos mesmos, poderão dar origem a ajustamentos aos montantes reportados à data do balanço ou divulgados nas notas às demonstrações financeiras.

4.23. MATERIAS AMBIENTAIS

São reconhecidas provisões para matérias ambientais sempre que o Departamento de Jogos tenha uma obrigação legal ou construtiva, como resultado de acontecimentos passados, relativamente à qual seja provável que uma saída de recursos se torne necessária para a liquidar, e possa ser efetuada uma estimativa fiável do montante dessa obrigação.

4.24. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

Na ausência de uma NCRF de aplicação específica a uma transação ou a outro evento ocorrido na Entidade, a política de relato financeiro a seguir baseia-se em normas e interpretações que tratem de transações ou eventos semelhantes na Estrutura Conceptual.

4.25. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS APRESENTADOS

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras do Departamento de Jogos são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o impacto real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do período seguinte são as que se seguem:

Provisões

O Departamento de Jogos analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

Sempre que adequado, o Departamento de Jogos suporta o seu julgamento com base na opinião dos advogados para determinar a necessidade de reconhecimento da eventual provisão para fazer face a essas contingências bem como o valor da mesma (Nota 19).

Pressupostos atuariais

A determinação das responsabilidades com pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, de natureza demográfica e financeira, que podem condicionar significativamente os montantes de responsabilidades apurados em cada data de relato. As variáveis mais sensíveis referem-se à taxa de atualização das responsabilidades, a taxa de rendimento estimada para os ativos e as tabelas de mortalidade e invalidez.

As alterações dos pressupostos atuariais terão impactos no valor contabilístico líquido das responsabilidades, sendo tal impacto expresso em resultados do período (Nota 20).

Ativos tangíveis e intangíveis

A determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de depreciação e de amortização a aplicar é essencial para determinar o montante das depreciações e das amortizações a reconhecer na demonstração dos resultados de cada período.

Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento para os ativos no âmbito da atividade (Nota 7 e Nota 8).

5. FLUXOS DE CAIXA

5.1. CAIXA E SEUS EQUIVALENTES QUE NÃO ESTÃO DISPONÍVEIS PARA USO

O Departamento de Jogos não possui quaisquer montantes de “Caixa e equivalentes de caixa” que estejam sujeitos a restrições de utilização.

As obrigações assumidas pelo Departamento de Jogos no âmbito da gestão dos jogos sociais e no pagamento de prémios estão “fundeadas” na totalidade através de aplicações financeiras a prazo (não correntes), para as quais existem determinações legais quanto à sua movimentação, mas que não constituem “Caixa ou equivalentes de caixa”.

5.2. DESAGREGAÇÃO DOS VALORES INSCRITOS NA RÚBRICA DE CAIXA E DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2019 e 2020, o detalhe de caixa e equivalentes de caixa para efeitos da elaboração da demonstração de fluxos de caixa, apresenta os seguintes valores:

€	2020	2019
NUMERÁRIO		
CAIXA	15 405	25 062
	15 405	25 062
DEPÓSITOS BANCÁRIOS		
DEPÓSITOS À ORDEM	243 478 706	30 864 334
DEPÓSITOS A PRAZO < 90 DIAS	-	83 000 000
DEPÓSITOS A PRAZO ≥ 90 DIAS	-	126 280 000
	243 478 706	240 144 334
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA (ATIVO)	243 494 112	240 169 396
EQUIVALENTES DE CAIXA (PASSIVO)	-	-
TOTAL DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	243 494 112	240 169 396

Não se verificaram quaisquer situações de descoberto em contas bancárias do Departamento de Jogos.

6. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

Não foram detetados erros de períodos anteriores.

7. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 2020 os movimentos registados em rúbricas do ativo fixo tangível foram como se segue:

€	EQUIPAMENTO BÁSICO	EQUIPAMENTO TRANSPORTE	EQUIPAMENTO INFORMÁTICO	OUTRO EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	SINALÉTICA	OUTROS ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	ATIVOS EM CURSO	TOTAL
1 DE JANEIRO DE 2019								
CUSTO DE AQUISIÇÃO	27 913 862	350 724	8 339 330	1 487 019	2 851 728	795 509	578 371	42 316 544
DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS	(17 728 017)	(227 246)	(8 097 594)	(1 322 635)	(2 395 053)	(696 874)	-	(30 467 419)
VALOR LÍQUIDO	10 185 846	123 478	241 735	164 384	456 675	98 635	578 371	11 849 124
ADIÇÕES	216 745	1 571	157 729	26 511	-	9 140	2 338 798	2 750 495
ALIENAÇÕES	-	-	(4 094)	-	-	-	-	(4 094)
TRANSFERÊNCIAS E ABATES	963 951	-	479 511	-	-	-	(968 871)	474 591
DEPRECIAÇÃO - PERÍODO	(2 518 393)	(32 481)	(356 780)	(55 740)	(452 763)	(31 078)	-	(3 447 235)
DEPRECIAÇÃO - ALIENAÇÕES	-	-	4 094	-	-	-	-	4 094
VALOR LÍQUIDO	8 848 149	92 568	522 196	135 156	3 913	76 697	1 948 298	11 626 976
31 DE DEZEMBRO DE 2019								
CUSTO DE AQUISIÇÃO	29 094 558	352 295	8 972 476	1 513 531	2 851 728	804 649	1 948 298	45 537 535
DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS	(20 246 409)	(259 727)	(8 450 280)	(1 378 375)	(2 847 816)	(727 952)	-	(33 910 559)
VALOR LÍQUIDO	8 848 149	92 568	522 196	135 156	3 913	76 697	1 948 298	11 626 976
1 DE JANEIRO DE 2020								
CUSTO DE AQUISIÇÃO	29 094 558	352 295	8 972 476	1 513 531	2 851 728	804 649	1 948 298	45 537 535
DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS	(20 246 409)	(259 727)	(8 450 280)	(1 378 375)	(2 847 816)	(727 952)	-	(33 910 559)
VALOR LÍQUIDO	8 848 149	92 568	522 196	135 156	3 913	76 697	1 948 298	11 626 976
ADIÇÕES	53 886	-	343 901	8 289	-	29 292	855 668	1 291 036
ALIENAÇÕES	-	-	(808)	-	-	-	-	(808)
TRANSFERÊNCIAS E ABATES	2 753 753	-	50 213	-	-	-	(2 803 966)	-
DEPRECIAÇÃO - PERÍODO	(2 953 368)	(30 981)	(246 847)	(43 240)	(1 878)	(38 260)	-	(3 314 573)
DEPRECIAÇÃO - ALIENAÇÕES	-	-	808	-	-	-	-	808
VALOR LÍQUIDO	8 702 420	61 587	669 464	100 205	2 035	67 729	-	9 603 440
31 DE DEZEMBRO DE 2020								
CUSTO DE AQUISIÇÃO	31 902 198	352 295	9 365 782	1 521 820	2 851 728	833 941	-	46 827 764
DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS	(23 199 778)	(290 708)	(8 696 319)	(1 421 614)	(2 849 694)	(766 212)	-	(37 224 324)
VALOR LÍQUIDO	8 702 420	61 587	669 464	100 205	2 035	67 729	-	9 603 440

Os aumentos na rúbrica ativos fixos tangíveis no decurso do período de 2020, 1.291.036 euros, são provenientes essencialmente de: "Equipamento informático" e de "Aquisições em curso" (adições 2019: 2.750.495 euros).

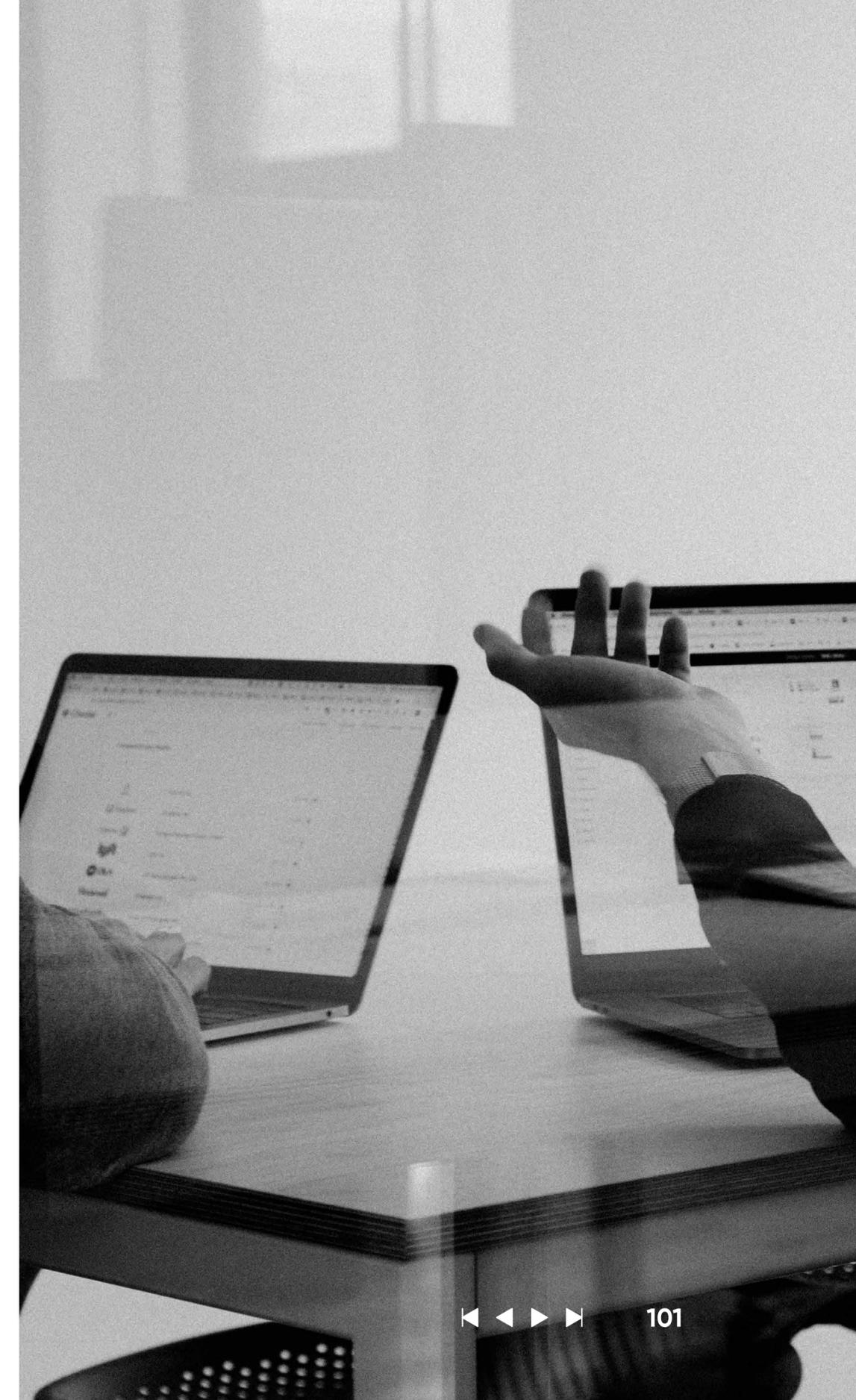
Os valores mais significativos foram:

- Em "Equipamento informático": aquisição de servidores para o projeto Criação de um site para o Placard;
- Em "Aquisições em curso": equipamentos adquiridos para a o projeto de Comunicação digital nos pontos de venda.

No período findo em 31 de dezembro de 2020, registaram-se abates em "Equipamento informático" no valor de 808 euros (2019: registaram-se abates em "Equipamento informático", no valor de 4.094 euros).

As depreciações dos bens dos ativos fixos tangíveis estão reconhecidas na Demonstração de Resultados, pela sua totalidade na rúbrica "Gastos/reversões de depreciação e amortização".

À data de 31 de dezembro de 2020 os ativos fixos tangíveis em poder de terceiros ascendem a 6.413.371 euros, sendo 3.752.180 euros referentes a terminais de jogo, 2.035 euros referentes a peças promocionais de sinalética, 247.211 euros relacionados com os QR Code e 2.411.945 euros referentes a Televisores instalados nos pontos de venda dos mediadores dos jogos sociais (2019: 6.056.754 euros, sendo 5.212.325 euros referentes a terminais de jogo, 3.913 euros referentes a peças promocionais de sinalética e 840.517 euros relacionados com os QR Code instalados nos pontos de venda dos mediadores dos jogos sociais).



8. ATIVOS INTANGÍVEIS

O valor dos ativos intangíveis refere-se ao Portal Jogos Santa Casa e programas informáticos de suporte às atividades operacionais e administrativas do Departamento de Jogos, que para os períodos apresentados, tiveram a seguinte evolução:

€	PROPRIEDADE INDUSTRIAL	PROGRAMAS DE COMPUTADOR	ATIVOS EM CURSO	TOTAL
1 DE JANEIRO DE 2019				
CUSTO DE AQUISIÇÃO	3 442 657	30 033 304	4 248 849	37 724 810
AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	(3 442 657)	(26 675 577)	-	(30 118 233)
VALOR LÍQUIDO	-	3 357 727	4 248 849	7 606 577
ADIÇÕES	-	311 315	2 087 094	2 398 409
TRANSFERÊNCIAS E ABATES	-	5 165 671	(5 695 396)	(529 725)
AMORTIZAÇÃO - PERÍODO	-	(2 906 043)	-	(2 906 043)
VALOR LÍQUIDO	-	5 928 670	640 548	6 569 218
31 DE DEZEMBRO DE 2019				
CUSTO DE AQUISIÇÃO	3 442 657	35 510 290	640 548	39 593 495
AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	(3 442 657)	(29 581 620)	-	(33 024 276)
VALOR LÍQUIDO	-	5 928 670	640 548	6 569 218
1 DE JANEIRO DE 2020				
CUSTO DE AQUISIÇÃO	3 442 657	35 510 290	640 548	39 593 495
AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	(3 442 657)	(29 581 620)	-	(33 024 276)
VALOR LÍQUIDO	-	5 928 670	640 548	6 569 218
ADIÇÕES	-	125 977	1 162 659	1 288 636
ALIENAÇÕES	-	374 701	(374 701)	-
AMORTIZAÇÃO - PERÍODO	-	(2 519 031)	-	(2 519 031)
VALOR LÍQUIDO	-	3 910 317	1 428 506	5 338 823
31 DE DEZEMBRO DE 2020				
CUSTO DE AQUISIÇÃO	3 442 657	36 010 968	1 428 506	40 882 131
AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	(3 442 657)	(32 100 651)	-	(35 543 308)
VALOR LÍQUIDO	-	3 910 317	1 428 506	5 338 823

Quanto à rubrica programas de computador a mesma é composta por software de suporte ao jogo e à rede física.

No que concerne aos ativos em curso, estes estão relacionados com *software* de desenvolvimento das plataformas de jogos.

9. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS - OUTROS MÉTODOS

O saldo registado nesta rubrica contempla:

-  A participação de 5,2% no capital social da SLE – Services aux Loteries en Europe, entidade constituída para a gestão do jogo Euromilhões e na qual o Departamento de Jogos participa na condição de *lottery operator* do jogo social de apostas mútuas europeu – Euromilhões; e
-  A participação de 50% no capital social da NLCS – National Lotteries Common Services, Sociedade por Ações Simplificada de direito francês, constituída em 2013, com vista ao estreitamento de relações com outras Lotarias de Estado e ao desenvolvimento de plataformas de cooperação.

10. OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2019 e 2020, a rubrica de outros investimentos financeiros apresenta a seguinte decomposição:

€	2020	2019
FUNDOS OBRIGATÓRIOS	183 772 691	180 333 974
FUNDO LI (WFL)	44 000 000	37 371 000
OUTROS ATIVOS FINANCEIROS	24 755	21 716
TOTAL	227 797 446	217 726 690

O saldo de Fundos obrigatórios refere-se maioritariamente aos fundos constituídos pelo Departamento de Jogos, no âmbito das obrigações assumidas com a atribuição da exploração dos jogos sociais, para reclamações e pagamentos de prémios, e ainda para a renovação de equipamento e material (FREM).

Os Fundos a manter pelo Departamento de Jogos são constituídos de acordo com as seguintes regras:

€	% RECEITAS	% PRÉMIOS	LIMITE MÁX. FIXADO	LEGISLAÇÃO APLICÁVEL
FUNDOS PARA RECLAMAÇÃO E PAGAMENTO DE PRÉMIOS				
TOTOBOLA	0,5%	-	74.820	DEC.-LEI N.º 84/85, DE 28 DE MAR., COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELOS DEC.- LEI N.º 387/86, DE 17 DE NOV. E N.º 258/97, DE 30 DE SET., REPUBLICADO PELO DEC.-LEI N.º 317/2002, DE 27 DE DEZ., E DEC.-LEI N.º 153/2000 DE 21 DE JUL.
TOTOLOTO	0,5%	-	423.978	DEC.-LEI N.º 210/2004, DE 20 DE AGO, REPUBLICADO PELO DEC.-LEI N.º 44/2011, DE 24 DE MAR.
EUROMILHÕES	1,0%	-	150.000.000	DEC.-LEI N.º 210/2004, DE 20 DE AGO, REPUBLICADO PELO DEC.-LEI N.º 44/2011, DE 24 DE MAR.
APOSTAS DESPORTIVAS À COTA	1,0%	-	5.000.000	DEC.-LEI N.º 67/2015, DE 29 DE ABR.
TOTOSORTEIO	1,0%	-	1.000.000	DEC.-LEI N.º 43/2016, DE 16 DE AGO.
FUNDO PARA PAGAMENTO DE PRÉMIOS DOS CONCURSOS				
TOTOLOTO	0,0%	10%	NÃO DEFINIDO	DEC.-LEI N.º 200/2009, DE 27 DE AGO., REGULAMENTADO PELA PORTARIA N.º 102/2011, DE 11 DE MAR.
TOTOSORTEIO	(A)	-	NÃO DEFINIDO	DEC.-LEI N.º 43/2016, DE 16 DE AGO.
FUNDOS PARA RENOVAÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL				
TOTOLOTO	2,0%	-	24.939.895	DEC.-LEI N.º 84/85, DE 28 MAR., DEC.-LEI N.º 387/86, DE 17 DE NOV. E DEC.-LEI N.º 153/2000, DE 21 DE JUL.
TOTOGOLO	1,0%	-	748.197	DEC.-LEI N.º 225/98, DE 17 DE JUL (JOGO SUSPENSO).
TOTOBOLA	1,0%	-	748.197	DEC.-LEI N.º 84/85, DE 28 MAR. E DEC.-LEI N.º 387/86, 17 NOV.
EUROMILHÕES	1,0%	-	20.000.000	DEC.-LEI N.º 210/2004, DE 20 DE AGO, REPUBLICADO PELO DEC.-LEI N.º 44/2011, DE 24 DE MAR.
APOSTAS DESPORTIVAS À COTA	0,2%	-	2.000.000	DEC.-LEI N.º 67/2015, DE 29 DE ABR.
TOTOSORTEIO	0,5%	-	1.000.000	DEC.-LEI N.º 43/2016, DE 16 DE AGO.

(A) CONSTITUÍDO PELO REMANESCENTE, SE EXISTIR, DA IMPORTÂNCIA DESTINADA A PRÉMIOS.

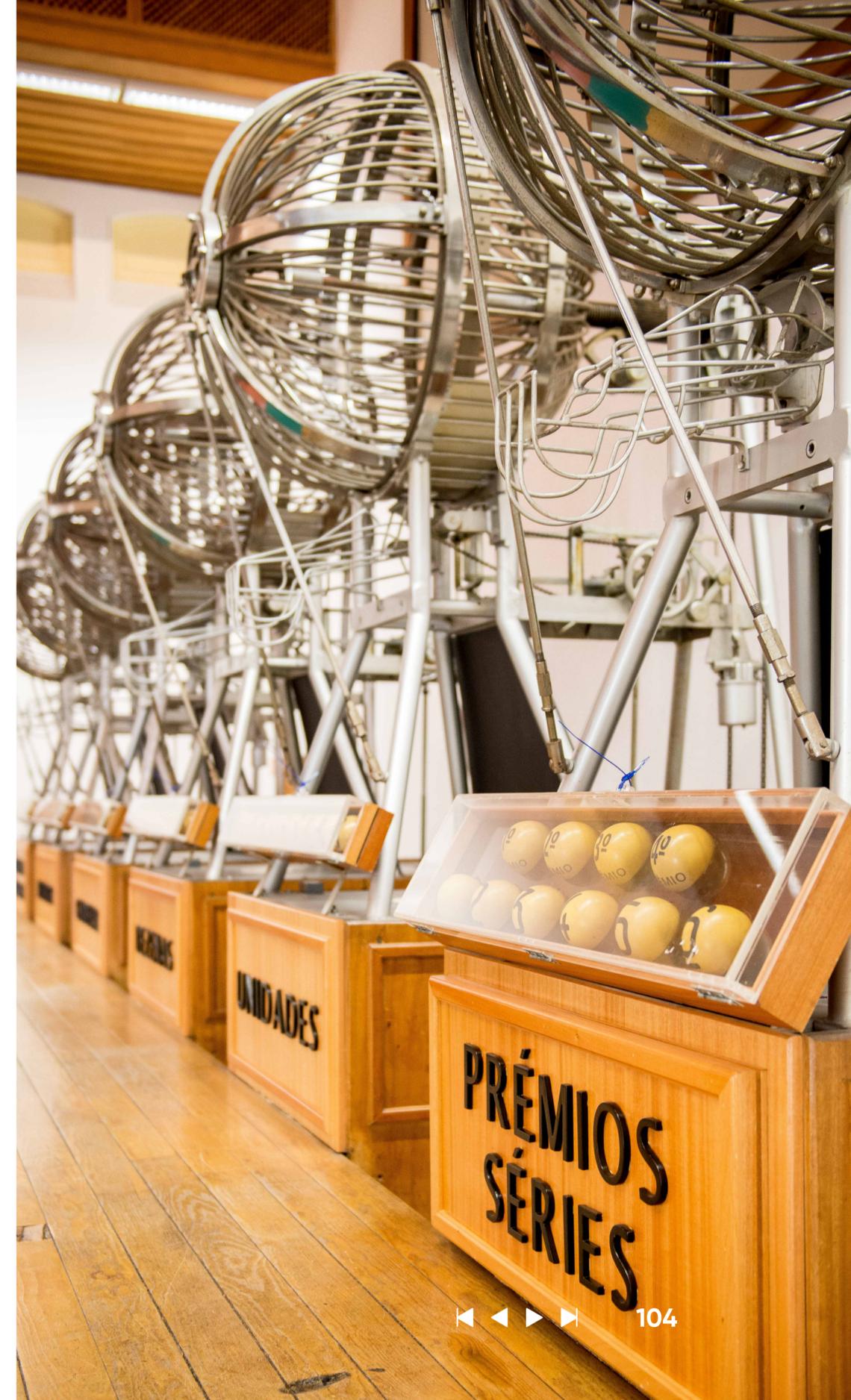
Por decisão de gestão em 2013, foi criado um Fundo para pagamento de prémios da Lotaria Instantânea do tipo *win for life* (WFL).

O Decreto-Lei n.º 153/2000, de 21 de julho, alargou o âmbito do Fundo de renovação do equipamento e material de forma a dar cobertura à reorganização do Departamento de Jogos, decorrente da implementação do sistema *online*. Assim, tais Fundos podem ser utilizados “para suportar quaisquer despesas com a implementação do sistema de registo de apostas em tempo real (sistema online), nomeadamente as relativas à imagem, agentes, pessoal, renovação das instalações, renovação de material e equipamento, e outros”.

O Decreto-Lei n.º 200/2009, de 2 de julho, autorizou a constituição de um Fundo que garanta o montante mínimo de 1.000.000 de euros para o primeiro prémio do Totoloto, cujo valor inicial foi de 5.000.000 de euros por utilização do Fundo de renovação do equipamento e material. Este valor é reembolsado desde 1 de janeiro de 2012 “à razão de, pelo menos, 0,3% do valor semanal do Fundo para o primeiro prémio do Totoloto, referido no número anterior, até integral pagamento”.

Com a publicação da Portaria n.º 102/2011, de 11 de março, este Fundo passou também a assegurar, quando necessário, o direito ao pagamento dos prémios de categoria especial de prémios, denominada “Número da Sorte”.

O Decreto-Lei n.º 43/2016, de 16 de agosto, que criou o regime jurídico da organização e exploração do Totosorteio determina que seja constituído um Fundo destinado a garantir, em caso de eventual insuficiência da importância destinada a prémios, o prémio de 1.000.000 euros, bem como a atribuição de prémios adicionais nos termos constantes do regulamento do jogo. Este Fundo é constituído em cada sorteio com o remanescente, se existir, da importância destinada a prémios.



08 / ANEXO OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2019 e 2020, o detalhe dos Fundos obrigatórios constituídos é como se segue:

€	FUNDO PARA RENOVAÇÃO DO EQUIPAMENTO E MATERIAL	FUNDO PARA RECLAMAÇÃO E PAGAMENTO DE PRÉMIOS	FUNDO PARA PAGAMENTO DE PRÉMIOS DOS CONCURSOS	FUNDO PARA PAGAMENTO DE PRÉMIOS DA LOTARIA INSTANTÂNEA (WIN FOR LIFE)	TOTAL
TOTOBOLA					
1 DE JANEIRO DE 2019	156 261	74 820	-	-	231 081
REFORÇOS	55 421	-	-	-	55 421
UTILIZAÇÕES	(77 440)	-	-	-	(77 440)
31 DE DEZEMBRO DE 2019	134 242	74 820	-	-	209 062
LIMITE MÁXIMO FIXADO	748 197	74 820	-	-	
TOTOLOTO					
1 DE JANEIRO DE 2019	5 408 082	423 978	23 341 438	-	29 173 498
REFORÇOS	2 033 747	-	6 300 398	-	8 334 145
TRANSFERÊNCIAS	16 543	-	(16 543)	-	-
UTILIZAÇÕES	(2 709 539)	-	(4 997 984)	-	(7 707 523)
31 DE DEZEMBRO DE 2019	4 748 834	423 978	24 627 308	-	29 800 120
LIMITE MÁXIMO FIXADO	24 939 895	423 978	NÃO DEFINIDO	-	
TOTOGOLO					
1 DE JANEIRO DE 2019	29 032	-	-	-	29 032
REFORÇOS	-	-	-	-	-
UTILIZAÇÕES	-	-	-	-	-
31 DE DEZEMBRO DE 2019	29 032	-	-	-	29 032
LIMITE MÁXIMO FIXADO	748 197	74 820	-	-	
EUROMILHÕES					
1 DE JANEIRO DE 2019	12 754 195	99 344 352	-	-	112 098 547
REFORÇOS	7 268 053	7 268 053	-	-	14 536 107
UTILIZAÇÕES	(7 033 883)	-	-	-	(7 033 883)
31 DE DEZEMBRO DE 2019	12 988 366	106 612 406	-	-	119 600 771
LIMITE MÁXIMO FIXADO	20 000 000	150 000 000	-	-	

€	FUNDO PARA RENOVAÇÃO DO EQUIPAMENTO E MATERIAL	FUNDO PARA RECLAMAÇÃO E PAGAMENTO DE PRÉMIOS	FUNDO PARA PAGAMENTO DE PRÉMIOS DOS CONCURSOS	FUNDO PARA PAGAMENTO DE PRÉMIOS DA LOTARIA INSTANTÂNEA (WIN FOR LIFE)	TOTAL
APOSTAS DESPORTIVAS À COTA					
1 DE JANEIRO DE 2019	1 435 741	5 000 000	-	-	6 435 741
REFORÇOS	1 268 658	-	-	-	1 268 658
UTILIZAÇÕES	(911 654)	-	-	-	(911 654)
31 DE DEZEMBRO DE 2019	1 792 745	5 000 000	-	-	6 792 745
LIMITE MÁXIMO FIXADO	2 000 000	5 000 000	-	-	
TOTOSORTEIO					
1 DE JANEIRO DE 2019	628 347	1 000 000	14 323 115	-	15 951 461
REFORÇOS	491 102	-	12 051 316	-	12 542 418
UTILIZAÇÕES	(383 637)	-	(4 207 998)	-	(4 591 635)
31 DE DEZEMBRO DE 2019	735 812	1 000 000	22 166 432	-	23 902 244
LIMITE MÁXIMO FIXADO	1 000 000	1 000 000	NÃO DEFINIDO	-	
LOTARIA INSTANTÂNEA WIN FOR LIFE					
1 DE JANEIRO DE 2019	-	-	-	39 820 000	39 820 000
REFORÇOS	-	-	-	-	-
UTILIZAÇÕES	-	-	-	(2 449 000)	(2 449 000)
31 DE DEZEMBRO DE 2019	-	-	-	37 371 000	37 371 000
LIMITE MÁXIMO FIXADO	-	-	-	-	-
TOTAIS					
1 DE JANEIRO DE 2019	20 411 658	105 843 150	37 664 552	39 820 000	203 739 360
REFORÇOS	11 116 982	7 268 053	18 351 714	-	36 736 749
TRANSFERÊNCIAS	16 543	-	(16 543)	-	-
UTILIZAÇÕES	(11 116 152)	-	(9 205 983)	(2 449 000)	(22 771 135)
31 DE DEZEMBRO DE 2019	20 429 030	113 111 204	46 793 740	37 371 000	217 704 974

08 / ANEXO OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS

€	FUNDO PARA RENOVAÇÃO DO EQUIPAMENTO E MATERIAL	FUNDO PARA RECLAMAÇÃO E PAGAMENTO DE PRÉMIOS	FUNDO PARA PAGAMENTO DE PRÉMIOS DOS CONCURSOS	FUNDO PARA PAGAMENTO DE PRÉMIOS DA LOTARIA INSTANTÂNEA (WIN FOR LIFE)	TOTAL
TOTOBOLA					
1 DE JANEIRO DE 2020	134 242	74 820	-	-	209 062
REFORÇOS	37 863	-	-	-	37 863
UTILIZAÇÕES	(72 034)	-	-	-	(72 034)
31 DE DEZEMBRO DE 2020	100 071	74 820	-	-	174 891
LIMITE MÁXIMO FIXADO	748 197	74 820	-	-	
TOTOLOTO					
1 DE JANEIRO DE 2020	4 748 834	423 978	24 627 308	-	29 800 120
REFORÇOS	2 013 758	-	6 538 706	-	8 552 464
TRANSFERÊNCIAS	16 612	-	(16 612)	-	-
UTILIZAÇÕES	(2 800 965)	-	(4 136 703)	-	(6 937 667)
31 DE DEZEMBRO DE 2020	3 978 239	423 978	27 012 699	-	31 414 917
LIMITE MÁXIMO FIXADO	24 939 895	423 978	NÃO DEFINIDO	-	
TOTOGOLO					
1 DE JANEIRO DE 2020	29 032	-	-	-	29 032
REFORÇOS	-	-	-	-	-
UTILIZAÇÕES	-	-	-	-	-
31 DE DEZEMBRO DE 2020	29 032	-	-	-	29 032
LIMITE MÁXIMO FIXADO	748 197	74 820	-	-	
EUROMILHÕES					
1 DE JANEIRO DE 2020	12 988 366	106 612 406	-	-	119 600 771
REFORÇOS	5 666 085	5 666 085	-	-	11 332 170
UTILIZAÇÕES	(7 641 562)	-	-	-	(7 641 562)
31 DE DEZEMBRO DE 2020	11 012 889	112 278 491	-	-	123 291 379
LIMITE MÁXIMO FIXADO	20 000 000	150 000 000	-	-	

Os "Outros investimentos financeiros" referem-se a uma barra de ouro detida pelo Departamento de Jogos, a qual se encontra valorizada ao justo valor, sendo que

os efeitos de atualização do justo valor para o período findo a 31 de dezembro de 2020, tiveram um impacto positivo de 3.039 euros (2019: impacto positivo de 3.722 euros).

€	FUNDO PARA RENOVAÇÃO DO EQUIPAMENTO E MATERIAL	FUNDO PARA RECLAMAÇÃO E PAGAMENTO DE PRÉMIOS	FUNDO PARA PAGAMENTO DE PRÉMIOS DOS CONCURSOS	FUNDO PARA PAGAMENTO DE PRÉMIOS DA LOTARIA INSTANTÂNEA (WIN FOR LIFE)	TOTAL
APOSTAS DESPORTIVAS À COTA					
1 DE JANEIRO DE 2020	1 792 745	5 000 000	-	-	6 792 745
REFORÇOS	1 014 684	-	-	-	1 014 604
UTILIZAÇÕES	(1 117 264)	-	-	-	(1 117 264)
31 DE DEZEMBRO DE 2020	1 690 164	5 000 000	-	-	6 690 164
LIMITE MÁXIMO FIXADO	2 000 000	5 000 000	-	-	
TOTOSORTEIO					
1 DE JANEIRO DE 2020	735 812	1 000 000	22 166 432	-	23 902 244
REFORÇOS	387 207	-	3 493 639	-	3 880 846
UTILIZAÇÕES	(454 048)	-	(5 156 734)	-	(5 610 782)
31 DE DEZEMBRO DE 2020	668 971	1 000 000	20 503 337	-	22 172 308
LIMITE MÁXIMO FIXADO	1 000 000	1 000 000	NÃO DEFINIDO	-	
LOTARIA INSTANTÂNEA WIN FOR LIFE					
1 DE JANEIRO DE 2020	-	-	-	37 371 000	37 371 000
REFORÇOS	-	-	-	6 629 000	6 629 000
UTILIZAÇÕES	-	-	-	-	-
31 DE DEZEMBRO DE 2020	-	-	-	44 000 000	44 000 000
LIMITE MÁXIMO FIXADO	-	-	-	-	
TOTAIS					
1 DE JANEIRO DE 2020	20 429 030	113 111 204	46 793 740	37 371 000	217 704 974
REFORÇOS	9 119 597	5 666 085	10 032 344	6 629 000	31 447 026
TRANSFERÊNCIAS	16 612	-	(16 612)	-	-
UTILIZAÇÕES	(12 085 873)	-	(9 293 436)	-	(21 379 309)
31 DE DEZEMBRO DE 2020	17 479 366	118 777 289	47 516 036	44 000 000	227 772 691

11. INVENTÁRIOS

O detalhe de inventários em 31 de dezembro de 2019 e 2020 é como se segue:

€	2020	2019
CONSUMÍVEIS PARA JOGO	365 988	331 932
BILHETES DE LOTARIA INSTANTÂNEA	3 016 761	2 776 682
BILHETES DE APOSTAS MÚTUAS	320 083	260 180
BILHETES DE APOSTAS DESPORTIVAS À COTA	153 520	217 903
BILHETES DE APOSTAS HÍPICAS	266 897	-
PAPEL TÉRMICO	1 941 263	1 307 305
PAPEL TÉRMICO (EM PODER DE TERCEIROS)	29 871	29 871
IMPARIDADE DE INVENTÁRIOS	(10 765)	(10 765)
TOTAL	6 083 618	4 913 107

O custo dos inventários reconhecido no período como gasto, e incluído na rubrica "Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas" totalizou 11.723.478 euros (2019: 13.944.616 euros).

Imparidade de inventários

Em 2020 não se registaram quaisquer alterações às imparidades de inventários, mantendo-se o saldo de 2019, que corresponde a 10.737 euros de bilhetes de Apostas Mútuas e a 28 euros de bilhetes de Lotaria Instantânea.

12. MEDIADORES

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 2020, a decomposição da rubrica de mediadores, é como se segue:

€	2020	2019
MEDIADORES	17 683 694	34 719 846
MEDIADORES COBRANÇA DUVIDOSA	13 888 676	7 889 704
	31 572 370	42 609 550
AJUSTAMENTOS DE MEDIADORES	(13 888 676)	(7 889 704)
TOTAL MEDIADORES	17 683 694	34 719 846

Nesta rubrica encontram-se registados os valores a receber dos mediadores do Departamento de Jogos, referentes às receitas de Apostas Mútuas (Totobola, Totoloto, Euromilhões e Totosorteio), Lotaria Nacional (Lotaria Clássica e Lotaria Popular), Lotaria Instantânea e Apostas Desportivas à Cota.

Os mediadores com maior volume de negócio são a "Casa da Sorte" e a "Casa Campião", cujos saldos brutos ascendem a, respetivamente, a 574.589 euros e 534.991 euros em 31 de dezembro de 2020 (2019: 1.115.085 euros e 2.092.479 euros)

Os movimentos das imparidades são como se segue:

€	2020	2019
1 DE JANEIRO	7 889 704	3 774 505
AUMENTOS	6 030 548	4 165 933
UTILIZAÇÕES	(23 156)	(35 429)
REVERSÕES	(8 419)	(15 306)
31 DE DEZEMBRO	13 888 676	7 889 704

13. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 2020, os saldos de Estado e outros entes públicos, são como se segue:

€	2020		2019	
	DEVEDOR	CREDOR	DEVEDOR	CREDOR
IMPOSTOS S/ RENDIMENTO - IRS E IRC	-	18 294	-	28 565
IMPOSTO S/ VALOR ACRESCENTADO - IVA	9 311	-	124	6 890
CONTRIBUIÇÕES P/ SEGURANÇA SOCIAL	23 372	-	23 372	-
IMPOSTO DO SELO	59 975	29 774 728	59 975	28 857 216
TOTAL	92 659	29 793 023	83 471	28 892 671

14. OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 2020, a decomposição da rubrica "Outros créditos a receber", é como se segue:

€	2020	2019
PESSOAL	19 037	20 958
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER		
EUROMILHÕES - PRIMARY INSURANCE	3 301 052	4 303 202
EUROMILHÕES - PRE-DEPOSIT AMOUNT	5 225 883	4 949 456
EUROMILHÕES (SALDO INICIAL) - BOOSTER	3 055 447	3 055 447
EUROMILHÕES - MUTUAL INSURANCE	2 000 000	2 000 000
ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES	65 744	113 599
OUTROS	764 580	1 048 131
DEVEDORES POR ACRÉSCIMOS DE RENDIMENTOS	9 419 343	6 296 954
TOTAL	23 851 086	21 787 746

14.1. PESSOAL

As dívidas ativas ao pessoal referem-se a adiantamentos sobre ajudas de custo atribuídos a colaboradores do Departamento de Jogos e a empréstimos concedidos.

14.2. OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

EUROMILHÕES - PRIMARY INSURANCE

Depósito obrigatório a constituir pelas entidades exploradoras do jogo Euromilhões, junto da entidade financeira que assume a gestão dos ativos de exploração do jogo, o qual corresponde a um terço da média semanal de vendas de jogo do último semestre e se destina a cobrir eventuais falhas técnicas.

EUROMILHÕES - PRE-DEPOSIT INSURANCE

Contrapartida financeira assumida pelo Departamento de Jogos enquanto entidade exploradora do jogo Euromilhões. Este depósito, também designado como *Relevant Deposit Amount/ Default Insurance*, é calculado em função do valor total das transferências de todos os operadores de lotarias que exploraram o Euromilhões nos últimos doze meses que antecederam a fixação do valor em causa, sendo este dividido pelo correspondente número de sorteios (excluindo aqueles em que tenha havido um super jackpot mínimo garantido), por forma a obter-se a média semanal que será multiplicada por 2,0 vezes o valor total apurado. A este resultado será aplicada a percentagem do *cost sharing*, que corresponde a peso relativo das vendas de cada lotaria nos últimos 6 meses. Este fundo destina-se a cobrir eventuais falhas nas transferências semanais, que incluem as obrigações dos dois sorteios semanais, de cada membro.

EUROMILHÕES - SALDO INICIAL - PRIZE GUARANTEE FUND

O Departamento de Jogos deve proceder a deduções específicas para reforço do fundo de reserva para prémios de jogo Euromilhões. Este foi o valor inicial que o Departamento de Jogos depositou junto da entidade financeira que assume a gestão dos ativos de exploração do jogo, o qual se encontra segregado dos movimentos de constituição e utilização ocorridos desde 2004, registados na rúbrica de "Prémios a pagar". Este Fundo varia consoante o ciclo de acumulação de *jackpot's*, sendo atualmente de 10% do valor destinado a prémios (50% das vendas totais) para ciclos de acumulação de 1 a 5 e de 18% para ciclos de acumulação de 6 em diante e para sorteios em que haja super *jackpot* mínimo garantido. Estas percentagens entraram em vigor a 04/02/2020 com as alterações ao jogo, sendo que anteriormente eram de 4,8% para ciclos de acumulação de 1 a 6 e de 21% para ciclos de acumulação de 7 em diante.

EUROMILHÕES - MUTUAL INSURANCE

Valor de caução entregue pelo Departamento de Jogos como entidade exploradora do jogo Euromilhões, a qual permanecerá retida enquanto o Departamento de Jogos for elemento do sistema de jogo e para garantia de obrigações não cobertas pelos restantes fundos.

ADIANTAMENTO A FORNECEDORES

No valor de 65.744 euros (2019: 113.599 euros).

OUTROS

O valor de 203.510 euros, incluído no saldo em aberto, refere-se a um adiantamento efetuado a favor do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, sobre a transmissão do título de propriedade do edifício ex-sede do Departamento de Jogos na Rua das Taipas, situação que continua a ser negociada por ambas as partes. Ulteriormente, esta situação tem de ser objeto de apropriada resolução jurídica.

14.3. DEVEDORES POR ACRÉSCIMOS DE RENDIMENTOS

O detalhe dos devedores por acréscimos de rendimentos é como se segue:

€	2020	2019
JUROS A RECEBER	33 093	58 994
OUTROS DEVEDORES POR ACRÉSCIMOS DE RENDIMENTOS	6 010	16 239
LOTARIA NACIONAL	3 428 542	1 118 078
TOTOBOLA	23 355	22 114
TOTOLOTO	994 428	-
EUROMILHÕES	4 933 915	5 081 529
TOTAL	9 419 343	6 296 954

JUROS A RECEBER

Saldo referente à especialização de rendimentos dos Fundos obrigatórios do Departamento de Jogos;

As rubricas Lotaria Nacional, Totobola, Totoloto e Euromilhões dizem respeito a especialização de vendas e prémios caducados em que os sorteios ocorreram em 2020.

Para os períodos apresentados não existem diferenças entre os valores contabilísticos e o seu justo valor.

15. DIFERIMENTOS – GASTOS A RECONHECER

Em 31 de dezembro de 2019 e 2020 o Departamento de Jogos tem registado na rubrica de Diferimentos – gastos a reconhecer, os seguintes saldos:

€	2020	2019
TOTOLOTO	-	102 182
LOTARIA NACIONAL	4 277	64 121
EUROMILHÕES	81 361	108 563
TOTOSORTEIO	50 479	68 358
APOSTAS DESPORTIVAS À COTA	16 080	44 066
OUTROS	4 556 321	2 314 545
GASTOS A RECONHECER	4 708 518	2 701 835

As rubricas Totoloto, Lotaria Nacional, Euromilhões, Totosorteio e Apostas Desportivas à Cota dizem respeito a especialização de encargos diretos sobre vendas antecipadas (remunerações dos mediadores pagas pelos apostadores, montantes para prémios, imposto do selo e deduções legais sobre as receitas das Apostas Desportivas à Cota).

Na rubrica "Outros" encontram-se registados valores relativos a rendas e a investimentos e encargos referentes ao alargamento do portefólio de jogos, bem como outros gastos incorridos referentes a períodos subsequentes, nomeadamente os relativos à Apostas Hípicas Mútuas, que aguardam o reconhecimento aquando da entrada em produção do jogo.

16. FUNDO SOCIAL

O Departamento de Jogos não possui autonomia jurídica da Santa Casa pelo que não tem capital social estatutário. O montante reconhecido como "Fundo social" refere-se ao valor de entradas em espécie ocorridas à data da sua constituição.

17. OUTRAS VARIACÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

A rubrica “Outras variações no capital próprio” refere-se aos movimentos ocorridos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 2020, correspondentes às variações do FREM:

€	2020	2019
TOTOBOLA		
1 DE JANEIRO	134 242	156 261
ADIÇÕES	37 863	55 421
UTILIZAÇÕES	(72 034)	(77 440)
31 DE DEZEMBRO	100 071	134 242
TOTOLOTO		
1 DE JANEIRO	4 748 834	5 408 082
ADIÇÕES	2 013 758	2 033 747
TRANSFERÊNCIAS	16 612	16 543
UTILIZAÇÕES	(2 800 965)	(2 709 539)
31 DE DEZEMBRO	3 978 239	4 748 834
TOTOGOLO		
1 DE JANEIRO	29 032	29 032
ADIÇÕES	-	-
UTILIZAÇÕES	-	-
31 DE DEZEMBRO	29 032	29 032
EUROMILHÕES		
1 DE JANEIRO	12 988 366	12 754 195
ADIÇÕES	5 666 085	7 268 053
UTILIZAÇÕES	(7 641 562)	(7 033 883)
31 DE DEZEMBRO	11 012 889	12 988 366
APOSTAS DESPORTIVAS À COTA		
1 DE JANEIRO	1 792 745	1 435 741
ADIÇÕES	1 014 684	1 268 658
UTILIZAÇÕES	(1 117 264)	(911 654)
31 DE DEZEMBRO	1 690 164	1 792 745

€	2020	2019
TOTOSORTEIO		
1 DE JANEIRO	735 812	628 347
ADIÇÕES	387 207	491 102
UTILIZAÇÕES	(454 048)	(383 637)
31 DE DEZEMBRO	668 971	735 812
TOTAL DO FUNDO RENOVACÃO DO EQUIPAMENTO	17 479 366	20 429 030
VALOR LÍQUIDO DOS INVESTIMENTOS FINANCIADOS PELO FUNDO		
1 DE JANEIRO	17 633 099	18 801 820
INVESTIMENTOS	2 439 707	4 864 546
REGULARIZAÇÃO POR RESULTADOS	(5 584 169)	(6 033 266)
31 DE DEZEMBRO	14 488 638	17 633 099
VALOR LÍQUIDO DOS GASTOS FINANCIADOS PELO FUNDO		
1 DE JANEIRO	-	-
GASTOS	(9 646 165)	(6 251 607)
REGULARIZAÇÃO POR RESULTADOS	9 646 165	6 251 607
31 DE DEZEMBRO	-	-
TOTAIS		
1 DE JANEIRO	38 062 129	39 213 478
ADIÇÕES	9 119 597	11 116 982
UTILIZAÇÕES	(12 085 873)	(11 116 152)
INVESTIMENTOS	2 439 707	4 864 546
GASTOS	(9 646 165)	(6 251 607)
REGULARIZAÇÃO POR RESULTADOS	4 061 997	218 341
TRANSFERÊNCIAS	16 612	16 543
31 DE DEZEMBRO	31 968 004	38 062 129

Os valores apresentados correspondem às rubricas dos Fundos de renovação de equipamento e material, que representa as responsabilidades previstas na legislação aplicável ao Departamento de Jogos, quanto à constituição de Fundos para reestruturação e investimento do sistema e equipamento de jogo (ver Nota 10 – Outros investimentos financeiros).

O valor das adições resulta de retenções efetuadas para o FREM, cujo âmbito foi alterado através do Decreto-Lei n.º 153/2000, de 21 de julho, sendo, no caso dos jogos cujo fundo se encontrava integralmente constituído, valores referentes à reposição do Fundo devido a investimentos efetuados e a gastos de projetos durante o período.

As utilizações correspondem, a investimentos e gastos necessários ao desenvolvimento e arranque de projetos financiados pelo FREM.

O valor de regularização por resultados resulta da compensação de amortizações de investimentos e de gastos financiados pelo Fundo.

As transferências correspondem ao reembolso do montante utilizado do Fundo renovação de equipamento e material para constituição inicial do Fundo que garante um montante mínimo para o primeiro prémio do Totoloto e também para assegurar, quando necessário, o direito ao pagamento dos prémios da categoria especial de prémios denominada “Número da Sorte”, conforme previsto no Decreto-Lei n.º 200/2009, de 27 de agosto e Portaria n.º 102/2011, de 11 de março.

18. RESULTADOS

De acordo com o Decreto-Lei n.º 56/2006, de 15 de março, alterado pelos Decreto-Lei n.º 44/2011, de 24 de março, Decreto-Lei n.º 106/2011, de 21 de outubro e Decreto-Lei n.º 23/2018, de 10 de abril, todos os resultados gerados pelo Departamento de Jogos são distribuídos pelos beneficiários dos jogos sociais. Aqueles resultados estão sujeitos à retenção do montante exigido para a constituição do FREM.

O detalhe de aplicação do resultado líquido do Departamento de Jogos para os períodos findos a 31 de dezembro de 2019 e 2020 é como se segue:

€	2020	2019
RESULTADO DISTRIBUÍDO	607 985 128	764 376 696
RESULTADO RETIDO (CONSTITUIÇÃO FUNDO DE RENOVAÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL)	9 119 597	11 116 982
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	617 104 725	775 493 678

O resultado do Departamento de Jogos do período vai sendo antecipadamente distribuído pelos diversos beneficiários, com base nos resultados mensais, segundo as percentagens constantes no Decreto-Lei n.º 56/2006, de 15 de março, alterado pelos Decreto-Lei n.º 44/2011, de 24 de março, Decreto-Lei n.º 106/2011, de 21 de outubro e Decreto-Lei n.º 23/2018, de 10 de abril.

A distribuição pelos beneficiários é a seguinte:

€	BENEFICIÁRIOS	2020	2019
MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA	AUTORIDADE NACIONAL DE PROTEÇÃO CIVIL	15 781 012	19 868 675
	SECRETARIA-GERAL DO MAI (SINISTRALIDADE RODOVIÁRIA, PREVENÇÃO DA CRIMINALIDADE E RISCOS SOCIAIS)	1 726 979	2 174 308
	SECRETARIA-GERAL DO MAI (POLICIAMENTO DE ESPETÁCULOS DESPORTIVOS)	3 930 365	4 948 425
AGÊNCIA DE GESTÃO DA TESOURARIA E DA DÍVIDA PÚBLICA IGCP, E.P.E.		12 982 115	16 344 797
PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS	FUNDO DE FOMENTO CULTURAL	19 533 629	24 593 311
	SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS	3 572 154	4 497 428
MINISTÉRIO DO TRABALHO, SOLIDARIEDADE E SEG. SOCIAL	INSTITUTO DE GESTÃO FINANCEIRA DA SEGURANÇA SOCIAL, IP	189 610 346	238 724 003
	FUNDAÇÃO INATEL	6 788 813	8 547 279
MINISTÉRIO DA SAÚDE		93 495 051	117 712 527
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	DESPORTO ESCOLAR E INFRAESTRUTURAS DESPORTIVAS ESCOLARES	5 657 344	7 122 733
	ESTUDANTES DO ENSINO SECUNDÁRIO	2 798 896	3 523 878
	INSTITUTO PORTUGUÊS DO DESPORTO E JUVENTUDE, I.P.	52 821 726	66 503 829
GOVERNO REGIONAL DA MADEIRA		14 709 094	18 519 104
GOVERNO REGIONAL DOS AÇORES		14 173 135	17 844 319
SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA		157 929 220	198 836 701
SUBTOTAL DOS RESULTADOS A DISTRIBUIR		595 509 880	749 761 316
CENTRO DE MEDICINA DE REABILITAÇÃO DO ALCOITÃO		2 263 183	2 380 585
SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA ^(A)		10 212 065	12 234 796
TOTAIS		607 985 128	764 376 696

(A) ESTÃO INCLUÍDOS NESTE MONTANTE:

- OS PRÉMIOS CADUCADOS DA LOTARIA NACIONAL, DO EUROMILHÕES, DAS APOSTAS DESPORTIVAS À COTA E DO TOTOSORTEIO (2020: 9.033 MIL EUROS; 2019: 10.857 MIL EUROS);
- 4,7% DO RESULTADO DA LOTARIA NACIONAL E 0,225% DO CAPITAL EMITIDO DESTAS LOTARIAS (2020: 1.122 MIL EUROS; 2019: 1.296 MIL EUROS);
- COIMAS - LEI N.º 30/2006, CABENDO À SCML DISTRIBUIR O MONTANTE DAS COIMAS NA PROPORÇÃO DE 35% PARA O INSTITUTO DE GESTÃO FINANCEIRA DA SEGURANÇA SOCIAL E DE 15% PARA O ESTADO (2020: 57 MIL EUROS; 2019: 82 MIL EUROS).

19. PROVISÕES

Em 31 de dezembro de 2019 e 2020, o detalhe da rubrica de “Provisões” apresenta os seguintes valores:

€	PROCESSOS JUDICIAIS	PAGAMENTOS DE PRÉMIOS					TOTAL
		TOTOBOLA	TOTOLOTO	EUROMILHÕES	APOSTAS DESPORTIVAS À COTTA	TOTOSORTEIO	
1 DE JANEIRO DE 2019	1 141 823	74 820	423 978	99 344 352	5 000 000	1 000 000	106 984 973
DOTAÇÃO	393 800	-	-	7 268 053	-	-	7 661 853
TRANSFERÊNCIA	-	-	-	-	-	-	-
UTILIZAÇÃO	(6 000)	-	-	-	-	-	(6 000)
REVERSÃO	(978)	-	-	-	-	-	(978)
31 DE DEZEMBRO DE 2019	1 528 645	74 820	423 978	106 612 406	5 000 000	1 000 000	114 639 848
SALDO CORRENTE	-	-	-	-	-	-	-
SALDO NÃO CORRENTE	1 528 645	74 820	423 978	106 612 406	5 000 000	1 000 000	114 639 848
1 DE JANEIRO DE 2020	1 528 645	74 820	423 978	106 612 406	5 000 000	1 000 000	114 639 848
DOTAÇÃO	3 926 162	-	-	5 666 085	-	-	9 592 247
TRANSFERÊNCIA	-	-	-	-	-	-	-
UTILIZAÇÃO	-	-	-	-	-	-	-
REVERSÃO	(218 478)	-	-	-	-	-	(218 478)
31 DE DEZEMBRO DE 2020	5 236 329	74 820	423 978	112 278 491	5 000 000	1 000 000	124 013 617
SALDO CORRENTE	-	-	-	-	-	-	-
SALDO NÃO CORRENTE	5 236 329	74 820	423 978	112 278 491	5 000 000	1 000 000	124 013 617

19.1. PROCESSOS JUDICIAIS

Provisão constituída segundo a avaliação que o Departamento de Jogos efetua da sua exposição a contingências jurídicas, nomeadamente processos de natureza cível nos quais é réu.

19.2. PAGAMENTOS DE PRÉMIOS

A constituição de provisões para pagamento de prémios de jogos sociais resulta da aplicação dos pressupostos dos diplomas legais que regulam a exploração dos jogos sociais, encontrando-se o Departamento de Jogos obrigado a cativar determinadas percentagens das receitas de Totoloto, Totobola, Euromilhões, Totosorteio e Apostas Desportivas à Cota para eventuais reclamações de prémios (ver Nota 4.13 – Provisões). A variação deveu-se ao reforço das provisões para pagamento de prémios do Euromilhões, para a qual ainda não foi atingido o limite legal.

20. RESPONSABILIDADES POR BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO E OUTROS

O Fundo de Pensões foi constituído com a finalidade de garantir uma quota-parte dos benefícios previstos no Estatuto da Função Pública, correspondendo ao número de anos e meses contados desde a data de inscrição na Segurança Social, até à data de inscrição na Caixa Geral de Aposentações (CGA), assim como os complementos de reforma previstos nos Decretos-Lei n.º 247/80, de 24 de julho, e n.º 94/2000, de 23 de maio. Para cobertura das responsabilidades para complementos de pensões de reforma, o Departamento de Jogos contribui para um Fundo de Pensões autónomo, para o qual é transferida a totalidade das responsabilidades e as dotações necessárias para cobrir os respetivos encargos que se forem vencendo em cada um dos períodos.

Em termos globais, o impacto destas responsabilidades nas Demonstrações do Departamento de Jogos é como se segue:

€	2020	2019
IMPACTO NO BALANÇO		
COMPLEMENTOS DE PENSÕES	(3 308 162)	(2 680 884)
	(3 308 162)	(2 680 884)
IMPACTO NA DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS		
COMPLEMENTOS DE PENSÕES	(627 278)	(1 116 681)
	(627 278)	(1 116 681)

O estudo atuarial desenvolvido por entidade independente, com referência a 31 de dezembro de 2020, para apuramento das responsabilidades acumuladas a essa data, teve por base os seguintes pressupostos:

	2020	2019
TAXA ANUAL DE DESCONTO	0,75%	1,0%
TAXA ANUAL DE CRESCIMENTO DOS SALÁRIOS	0,0%	0,0%
TAXA ANUAL DE CRESCIMENTO DAS PENSÕES		
ATÉ 2020	0,0%	0,0%
APÓS 2020	1,25%	1,25%
TÁBUA DE MORTALIDADE	TV 88/90	TV 88/90
TÁBUA DE INVALIDEZ	EVK80	EVK80

Em 31 de dezembro de 2019 e 2020 a cobertura das responsabilidades do Departamento de Jogos pelos ativos do Fundo era a seguinte:

€	2020	2019
VALOR PRESENTE DA OBRIGAÇÃO	(12 296 027)	(12 745 333)
JUSTO VALOR DOS ATIVOS DO PLANO	8 987 865	10 064 449
IMPACTO NO BALANÇO	(3 308 162)	(2 680 884)

A evolução verificada no valor presente da obrigação com o Fundo de Pensões nos períodos findos a 31 de dezembro de 2019 e 2020 detalha-se como se segue:

€	2020	2019
1 DE JANEIRO	12 745 333	12 331 391
CUSTO DOS JUROS	119 657	211 522
PAGAMENTO DE BENEFÍCIOS	(1 057 769)	(941 893)
GANHOS/(PERDAS) ATUARIAIS	488 806	1 144 313
31 DE DEZEMBRO	12 296 027	12 745 333

O património dos fundos afetos ao financiamento das responsabilidades acima referidas teve a seguinte evolução, nos períodos findos a 31 de dezembro de 2019 e 2020:

€	2020	2019
1 DE JANEIRO	10 064 449	9 167 188
CONTRIBUIÇÕES ENTREGUES	-	1 600 000
GANHOS/ (PERDAS) ATUARIAIS	(111 610)	84 627
BENEFÍCIOS PAGOS	(1 057 769)	(941 893)
RETORNO ESPERADO DOS ATIVOS DO FUNDO	92 795	154 527
31 DE DEZEMBRO	8 987 865	10 064 449

O Fundo de Pensões, na sua totalidade era composto pelos seguintes ativos, com referência a 31 de dezembro de 2019 e 2020:

€	2020	2019
OBRIGAÇÕES	22 551 185	29 897 897
AÇÕES	11 920 032	887 173
DEPÓSITOS CURTO PRAZO	826 464	11 421 588
PRODUTOS ESTRUTURADOS	-	91 192
FUNDOS INVESTIMENTO	19 006 881	19 025 824
OUTROS	47 151	194 922
TOTAIS	54 351 714	61 518 597

Os impactos do fundo na demonstração dos resultados são como se segue:

€	2020	2019
CUSTOS DOS JUROS	(119 657)	(211 522)
GANHOS / (PERDAS ATUARIAIS)	(600 416)	(1 059 685)
RETORNO ESTIMADO DOS ATIVOS DO PLANO	92 795	154 527
TOTAL INCLUÍDO EM GASTOS COM O PESSOAL	(627 278)	(1 116 681)

21. PRÉMIOS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2019 e 2020 a decomposição da rubrica "Prémios a pagar" era como se segue:

€	2020			2019		
	CORRENTE	NÃO CORRENTE	TOTAL	CORRENTE	NÃO CORRENTE	TOTAL
PRÉMIOS A PAGAR	25 624 808	-	25 624 808	23 787 948	-	23 787 948
EUROMILHÕES - 50%	42 847 171	-	42 847 171	46 021 699	-	46 021 699
EUROMILHÕES - PRIZE GUARANTEE FUND	(39 597 822)	-	(39 597 822)	(39 972 245)	-	(39 972 245)
EUROMILHÕES - JACKPOT	(1 693 736)	-	(1 693 736)	(5 957 433)	-	(5 957 433)
LOTARIA INSTANTÂNEA	10 901 705	45 917 756	56 819 460	10 560 026	44 077 408	54 637 435
FUNDO PAGAMENTO PRÉMIOS TOTOLOTO	-	27 012 699	27 012 699	-	24 627 308	24 627 308
FUNDO PAGAMENTO PRÉMIOS TOTOSORTEIO	-	20 503 337	20 503 337	-	22 166 432	22 166 432
TOTAL PRÉMIOS A PAGAR	38 082 126	93 433 792	131 515 918	34 439 996	90 871 148	125 311 144

PRÉMIOS A PAGAR

Saldo referente a prémios a pagar quanto às categorias de Apostas Mútuas, Apostas Desportivas à Cota, Lotaria Nacional e Lotaria Instantânea.

Os prémios abaixo de 150 euros são pagos diretamente pelos mediadores, sendo reembolsados pelo Departamento de Jogos. Todos os prémios acima deste montante são pagos diretamente pelo Departamento de Jogos.

EUROMILHÕES - 50%

Saldo corresponde a 50% das vendas destinado a prémios.

EM - PRIZE GUARANTEE FUND

Fundo de reserva do jogo de Apostas Mútuas Euromilhões, utilizado para pagamento de *jackpots*, incluindo o 1.º prémio mínimo garantido.

EUROMILHÕES - JACKPOT

Saldo referente a pagamento de prémios de *jackpot*. Estas três contas referentes ao Euromilhões devem ser analisadas em conjunto.

LOTARIA INSTANTÂNEA

Saldo referente aos prémios dos jogos “Pé de Meia”, “Super Pé de Meia”, “Mega Pé de Meia” e “Mini Pé de Meia”, em relação aos quais foram definidos pagamentos mensais aos vencedores para um período máximo de 14 anos.

FUNDO PARA PAGAMENTO PRÉMIOS DO TOTOLOTO

Fundo que garante o valor mínimo de 1.000.000 euros para pagamento do 1.º prémio, conforme Decreto-Lei n.º 200/2009, de 27 de agosto e assegura, quando necessário, o direito ao pagamento dos prémios da categoria especial de prémios denominada “Número da Sorte”, conforme previsto na Portaria n.º 102/2011, de 11 de março.

FUNDO PARA PAGAMENTO PRÉMIOS DO TOTOSORTEIO

Fundo destinado a garantir, em caso de eventual insuficiência da importância destinada a prémios, o prémio de 1.000.000 euros, bem como a atribuição de prémios adicionais nos termos constantes do regulamento do jogo, conforme Decreto-Lei n.º 43/2016, de 16 de agosto.

22. FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2019 e 2020 a decomposição da rubrica “Fornecedores” era como se segue:

€	2020	2019
FORNECEDORES GERAIS	9 222 323	9 996 198
TOTAL SALDO FORNECEDORES	9 222 323	9 996 198

Em 31 de dezembro de 2019 e 2020, os saldos de fornecedores mais significativos referem-se às seguintes entidades:

€	2020	2019
ENTIDADE		
NATIONAL LOTTERIES COMMON SERVICES	2 282 424	313 219
HEWLETT-PACKARD PORTUGAL, LDA	757 176	288 745
OLIVEDESSPORTOS	535 050	336 200
IGT FOREIGN HOLDINGS CORPORATION - SUCURSAL EM PORTUGAL	476 104	473 825
SIC - SOCIEDADE INDEPENDENTE DE COMUNICAÇÃO, S.A.	386 235	378 292
TVI - TELEVISÃO INDEPENDENTE, S.A.	371 359	1 309 503
GLOBAL NOTÍCIAS - MEDIA GROUP, S.A.	327 291	179 902
SLE - SERVICES AUX LOTERIES EN EUROPE	303 231	203 338
RADIOTELEVISÃO PORTUGUESA, S.A.	281 779	675 338
COFINA MEDIA, S.A.	273 158	94 233
ALBANO R. N. ALVES, INDÚSTRIA DE TRANSF. PAPEL, S.A.	255 027	797 538
B.A.R. OGILVY PORTUGAL, S.A.	234 865	-
FUEL PUBLICIDADE, LDA	217 832	665 676
CTT EXPRESSO - SERVIÇOS POSTAIS E LOGÍSTICA, S.A.	211 814	42 882
MOP - MULTIMÉDIA OUTDOORS, S.A.	158 710	317 694
IGT GLOBAL SOLUTIONS CORPORATION	155 266	616 890
RADIO COMERCIAL, S.A.	150 832	68 936
INTERVOZ PUBLICIDADE, S.A.	136 166	114 699
JCDECAUX PORTUGAL MOBILIÁRIO URBANO E PUBLICIDADE, LDA.	129 467	115 070
OUTROS	1 578 536	3 004 217
TOTAL	9 222 323	9 996 198

23. OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2019 e 2020 a decomposição da rubrica “Outras dívidas a pagar” era como se segue:

€	2020	2019
FORNECEDORES INVESTIMENTOS	273 329	424 087
OUTROS CREDORES		
LUCROS - RESULTADOS ANTECIPADOS	127 281 748	132 902 938
BENEFICIÁRIOS DAS DEDUÇÕES LEGAIS	9 444 431	10 571 682
PARTES RELACIONADAS	1 328 367	3 523 312
CAUÇÕES MEDIADORES (NUMERÁRIO)	11 071 657	11 156 067
CARTÕES PORTAL	4 610 086	3 766 943
VENDAS PORTAL	1 731 395	711 081
CAUÇÕES DE ADJUDICATÁRIOS	1 900 243	1 845 405
OUTROS	613 032	420 439
CREDORES POR ACRÉSCIMOS DE GASTOS	49 927 389	53 583 288
OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR	208 181 677	218 905 242

FORNECEDORES INVESTIMENTOS

O saldo em aberto a 31 de dezembro de 2020 respeita a faturação pendente relativa à aquisição de ativos tangíveis e intangíveis.

LUCROS – RESULTADOS ANTECIPADOS

Conta através da qual são registados os apuramentos de resultados a distribuir pelos beneficiários dos jogos sociais, conforme as disposições do Decreto-Lei n.º 56/2006, de 15 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 44/2011, de 24 de março, Decreto-Lei n.º 106/2011, de 21 de outubro e Decreto-Lei n.º 23/2018, de 10 de abril.

BENEFICIÁRIOS DAS DEDUÇÕES LEGAIS

Conta-corrente com os beneficiários das deduções legais sobre receitas de Apostas Desportivas à Cota, conforme previsto no Decreto-Lei n.º 67/2015, de 29 de abril e na Portaria n.º 315/2015, de 30 de setembro.

PARTES RELACIONADAS

Conta que espelha as transações em conta-corrente entre a Santa Casa e o Departamento de Jogos (ver Nota 36.2 – Transações entre partes relacionadas).

CAUÇÕES MEDIADORES (NUMERÁRIO)

Saldo de cauções prestadas pelos mediadores dos jogos sociais, requisito para o exercício da atividade, conforme disposto no Regulamento dos Mediadores dos jogos sociais do Estado (Portaria n.º 313/2004, de 23 de março, alterada pela Portaria n.º 216/2012, de 18 de julho).

CARTÕES PORTAL

Saldo corrente a favor dos apostadores dos jogos sociais, associado aos carregamentos de cartões de jogo.

VENDAS PORTAL

O saldo compreende o reconhecimento das vendas dos jogos sociais da última semana do ano civil.

CAUÇÕES DE ADJUDICATÁRIOS

O saldo assegura os compromissos assumidos com a prestação de serviços ou transmissão de bens.

CREDORES POR ACRÉSCIMOS DE GASTOS

Este saldo respeita a especializações de gastos de natureza diversa, os quais se resumem como se segue:

€	2020	2019
REMUNERAÇÕES A PAGAR	2 539 410	2 436 705
PRÉMIOS LOTARIA INSTANTÂNEA	42 802 431	45 655 273
LOTARIA NACIONAL	476 497	168 063
TOTOBOLA	1 334	1 365
TOTOLOTO	100 499	-
EUROMILHÕES	344 700	456 960
OUTROS CREDORES POR ACRÉSCIMOS DE GASTOS	3 662 518	4 864 922
CREDORES POR ACRÉSCIMOS DE GASTOS	49 927 389	53 583 288

REMUNERAÇÕES A PAGAR

Especialização de remunerações de colaboradores, face a direitos adquiridos e reconhecidos durante o período, a serem pagos durante o período subsequente.

PRÉMIOS LOTARIA INSTANTÂNEA

Especialização efetuada em função do desvio dos prémios reais pagos em relação aos prémios apurados de acordo com o *payout*, o qual varia entre 50% e 70% sobre o capital emitido, consoante o jogo.

LOTARIA NACIONAL, TOTOBOLA, TOTOLOTO E EUROMILHÕES

Especialização de encargos diretos sobre as vendas (remunerações dos mediadores pagas pelos apostadores, prémios e imposto do selo), realizadas em 2020, e que correspondem a acontecimentos subsequentes.

OUTROS CREDORES POR ACRÉSCIMOS DE GASTOS

Especializações de custos operacionais diversos (publicidade, assistência a terminais de jogo, entre outros).

24. DIFERIMENTOS – RENDIMENTOS A RECONHECER

Em 31 de dezembro de 2019 e 2020 o Departamento de Jogos tem registado na rubrica de “Diferimentos – Rendimentos a reconhecer” os seguintes saldos:

€	2020	2019
VENDAS ANTECIPADAS	563 993	1 723 491
RENDIMENTOS A RECONHECER	563 993	1 723 491

VENDAS ANTECIPADAS

Este saldo refere-se à especialização de vendas de jogos sociais, cujas extrações/sorteios/eventos apenas irão ocorrer após a data do balanço.

25. RÉDITO

O detalhe do rédito reconhecido na demonstração dos resultados é como se segue:

€	2020	2019
VENDAS BRUTAS DOS JOGOS SOCIAIS		
TOTOBOLA	3 785 685	5 459 923
TOTOLOTO	100 676 201	100 261 544
EUROMILHÕES	566 598 591	726 801 375
LOTARIA CLÁSSICA	46 083 167	51 533 355
LOTARIA POPULAR	26 122 546	24 858 424
LOTARIA INSTANTÂNEA	1 440 242 894	1 718 099 341
APOSTAS DESPORTIVAS À COTA	507 176 977	634 278 698
TOTOSORTEIO	77 440 039	98 219 948
SUBTOTAL	2 768 126 101	3 359 512 609
IMPOSTO DO SELO	(119 198 324)	(144 668 045)
PRÉMIOS	(1 702 863 351)	(2 058 305 062)
REMUNERAÇÕES DOS MEDIADORES PAGAS P/ APOSTADORES	(209 622 430)	(255 013 282)
DEDUÇÕES LEGAIS SOBRE RECEITAS	(27 898 641)	(34 886 604)
VENDAS LÍQUIDAS DOS JOGOS SOCIAIS	708 543 354	866 639 616
OUTRAS VENDAS	16 644	22 908
TOTAL	708 559 998	866 662 524

VENDAS BRUTAS DOS JOGOS SOCIAIS

Rendimentos das vendas efetuadas nos pontos de venda e Portal Jogos Santa Casa, líquidas das devoluções registadas até à data da extração/concurso/evento (ver Nota 4.20 – Rédito).

IMPOSTO DO SELO

Efeito da incidência da taxa de Imposto do Selo de 4,5% sobre os jogos sociais, suportada pelo Departamento de Jogos. O Imposto do Selo encontra-se incluído no preço da aposta (ver Nota 4.20 – Rédito).

PRÉMIOS

Valor de prémios de jogos sociais reconhecidos durante o período (ver Nota 4.20 – Rédito).

REMUNERAÇÕES DOS MEDIADORES PAGAS PELOS APOSTADORES

Valor das remunerações incluídas no preço da aposta, como referido na Nota 4.20 – Rédito.

DEDUÇÕES LEGAIS SOBRE RECEITAS DAS APOSTAS DESPORTIVAS À COTA

Valor das deduções efetuadas, conforme determinado no Decreto-Lei n.º 67/2015, de 29 de abril. Para efeito destas deduções considera-se a receita das vendas dos Bilhetes de Apostas registados, cujo resultado das apostas já é conhecido.

O Decreto-Lei n.º 67/2015, de 29 de abril determina as deduções à receita, nos seguintes termos:

-  O montante correspondente a 2% a atribuir à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa;
-  O montante correspondente a 3,5 % a atribuir às entidades objeto da aposta a repartir pelos clubes ou pelos praticantes, consoante o caso, e pela federação que organize o evento, incluindo as ligas se as houver.

A Portaria n.º 315/2015, de 30 de setembro, estabelece as condições de atribuição do montante correspondente a 3,5% da receita apurada, nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 12.º do regime jurídico da exploração e prática das Apostas Desportivas à Cota de base territorial, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 67/2015, de 29 de abril.

Nestes termos, a distribuição pelas entidades beneficiárias do valor das Deduções legais sobre receitas das Apostas Desportivas à Cota é a seguinte:

€	2020	2019
DEDUÇÕES LEGAIS SOBRE RECEITAS		
SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA	10 144 961	12 686 036
FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE FUTEBOL	11 566 493	12 896 901
FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE TÊNIS	537 752	1 186 768
LIGA PORTUGUESA DE FUTEBOL PROFISSIONAL	3 940 964	4 821 414
FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE BASQUETEBOL	922 301	1 792 055
COMITÉ OLÍMPICO DE PORTUGAL	-	2 296
FEDERAÇÃO DE ANDEBOL DE PORTUGAL	146 593	243 071
FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE VOLEIBOL	52 239	131 592
FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE RUGBY	41 849	55 802
FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE PATINAGEM	26 662	46 548
FEDERAÇÃO DE DESPORTOS DE INVERNO	507 265	782 124
A AGUARDAR DISTRIBUIÇÃO	11 561	241 996
TOTAL	27 898 641	34 886 604

O montante "A aguardar distribuição", refere-se às modalidades para as quais não foram identificadas entidades que cumpram os requisitos de destinatários destas receitas.

Incluem-se aqui as modalidades de Futebol Americano e de Hóquei no Gelo, esta última até à data de 14 de fevereiro de 2019.

26. CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS

O detalhe do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas em 2019 e 2020 é como se segue:

€	2020	2019
BILHETES DE LOTARIA INSTANTÂNEA	8 234 110	9 843 561
BILHETES DE APOSTAS MÚTUAS	197 065	223 979
BILHETES DE APOSTAS DESPORTIVAS À COTA	144 204	193 310
PAPEL TÉRMICO	2 860 412	3 427 751
CONSUMÍVEIS PARA JOGO	287 687	256 015
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS	11 723 478	13 944 616

A reconciliação do custo das mercadorias e das matérias consumidas para os períodos findos a 31 de dezembro de 2019 e 2020 é como se segue:

€	2020	2019
EXISTÊNCIAS INICIAIS	4 913 107	5 751 391
COMPRAS	13 363 755	13 076 503
REGULARIZAÇÕES	(469 765)	29 829
EXISTÊNCIAS FINAIS	6 083 618	4 913 107
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS	11 723 478	13 944 616

27. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Em 31 de dezembro de 2019 e 2020, o detalhe dos fornecimentos e serviços externos é como se segue:

€	2020	2019
COMUNICAÇÕES E TRANSMISSÃO DE DADOS	3 275 225	6 059 714
CONSERVAÇÃO E REPARAÇÃO	7 750 810	5 043 085
PUBLICIDADE, PATROCÍNIOS E COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL	23 810 505	28 441 909
TRANSPORTE DE BENS E VALORES	2 726 569	1 735 670
RENDAS DE EDIFÍCIOS	2 011 816	2 052 440
TRABALHOS ESPECIALIZADOS	12 851 511	10 372 433
LICENÇAS DE SOFTWARE	4 039 990	2 985 533
OUTROS	3 794 010	3 287 080
TOTAL DE FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	60 260 436	59 977 863

O Departamento de Jogos goza de isenção de IVA, dada a atividade que prossegue. Decorrente desta situação, o IVA não é dedutível, pelo que se repercute diretamente nos fornecimentos e serviços externos.

28. GASTOS COM O PESSOAL

Os gastos com o pessoal, incorridos durante os períodos de 2019 e 2020, foram como se segue:

€	2020	2019
REMUNERAÇÕES		
ÓRGÃOS SOCIAIS E JÚRIS DOS CONCURSOS, EXTRAÇÕES E RECLAMAÇÕES	241 073	254 608
PESSOAL	15 888 435	15 638 658
SUBTOTAL	16 129 508	15 893 265
ENCARGOS SOCIAIS		
BENEFÍCIOS DE REFORMA	627 278	1 116 681
ENCARGOS SOBRE REMUNERAÇÕES	3 713 685	3 713 315
GASTOS DE AÇÃO SOCIAL	63 567	65 061
OUTROS	101 471	200 830
SUBTOTAL	4 506 001	5 095 887
TOTAL DE FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	20 635 509	20 989 152

Nos períodos em análise, destacam-se:

-  O número de empregados do Departamento de Jogos a 31 de dezembro de 2020 era de 314 (2019: 317);
-  Os gastos com o pessoal, associados à imputação pelos serviços instrumentais, que em 2020, ascendem a 8.678.380 euros (2019: 8.103.203 euros).

29. OUTROS RENDIMENTOS

A rubrica de outros rendimentos é apresentada como se segue:

€	2020	2019
PRÉMIOS CADUCADOS	9 537 663	11 346 658
CORREÇÕES RELATIVAS A PERÍODOS ANTERIORES	154 948	936 778
REGULARIZAÇÃO DOS GASTOS FINANCIADOS PELO FREM	15 230 334	12 284 873
OUTROS	437 330	578 314
TOTAL DE OUTROS RENDIMENTOS	25 360 275	25 146 624

PRÉMIOS CADUCADOS

Rendimentos derivados da caducidade de prémios de jogo apurados, findo o período de 90 dias no qual estes prémios podem ser reclamados.

REGULARIZAÇÕES DOS GASTOS FINANCIADOS PELO FREM

Depreciações e amortizações de investimentos e gastos referentes a projetos que incluam a aquisição ou renovação de equipamento e de sistemas de exploração de jogo.

30. OUTROS GASTOS

A rubrica de outros gastos é apresentada como se segue:

€	2020	2019
DESPEAS BANCÁRIAS	1 505 874	1 133 277
QUEBRAS	485 377	43 137
QUOTIZAÇÕES	119 213	131 626
CORREÇÕES RELATIVAS A PERÍODOS ANTERIORES	-	39 838
DIFERENÇAS DE CÂMBIO DESFAVORÁVEIS	72 692	6 799
OUTROS	90 302	149 617
TOTAL DE OUTROS GASTOS	2 273 457	1 504 293

31. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS

O detalhe dos juros e rendimentos similares do período em análise é como se segue:

€	2020	2019
JUROS OBTIDOS (DEPÓSITOS À ORDEM)	86	791
JUROS OBTIDOS (DEPÓSITOS A PRAZO)	62 338	446 007
OUTROS FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	-	2 989
TOTAL DE JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES	62 424	449 786

A diminuição destes rendimentos deriva da conjuntura económica dos mercados financeiros.

32. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES SUPOSTADOS

Os juros e gastos similares nos períodos de 2019 e 2020, foram como se segue

€	2020	2019
JUROS E GASTOS SIMILARES	481 908	1 980 432
OUTROS JUROS	276 721	207 841
TOTAL	758 629	2 188 273

Os "Juros e gastos similares" correspondem a reversões da atualização dos prémios da Lotaria Instantânea do tipo *win for life*, acrescido do impacto da revisão em baixa dos pressupostos de cálculo dessa atualização.

Na rubrica "Outros Juros" estão compreendidos montantes de juros negativos decorrentes da atual remuneração do mercado monetário para aplicações dos fundos obrigatórios do Euromilhões que são de liquidez diária e com *rating* AAA.

33. COMPROMISSOS

Os compromissos assumidos pelo Departamento de Jogos dizem respeito apenas a locações operacionais.

Resumo das rendas vincendas relacionadas com os contratos de locação operacional de viaturas em vigor à data de 31 de dezembro de 2020:

€	< 1 ANO	1-5 ANOS	> 5 ANOS	TOTAL
RENDAS VINCENDAS				
VIATURAS	205 875	227 575	-	433 450
	758 629	227 575	-	433 450

34. MATÉRIAS AMBIENTAIS

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2020, o Departamento de Jogos, no âmbito do desenvolvimento da sua atividade, não incorreu em encargos significativos de carácter ambiental.

Em 31 de dezembro de 2020 não se encontra registado nas demonstrações financeiras qualquer passivo de carácter ambiental nem é divulgada qualquer contingência, por haver a convicção de que não existem, a essa data, obrigações ou contingências provenientes de acontecimentos passados de que resultem encargos materialmente relevantes para a Entidade.

35. PARTES RELACIONADAS

O Departamento de Jogos integra a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, que atua sob a Tutela do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social.

35.1. REMUNERAÇÕES DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

Os órgãos sociais do Departamento de Jogos (júris dos concursos, das extrações e das reclamações e administrador executivo) foram considerados, de acordo com a NCRF 5, como sendo os únicos elementos “chave” da gestão do Departamento de Jogos. Durante o período findo em 31 de dezembro de 2020, as remunerações auferidas pelos órgãos sociais do Departamento de Jogos ascenderam a 241.073 euros.

€	2020	2019
VENCIMENTOS	69 445	69 342
REMUNERAÇÕES DOS JÚRIS DOS CONCURSOS, EXTRAÇÕES E RECLAMAÇÕES	171 628	185 265
TOTAL	241 073	254 608

35.2. TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

(a) Natureza do relacionamento com as partes relacionadas:

Entidade Contabilística (sem personalidade jurídica) do Universo Santa Casa da Misericórdia de Lisboa:

Santa Casa da Misericórdia de Lisboa – Serviços Centrais (Santa Casa);

(b) Saldos devedores e credores

No final dos períodos de 2019 e 2020, os saldos das partes relacionadas são compostos por movimentos de distribuição de resultados e movimentos operacionais de remunerações, aquisição de bens e serviços, aquisição de ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis, impostos e juros.

€	2020		2019	
	SALDO DEVEDOR	SALDO CREDOR	SALDO DEVEDOR	SALDO CREDOR
OUTRAS CONTAS A PAGAR / RECEBER - RESUMO POR NATUREZA				
REFERENTES A REMUNERAÇÕES	-	49 025	-	2 866 707
REFERENTES À AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	-	818 138	-	235 588
REFERENTES A IMPOSTOS	-	461 204	-	345 483
REFERENTES A JUROS	-	-	-	75 533
DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS E DE DEDUÇÕES LEGAIS SOBRE RECEITAS	-	1 328 367	-	3 523 312
SANTA CASA	-	34 982 512	-	36 491 841
	-	34 982 512	-	36 491 841
TOTAL	-	36 310 879	-	40 015 153

36. OUTRAS INFORMAÇÕES

Tendo por base a reavaliação da situação epidemiológica no país, o Governo Português em 13 de janeiro de 2021, a exemplo de outros estados membros da União Europeia, determinou um conjunto de medidas extraordinárias que têm por objetivo limitar a propagação da pandemia e proteger a saúde pública, que se consubstanciam numa restrição significativa da circulação de pessoas que conduzirá a uma retração da economia. Como consequência desta situação, a economia revela atualmente um enorme estado de incerteza, cuja duração e consequências são ainda imprevisíveis.

À semelhança do ocorrido em 2020, em 2021 e tendo em vista a salvaguarda do financiamento das Boas Causas e do retorno social que advém da exploração dos jogos sociais, voltou a ser acionado o plano de continuidade de negócio focado nos processos críticos do DJSCML, o qual visa a minimização do impacto na atividade e a preservação da capacidade plena aquando da retoma da economia.

Para além dos colaboradores do DJSCML, a rede de mediadores tem um papel determinante neste processo e é essencial para a manutenção da sua atividade e a disponibilização dos jogos sociais aos nossos apostadores, pelo que consideramos que as medidas específicas adotadas para este período, em linha com as adotadas no ano de 2020, serão fator crítico de resiliência e impulsionadoras da retoma.

O Provedor,

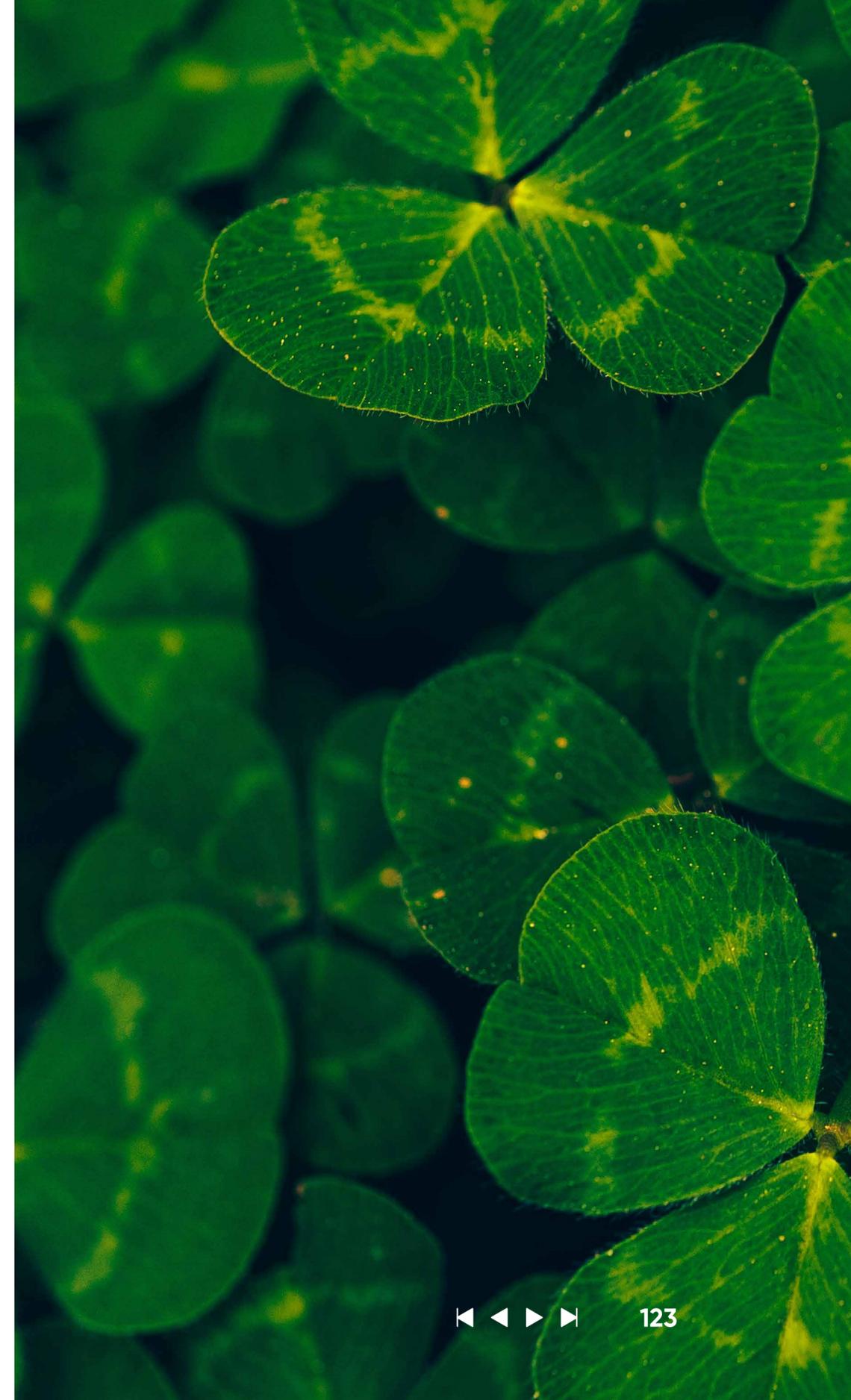
Edmundo Emílio Mão de Ferro Martinho

O Vice-Provedor,

João Pedro da Silva Correia

O Diretor Financeiro do DJSCML,

André Casanova Matos Prado Lyra



RELATÓRIO & CONTAS 2020

DEPARTAMENTO DE JOGOS DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA

